



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

MANUELA DA SILVA SERPELONI

“MULHER É BICHO ESQUISITO, TODO MÊS SANGRA”:
DISCURSO E CONTROLE DOS CORPOS

Londrina
2023

MANUELA DA SILVA SERPELONI

“MULHER É BICHO ESQUISITO, TODO MÊS SANGRA”:
DISCURSO E CONTROLE DOS CORPOS

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Londrina como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Estudos da Linguagem.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rosemeri Passos Baltazar Machado

Londrina
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Serpeloni, Manuela.

"MULHER É BICHO ESQUISITO, TODO MÊS SANGRA": : DISCURSO E CONTROLE DOS CORPOS / Manuela Serpeloni. - Londrina, 2023.
158 f. : il.

Orientador: Rosemeri Passos Baltazar Machado.

Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, 2023.
Inclui bibliografia.

1. Discurso - Tese. 2. Menstruação - Tese. 3. Modos de existência - Tese. 4. Ruptura - Tese. I. Passos Baltazar Machado, Rosemeri. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem. III. Título.

CDU 8

MANUELA DA SILVA SERPELONI

“MULHER É BICHO ESQUISITO, TODO MÊS SANGRA”: DISCURSO E
CONTROLE DOS CORPOS

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Londrina como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Estudos da Linguagem.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof.^a Dr.^a Rosemeri Passos Baltazar Machado
Universidade Estadual de Londrina

Prof.^a Dr.^a Lolyane Cristina Guerreiro
Universidade Estadual de Londrina

Prof.^a Dr.^a Denise Gabriel Witzel
Universidade Estadual do Centro-Oeste

Londrina, 26 de novembro de 2023.

A todos os corpos que sangram e fortemente permanecem.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, que é o Amor para mim, e no Amor eu vivo, me movo e existo.

À Rosemeri, minha orientadora, por suas palavras de motivação e por me conduzir nesta jornada.

Aos meus pais, Renato e Edenise, que sempre fizeram de tudo pela minha educação e que são confortos para meu coração.

Em especial, às minhas irmãs, Milena e Marília, que tanto me ouviram falar sobre este trabalho e que a todo momento estão de braços abertos para minhas alegrias e tristezas.

Agradeço também aos meus familiares, por me trazerem apoio e torcerem pela minha caminhada.

Por fim, agradeço ao Alberto, meu companheiro, por nunca deixar que minha esperança morra e por trilhar os caminhos da vida ao meu lado.

[...]

Em nós
o sangue aflora
como fonte
no côncavo do corpo
olho-d'água escarlata
encharcado cetim
que escorre
em fio.

Nosso sangue se dá
de mão beijada
se entrega ao tempo
como chuva ou vento.

[...]

Marina Colassanti

RESUMO

Serpeloni, Manuela da Silva. “**Mulher é bicho esquisito, todo mês sangra**”: discurso e controle dos corpos. 2023. 145f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2023.

Esta pesquisa situa-se na área de Análise de Discurso de linha francesa, campo teórico que lida com a fluidez e o movimento dos sentidos, a partir da articulação entre o discurso e suas condições de produção. Por meio de tal dispositivo, pretendemos explorar a temática do corpo da mulher cis submetido aos tabus e crenças acerca da menstruação, devido aos mecanismos biopolíticos de controle dos corpos, assim, intentamos, para além do aspecto biológico, analisar os desdobramentos da menstruação por um viés social, refletindo atravessamentos e modos de existência outros. O *corpus* deste trabalho pertence ao campo publicitário, mais especificamente ao discurso propagandístico, esfera extremamente orientada para o sujeito interlocutor e de grande abrangência social, refletindo atravessamentos ideológicos recorrentes. A análise se dará por meio de propagandas de produtos de higiene menstrual de diferentes marcas e em diferentes recortes temporais, tendo como conceitos-chave a noção de corpo, política e modos de vida (perspectiva foucaultiana). Assim, buscamos analisar as mudanças ao longo do tempo na relação entre a tríade sociedade, mulher e corpo, sob o ponto de vista da ruptura, ou seja, da história sob perspectiva. Nesse sentido, destacamos a ascensão do discurso de empoderamento do corpo e de novos produtos no mercado, que têm possibilitado ao sujeito uma maior conscientização sobre si, entretanto, ainda atrelados a uma lógica capitalista que pode se mascarar em forma de discursos distintos.

Palavras-chave: Ruptura; Menstruação; Modos de existência.

ABSTRACT

Serpeloni, Manuela da Silva. "Women are a weird thing, every month they bleed": discourse and control of bodies. 2023. 145f. Dissertation (Master's degree in Language Studies) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2023.

This research is situated in the area of French Discourse Analysis, a theoretical field that deals with the fluidity and movement of meanings, from the articulation between the discourse and its conditions of production. Through this device, we intend to explore the theme of the body of the cis woman submitted to taboos and beliefs about menstruation, due to the biopolitical mechanisms of body control. Thus, we intend, beyond the biological aspect, to analyze the unfoldings of menstruation from a social point of view, reflecting other crossings and ways of existence. The corpus of this work belongs to the field of advertising, more specifically to the discourse of propaganda, a sphere extremely oriented to the interlocutor subject and of great social scope, reflecting recurrent ideological crossings. The analysis will be done through advertisements of menstrual hygiene products of different brands and in different time periods, using as key concepts the notion of body, politics and ways of life (Foucauldian perspective). Thus, we seek to analyze the changes over time in the relationship between the triad society, woman and body, from the point of view of rupture, that is, of history under perspective. In this sense, we highlight the rise of the discourse of body empowerment and new products on the market that have enabled the subject a greater awareness about themselves, however, still tied to a capitalist logic that can be masked in the form of different discourses.

Keywords: Rupture; Menstruation; Modes of existence.

LISTA DE IMAGENS

Figura 1 – Nó borromeano

Figura 2 – Sacos catameniais

Figura 3 – Primeiro coletor menstrual

Figura 4 – Panóptico de Bentham

Figura 5 – Propaganda *Modess*

Figura 6 – “Liberdade começa dentro da gente”

Figura 7 – SempreLivre *TriProtect*

Figura 8 – “Vamos falar de menstruação abertamente?”

Figura 9 – Violeta *Cup*

Figura 10 – Nova *Intimus* calcinha absorvente

Figura 11 – Aplicativo *Clue*

Figura 12 – A mandala lunar

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Análise de Discurso
AIE	Aparelhos Ideológicos de Estado
ARE	Aparelhos Repressores de Estado
CP(s)	Condição (ções) de Produção
CIS	Cisgênero
FD(s)	Formação (ções) Discursiva
FI(s)	Formação (ções) Ideológica

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. ANÁLISE DE DISCURSO: BREVE PANORAMA HISTÓRICO	23
2.1 Sujeito.....	33
2.2 Formação Discursiva.....	42
2.3 Memória discursiva.....	46
3. MULHERES E HISTÓRIA: BREVES CENÁRIOS	53
3.1 E os absorventes?.....	69
4. O CORPO INVESTIDO DE SENTIDOS	76
5. FOUCAULT E A ESTÉTICA DA EXISTÊNCIA	96
6. ANÁLISE DE CORPUS	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
REFERÊNCIAS	147

1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho, eis a força do corpo que sangra e não morre, eis o sujeito que é belo, frágil, delicado, mas que também é fera, forte e dissimulado, eis a Eva de Rita Lee na composição de “Cor de rosa-choque” (1982), eis a representação desse bicho esquisito na esteira de sua “esquisitice” mediante àquele que foi/é dado como socialmente normal: o homem.

Para início de discussão, é importante discorrermos sobre o recorte da mulher cis na pesquisa, além de desconstruirmos a condição do “ser mulher”. A palavra “cis” tem sua origem no latim e significa “do mesmo lado”, ou seja, em um recorte de gênero, caracteriza aquele que nasceu e permaneceu com o mesmo gênero. A condição do sujeito-mulher não pode ser reduzida ao fator biológico menstruação, pois se trata de uma perspectiva reducionista e excludente, uma vez que há as mulheres trans, mulheres que, devido à alguma síndrome, nascem sem o útero, entre outros. Isto porque “ser mulher” não se resume a uma fisiologia, mas abrange um nível social, em uma distinção entre sexo, referente às características biologicamente inatas, e gênero, que diz respeito às construções histórico-culturais acerca das determinações de papéis sociais. Portanto, a experiência de ser mulher vai além de características biológicas específicas, como a menstruação, e está profundamente enraizada na autopercepção e na identificação pessoal.

A dinâmica da mulher cis, menarca e sociedade já se apresenta por demasiado complexa. Falar então sobre a posição da mulher trans, de homens transexuais ou pessoas não binárias que menstruam exigiria um esmiuçar ainda maior, e as possibilidades deste trabalho, infelizmente, não dão conta de abarcar tais desdobramentos, obrigando a um recorte específico, que será o da mulher cis.

Para esse sujeito, era comum escutar a frase “virou mocinha” após sua primeira menstruação, atualmente, tal proposição entrou em desuso, contudo, é importante ressaltarmos a noção de maturidade e atribuição da condição de mulher a partir desse discurso do primeiro período menstrual, isto porque podemos pensar em algumas problemáticas como a transição de uma fase da infância para uma fase da vida adulta, a partir da ideia de que a feminilidade e a maturidade estão intrinsecamente ligadas à capacidade reprodutiva, desconsiderando outras importantes características e aspectos do desenvolvimento pessoal, emocional e social das mulheres. Além disso, o termo “mocinha” sugere uma visão limitada e estereotipada do que significa ser

mulher à medida que pode reforçar a ideia de que a feminilidade é restrita a um conjunto de papéis e comportamentos específicos, fomentando estereótipos de gênero que são prejudiciais e limitantes. Ainda nessa lógica, podemos pensar a oposição do termo a partir da menopausa, isto é, por analogia, a condição de sujeito mulher seria interrompida juntamente com o ciclo, uma vez que já não se tem um corpo capaz de reproduzir ou que está no auge de suas capacidades produtivas para a sociedade. Logo, são evidentes as problemáticas presentes nessa lógica discursiva.

Isto posto, o olhar desta pesquisa volta-se para a temática do corpo feminino cis submetido aos tabus e crenças acerca da menstruação, devido ao controle biopolítico exercido, especificamente, a respeito desse corpo, por isso, pretende-se, para além do aspecto biológico, analisar os desdobramentos da menstruação por um viés socio-discursivo, a fim de entender os discursos fundados nessa temática, uma vez que:

Assim como o morrer, também o menstruar manifesta-se como fato social e cultural, implicando em crenças, condutas, atitudes ou mesmo rituais próprios associados às concepções nativas sobre a menstruação. Isso se aplica não apenas às sociedades ditas 'primitivas' como também às modernas, contemporâneas, nas quais se inclui certamente a sociedade brasileira. (SARDENBERG, 1994, p. 7).

Pensando nisso, é necessário desconstruir as problemáticas decorrentes da menarca e compreender os efeitos de sentidos possibilitados pela discursivização menstrual, uma vez que o pesar da simbologia do sangue abarca fundamentações ideológicas presentes na memória discursiva que oscilam entre a compreensão da vida - dada a sua abundância em um corpo humano saudável - e da morte, já que a sua perda se relaciona a doenças e ferimentos. A depender das condições de produção, um significado distinto é atribuído ao sangue, contudo, a figura feminina é, na maioria das vezes, indissociável das atribuições, tendo em vista seu sangramento periódico. Tais simbologias denotam o desencadear de comportamentos sociais e pré-conceitos que podem ser prejudiciais tanto para a saúde da mulher quanto para a sua relação com seu corpo.

O sangue menstrual tem três características básicas que fazem com que ele tenha um impacto emocional muito mais forte do que qualquer outro: é humano, derrama independentemente da vontade da mulher e está relacionado ao sexo e à procriação. Isso poderia explicar os

tabus e mitos que cercam a menstruação. E tabu significa proibido, perigoso, mas, às vezes, tem ao mesmo tempo um caráter sagrado. O ciclo menstrual é um fato feminino, e como a mulher é o sexo dominado, mitos e tabus não fazem nada senão manifestar essa situação (HERMOSA-BOTELLO; MEJIA-CASADO, 2015, p. 17. Tradução minha).

Ao longo de toda a história, a natureza feminina foi erigida sobre elementos negativos, cercada de mistificações e estigmas, e quando se falou sobre a temática menstruação, a falta de percepção sobre um processo natural construiu o tabu que vem sendo desconstruído até os tempos atuais. O padrão de beleza e de higienização também tem grande peso nessa jornada, visto que o corpo socialmente ideal apresenta-se como branco e esbelto, mas também higienizado e livre do que é naturalmente dele, como sangue e demais fluidos, ou seja, é um corpo que não sofre e não sangra. Logo, tamanho sincretismo sobre o assunto repercute na desconexão para consigo, para com a sua saúde física e mental, além de acarretar a preocupação em poupar o corpo social da explicitação dessa biologia.

É claro que não podemos romantizar o período no sentido de afirmar que se trata de algo leve e prazeroso, pois lidamos com sintomas físicos como as fortes cólicas, possíveis enxaquecas, inchaço do corpo e seios doloridos. Além dos sintomas emocionais que podem se apresentar sob a forma de oscilação de humor, irritação, tristeza e melancolia. Portanto, não se trata de negar tais fatores, mas de acolher esse corpo, desmistificar a repugnância aprendida e entender esse ciclo.

Dessa forma, pretende-se traçar um breve panorama histórico sobre a história das mulheres, entendendo suas possibilidades de posição social e as possíveis relações da dinâmica corpórea. Entendendo essa visita à história como a abertura de uma janela para perceber seus fragmentos ainda no presente, não no intuito de encontrar explicações para clarificar o hoje, mas de enxergar em perspectiva que as teias do discurso flertam com o infinito.

Desse modo, ao pensar a menarca, entende-se o imbricamento de construções sociais, históricas e ideológicas que afetam diretamente a perspectiva da mulher sobre si. Assim, a biologia vem acompanhada do aspecto social, de mecanismos biopolíticos que controlam e definem esses corpos e suas experiências consigo, de forma a moldar suas ações e pensamentos e repercutindo nos “modos de viver”.

Para tanto, é necessária a análise de um *corpus* que dialogue diretamente com tal assunto, então, tomamos como objeto de pesquisa seis publicidades de

absorventes, situadas em diferentes recortes temporais e dois textos retirados de sites de produtos de higiene menstrual, o primeiro é referente à explicação do aplicativo *Clue* e o segundo, ao funcionamento do produto Mandala Lunar, a fim de analisar os discursos ali presentes. A seleção do *corpus* se deu a partir da proposta de investigar os diferentes produtos oferecidos pela indústria de cuidados menstruais e as estratégias discursivas utilizadas para a promoção de cada um deles.

A primeira e a terceira peça tratam do absorvente tradicional, entretanto, há um considerável intervalo temporal e diferentes efeitos de sentidos em cada uma delas, o que permite apreender funcionamentos discursivos e modos de viver distintos. Optamos por organizar o início das análises a partir das propostas convencionais de cuidado menstrual, entendendo por isso o absorvente sem abas (análise 1), o O.B (análise 2) e o absorvente com abas (análise 3). A peça subsequente, “Vamos falar de menstruação abertamente?”, da marca Sempre Livre, mesmo não realizando a venda direta de um produto, foi selecionada pela possibilidade de pensar a condição da temática menstruação em um recorte temporal mais próximo e o tabu ainda existente. Em seguida, encontramos produtos distintos que foram tomados como opções mais tecnológicas ao pensarmos o atual contexto, devido à funcionalidade e sustentabilidade de cada um. Por fim, as duas últimas análises que não se encaixam no texto publicitário foram escolhidas para pensarmos variações desse cuidado menstrual, que não se dá em forma de absorvente, mas de um monitoramento de si e do ciclo a partir de instrumentos diferentes. Portanto, a análise desse *corpus* permite apreender os possíveis efeitos de sentido referentes à discursivização relacionada ao tema menstruação, de forma a investigar o conceito e seus desdobramentos em uma relação direta com o corpo que menstrua para além do aspecto biológico, mas atingindo o espectro social.

Sendo uma mulher cis, a temática do sangue vem até mim - e ele mesmo verte de mim - regularmente, a convivência com este corpo que sangra já se dá há anos, é por vezes conturbada, por vezes, tranquila. A acolhida ou o repúdio do corpo nesse ciclo depende do que nos foi ensinado e de como nos relacionamos com o que aprendemos. Portanto, para mim e para esse corpo que sangra, o exercício da reflexão sobre a temática é a possibilidade de buscar o entendimento na relação para comigo e entender o que nos rodeia e nos forma sócio-ideologicamente.

Ademais, mesmo com tamanha emancipação possibilitada pelo correr do tempo e os desdobramentos históricos que o compõem, ainda hesito ao escrever aqui

a palavra “menstruação”, por vezes procuro sinônimos, reforço das interdições que ainda recobrem a temática. Isto porque as forças que envolvem a temática são de cunho identitário, de modo que afetam não só o plano mental, mas também físico:

O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica. A medicina é uma estratégia de biopolítica. (FOUCAULT, 2003, p. 80).

O corpo assume configurações políticas, ou seja, ele se molda às imposições socioculturais que se alicerçam como dispositivos de poder construídos na história, a partir de práticas discursivas que instituem poderes e os legitimam, de modo a delinear esses corpos e suas identidades. (FOUCAULT, 2003)

Desse modo, propomos como objetivo geral refletir sobre como são discursivizados os corpos que menstruam, a fim de analisar os efeitos de sentidos da menarca na tríade mulher-sociedade-corpo. Para tanto, estipulamos como objetivos específicos refletir a respeito do corpo como instância investida de sentidos, tomando-o como discurso; descrever e fundamentar a história das mulheres através do corpo; e, por fim, dar visibilidade aos efeitos de sentidos que situam as mulheres nas práticas de técnicas de si para a produção de novas subjetividades.

Assim, para analisar o tema, a publicidade dos absorventes, segundo um recorte temporal, permite-nos um estudo sobre os modos de viver do sujeito-mulher em sua relação com a menstruação. Para tanto, tratando-se dos comerciais de absorventes, há a imagem do “ser mulher” construída por meio do resgate de situações vivenciadas, dos frequentes estereótipos a elas impostos, seus modos de viver e a possibilidade de emancipação e transmutação da relação sujeito-corpo.

De acordo com os dicionários Wahrig e Webster's, o termo "propaganda" tem origem no nome "Congregado de propaganda fide", que se refere à congregação estabelecida em Roma, em 1622 e responsável pela disseminação da fé. Uma tradução literal desse termo seria "Congregação da fé que deve ser propagada". Na frase em questão, o termo "propaganda" é usado como feminino ablativo singular do gerúndio latino "propagandas" (masculino), "propaganda" (feminino) e "propagandunt" (neutro), exercendo uma função adjetiva e expressando a ideia de dever e necessidade, ou seja, "que deve ser propagado" ou "que precisa ser propagado". (SANDMANN, 2020).

A linguagem da propaganda é, em certa medida, uma manifestação e expressão da ideologia dominante e dos valores nos quais se acredita, de modo a refletir a visão de mundo de uma sociedade, em um determinado momento histórico. Olhando para essa questão por uma perspectiva diferente, podemos questionar quais aspirações humanas a linguagem da propaganda busca alimentar, satisfazer ou atender, visto que é próprio do gênero a venda de uma ideia e, mais comumente, um produto ou serviço. (SANDMANN, 2020).

Ademais, pensar o funcionamento das peças publicitárias é pensar também sua relação com a lógica capitalista, à medida que a propaganda desempenha um papel fundamental, nesse sistema, ao criar demandas e estimular o consumo. Por meio de recursos linguísticos e imagens atrativas embasados em estratégias de persuasão para atrair os olhares dos consumidores, há o despertar de desejos e a influência da escolha de compra. A lógica da necessidade atua no sentido de convencer o público de que é preciso adquirir determinados produtos ou serviços para ser feliz, bem-sucedido ou realizado.

Nas palavras de Vestergaard e Schroder (1994, p. 164), a “ideologia da propaganda é nefasta porque reforça as tendências que procuram tornar estática a sociedade [...], no [sentido]de retardar ou impedir a revisão dos princípios básicos da ordem social [...]”, uma vez que, como resultado de um sistema capitalista, a publicidade ocupa um espaço significativo em sua esfera de circulação e, como um símbolo representativo de uma sociedade capitalista, ela está sujeita às mesmas normas do sistema produtivo. Há o desempenhar de um papel fundamental como instrumento de reprodução e sustentação do modo de produção capitalista que a gerou, contribuindo para a manutenção do quadro de dependência econômica e cultural.

Assim, tem-se na publicidade um mecanismo discursivo de forte impacto e abrangência social, pois, a fim de divulgar um produto, os comerciais se valem de diversos recursos que revelam formações discursivas compartilhadas socialmente. Por conseguinte, o dispositivo da AD pode ser aplicado para examinar como a linguagem e as imagens nas peças constroem significados, disseminam ideologias e influenciam as representações sociais. Além disso, as formações imaginárias (PÊCHEUX, 1997) desempenham um papel importante na publicidade, uma vez que ela busca criar, explorar, ou apenas representar as aspirações, os valores e os desejos dos consumidores por meio de narrativas e representações simbólicas.

Portanto, urge desvelar a profundidade dos discursos presentes em tais publicidades, visto que, para além do produto apresentado, os efeitos de sentidos pretendidos baseiam-se em formações discursivas que ecoam socialmente e revelam discursos que podem transitar entre o afastamento e a aproximação de si.

A maneira como as mulheres se comportam e são vistas socialmente é parte da ideologia patriarcal. O comportamento da mulher está, em grande parte, relacionado à posição de dominação e superioridade exercida pelo homem, bem como afirma Pierre Bourdieu (2002), o homem exerce diferentes formas de dominação sobre a mulher e ela é, então, subjugada a ele, tendo seu comportamento moldado e construído. Dada essa alocação social de inferioridade, as mulheres são ensinadas a esconderem traços de sua personalidade que não seguem o padrão pré-determinado, assim como seus próprios corpos. Agem e são representadas no imaginário social por características como delicadeza, fragilidade e discrição, o que faz com que permaneçam em estado de insegurança. As condições relacionadas à menstruação são então diretamente reforçadas por tal dominação, já que ao longo dos anos, esse sujeito teve seu corpo apagado e silenciado.

Nesse sentido, Simone de Beauvoir pontua que “Não é enquanto corpo, é enquanto corpos submetidos a tabus, a leis, que o sujeito toma consciência de si mesmo e se realiza: é em nome de certos valores que ele se valoriza” (BEAUVOIR, 1970). Dessa forma, a mulher, submetida ao tabu da menstruação, pensa a construção de seu corpo e de sua condição de mulher a partir dos discursos sobre tal temática a ela referidos, visto que é o conjunto articulado da civilização que determina o que e como se qualifica o feminino na cultura.

Os movimentos feministas, na luta pela libertação das amarras de um senso moral construído há séculos, trouxeram grandes feitos. Não somente na busca pela igualdade política e econômica e a conquista de diferentes espaços, mas também na tentativa da construção de uma sociedade menos discriminatória. Entretanto, não se trata somente da equiparação de direitos, mas também do reconhecimento e respeito à alteridade. A exemplo, no presente ano (2023), deparamo-nos com o caso da senadora queniana, Glória Orwoba, que teve sua roupa branca manchada por seu sangue menstrual durante a sessão plenária, e que por isso foi impedida de permanecer no recinto sob o argumento de desvio ao código de vestimenta adequada ao parlamento. Dessa forma, justamente pelos hiatos que ainda subsistem, a luta continua.

Portanto, ao entender o corpo como a morada do sujeito, jogar luz à temática da menarca é um caminho para pensar as transformações na relação entre mulher-sociedade-corpo e modos de viver. Para isso, adotamos os seguintes procedimentos metodológicos: a começar pela natureza da pesquisa, que se classifica como básica, pois buscamos gerar conhecimento e não há o propósito de aplicação. Sua abordagem é de caráter qualitativo, entendendo, por isso, a preocupação com a compreensão da realidade de determinados fenômenos a partir de dados qualificáveis, ou seja, não há preocupação com quantificações ou técnicas estatísticas. Buscamos compreender, com base em dados qualificáveis, a realidade de determinados fenômenos, a partir da percepção dos diversos atores sociais (CERVO; BERVIAN, 1983). A pesquisa volta-se para

(...) os enfoques crítico-participativos com visão histórico-estrutural-dialética da realidade social que partem da necessidade de conhecer (através de percepções, reflexão e intuição) a realidade para transformá-la em processos contextuais e dinâmicos complexos (TRIVIÑOS, 1987, p. 117).

Isto é, extrapolamos a busca pela compreensão pura dos significados dos pressupostos, pois entendemos que estes situam-se na relação de um quadro amplo, que toma o sujeito como ser social e histórico, buscando as raízes dos pressupostos no “devir dos diversos meios culturais”. (TRIVIÑOS, 1987, p. 130).

Quanto aos objetivos da pesquisa, caracterizam-se como descritivos e exploratórios, descritivos por procurarem:

[...] descobrir, com a precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e características. Busca conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e demais aspectos do comportamento humano, tanto do indivíduo tomado isoladamente como de grupos e comunidades mais complexas (CERVO; BERVIAN, 1983, p. 61).

Buscamos descrever, por meio do aparato teórico da Análise de Discurso e dos conceitos foucaultianos¹, aspectos relacionados à biopolítica e aos modos de viver,

¹ Apesar de conflitos entre a AD e os estudos discursivos foucaultianos, entendemos que a teoria deste filósofo seria complementar e necessária à temática, por isso a opção de usá-lo. Não se trata de um trabalho foucaultiano, mas de uma pesquisa que compreende a relevância de todo estudo a respeito das práticas discursivas.

além de conteúdos históricos, sociais e ideológicos que permeiam a produção de sentidos na relação mulher-corpo-sociedade. A escolha pela teoria foucaultiana se justifica pela abordagem que o teórico faz do corpo, pois ao relacionar as formas de poder-saber e sua relação com a produção dos corpos e suas vivências, tem-se o abarcar de conceitos basilares para esse trabalho. O corpo feminino, ao ser forjado nas tramas do discurso, passa a ser um objeto de conhecimento e de saber e emerge em uma rede tramada no/pelo poder-saber-verdade de que trata Michel Foucault, de modo a promover verdades sobre esse corpo.

A presente pesquisa também pode ser caracterizada como exploratória, uma vez que objetiva “familiarizar-se com o fenômeno ou obter nova percepção do mesmo e descobrir novas ideias [...] A pesquisa exploratória realiza descrições precisas da situação e quer descobrir as relações existentes entre os elementos componentes da mesma” (CERVO; BERVIAN, 1983, p. 63). Pesquisas exploratórias caracterizam-se pelo desenvolvimento embasado em pesquisas bibliográficas densas, que se apoiam no diagnóstico literário, configura-se a partir do objetivo de apresentar uma visão geral sobre a questão levantada.

Assim, os procedimentos da pesquisa situam-se no campo bibliográfico, uma vez que se embasa em materiais já publicados a respeito da temática, como artigos, livros e teses. Pode-se definir a pesquisa bibliográfica a partir da seguinte caracterização:

[...] a pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Em ambos os casos, busca conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema (CERVO; BERVIAN, 1983, p. 60).

Portanto, inicialmente, pretende-se realizar a fundamentação teórica da Análise de Discurso, a fim de fundamentar a pesquisa; traçar um breve panorama sobre a história das mulheres, de modo a vislumbrar um horizonte acerca desse caminho; depois, delinear a conceituação do corpo enquanto uma forma de discurso; além de desenvolver o conceito foucaultiano de “modos de existência” para, em seguida, utilizar desses dispositivos teóricos para a análise das publicidades. Por conseguinte, cada publicidade será analisada a partir dos efeitos de sentidos que permitem apreender. Desse modo, pretendemos traçar um panorama acerca do discurso

atribuído ao corpo da mulher em diferentes recortes temporais e seus desdobramentos na relação desta com seu corpo e com a sociedade.

2. ANÁLISE DE DISCURSO: BREVE PANORAMA HISTÓRICO

A Análise de Discurso (AD), bem como o próprio nome a define, tem por objeto o discurso, que em sua etimologia remete à “ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento” (ORLANDI, 2020, p. 13). Assim, trata-se de um campo teórico que lida com a fluidez e o movimento dos sentidos a partir da articulação entre o discurso e suas condições de produção. Como pontua Gregolin:

[...] empreender a análise do discurso significa tentar entender e explicar como se constrói o sentido de um texto e como esse texto se articula com a história e a sociedade que o produziu. O discurso é um objeto, ao mesmo tempo, lingüístico e histórico; entendê-lo requer a análise desses dois elementos simultaneamente (1995, p. 13).

Consequentemente, pode-se entendê-la como uma reflexão acerca do discurso e da linguagem. Nesse sentido, busca-se encontrar no discurso os sentidos por ele manifestos, considerando o sujeito e seu entorno: história, ideologia e o contexto social referente.

De acordo com Pêcheux (1995), quando os filósofos marxistas passaram a abordar o discurso, em particular o do "culto da personalidade" que envolvia Stálin, encontraram uma oportunidade de conciliação entre o Marxismo e a Semântica, através do pensamento do filósofo polonês Adam Schaff, que se dedicou a reivindicar

[...] a liberdade de questionar o oportunismo filosófico de que se autoriza a atual coexistência “marxista” do pavlovismo, da cibernética, da Semiótica, das aplicações da Lógica Formal à teoria da Linguagem e à Semântica, e também a liberdade de lutar contra uma concepção stalinista voluntarista da ciência em que “o marxismo” ditaria, previamente, a uma ciência seus princípios e resultados, em nome do Materialismo Dialético ou das Leis da História. (PÊCHEUX, p. 16)

Mas não apenas os trabalhos de Schaff influenciaram Pêcheux a iniciar tal teoria. Com a produção de Harris (*Discourse analysis*, 1952) e os trabalhos de Jakobson e Benveniste sobre enunciação, há uma clivagem de perspectivas que denotariam as diferenças de postura teórica de uma AD americana ou europeia (BRANDÃO, 2012). Em Harris, ainda persiste uma postura de exclusão reflexiva a respeito da significação e dos fatores sócio-históricos de produção, o foco reside em procedimentos de análise de unidades linguísticas a enunciados, ou seja, sua análise limita-se ao imanentismo linguístico. Assim, o método distribucional corresponderia a

uma extensão da linguística, em que a preocupação reside no modo de organização dos elementos que constituem o texto, e não na instituição do sentido (BRANDÃO, 2012, p. 15). A tendência europeia demonstrou os prenúncios da AD francesa ao enveredar-se pelas condições de produção do dizer, dando destaque à exterioridade e, conseqüentemente, a unidades mais complexas da língua.

Desse modo, no final dos anos 1960, na França, Michel Pêcheux (1938-1983) propôs a teoria da Análise de Discurso, resultante de um amplo contexto político e do sentimento de um engessamento linguístico. Ao longo dos anos 1960 e 1970, tem-se o contexto da Guerra Fria, que recaiu na oposição entre esquerda e direita a partir das políticas opostas dos EUA e da URSS. Quanto à esquerda, há o marcante discurso do comunismo, do marxismo. Há, portanto, um explodir dos sentidos, impulsionando questionamentos.

Esta [a Análise do Discurso] se constitui na conjuntura política dos anos 1960, em que já apontam acontecimentos que vão eclodir em maio de 68: a crítica à ideologia operária, ao modo como a URSS conduz com mão forte a burocracia do Estado, desfazendo o sonho da internacional comunista. O Partido Comunista francês, assim como a esquerda, é questionado e se questiona. Multiplicam-se as divisões da esquerda (ORLANDI, 2017, p. 14).

A AD francesa buscou desvelar o momento político por meio da análise das produções discursivas referentes a tal contexto. Inicialmente, ela se preocupa com os discursos marcados pelas posições políticas adotadas, isto é, o discurso da direita em oposição ao discurso da esquerda. Para isso, a AD ultrapassou a análise linguística, detendo-se à exterioridade própria à abordagem discursiva.

Os estudos pêcheutianos produziram uma abordagem distintiva ao pensar a Ciência da Linguagem, uma vez que as discussões acerca da língua e linguagem divergiam de seu posicionamento, a AD surge, então, com a discussão de questões que advogam contra o formalismo hermético da linguagem, questionando a negação da exterioridade

Pêcheux confronta as correntes linguísticas estruturalistas devido à ótica de que “a “língua” como objeto construído pela linguística é reconhecida porque “funciona” e não porque tem “funções”, trata-se da função de comunicação ou interação” (MAZIÈRE, 2007, p. 48). Logo, em AD, a língua não é um sistema abstrato, mas deve ser percebida em suas formas de significar, a partir de falantes reais e

contextos reais de comunicação, evocando os fatores “sujeito” e “exterioridade” em sua análise.

Nessa conjuntura, a publicação de *Análise Automática do Discurso*, de Michel Pêcheux, assim como a publicação da revista francesa *Langages*, Nº 13, intervêm no plano intelectual, já que o sujeito passa a ser central nas discussões. Contudo, em AD, não se trata de um sujeito no sentido reducionista da palavra, e sim de um sujeito singular à disciplina: ligado ao inconsciente, à linguagem e interpelado pela ideologia. Um sujeito descentrado, constituído e atravessado pela linguagem.

Fugindo de interpretações fechadas em si, o objeto de apreciação de estudo desloca-se da frase e passa a ser unidades maiores de sentido, isto é, o texto ocupa o lugar fundamental nos estudos linguísticos. Justamente por tomar esse objeto complexo, abre-se espaço para o estudo da discursivização textual.

A proposta intelectual da AD caracteriza-se por colocar em xeque a noção de leitura - já que esta não é mais tomada como algo transparente-, detendo-se a questão do sentido. Segundo Orlandi (2020), a partir do artefato teórico produzido por Althusser acerca dos escritos a respeito da leitura encontradas em Marx, Lacan, Barthes e Foucault, há a abertura de um espaço que favorece as condições intelectuais para o surgimento de uma disciplina como a *Análise de Discurso*, que colocará a noção de interpretação em questão a partir de um domínio simbólico que intervém no real:

A *Análise do Discurso* não estaciona na interpretação, trabalha seus limites, seus mecanismos como parte dos processos de significação. Também não procura um sentido verdadeiro através de uma chave de interpretação. Não há esta chave, há método, há a construção de um dispositivo teórico. Não há uma verdade oculta atrás do texto. Há gestos de interpretação que o constituem e que o analista, com seu dispositivo, deve ser capaz de compreender (ORLANDI, 2020, p. 24).

Um ponto crucial para a teoria é a defesa do caráter histórico da linguagem, o que implica assim uma gama de reconsiderações no interior do próprio fazer linguístico. Ao pensar o papel da história para a linguagem, bem como para os efeitos de sentido, há uma abertura para tratar da discursivização, isto é, o discurso só pode ser concebido como um processo social que ganha materialidade na linguagem, sendo, por conseguinte, histórico-ideológico.

Pêcheux, no número 2 de *Archives et documents* (1982), vai repensar uma história da leitura como história cultural [...] Em síntese, o sujeito-leitor faz o sentido na história, por meio do trabalho da memória, a incessante retomada do já-dito, o encontro do “impensado de seu pensamento”. O indivíduo não está na fonte do sentido. E o sentido não aparece na conclusão das estatísticas (MAZIÈRE, 2007, p. 63).

Logo, o objeto não deve ser tomado como produto, antes, a apreensão de sua regularidade advém de seu processo de produção, uma vez que o discurso é dispersão. Nele, observa-se o papel da história na determinação dos sentidos, pois a partir da historicidade, os sentidos se inscrevem, formulam-se e circulam. Desta maneira, não se pode afirmar que o sentido é dado, visto que “as relações de linguagens são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados. Daí a definição de discurso: o discurso é efeito de sentido entre locutores”. (ORLANDI, 2020, p. 20).

A AD francesa se instaura, portanto, como uma disciplina de confluência, por se inscrever em um espaço de junção entre três campos de conhecimentos, a saber: Pêcheux constrói o arcabouço teórico da AD apoiado no pensamento de Saussure, Marx e Lacan, a partir de associações com a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise.

À vista disso, o materialismo histórico apresenta-se como uma teoria das formações sociais, existe, então, abertura para considerar a ideologia; a linguística como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação; e, finalmente, a teoria do discurso como determinante histórica nos processos semânticos. Ainda, todos esses constituintes estão envoltos por uma teoria não subjetiva do sujeito de ordem psicanalítica, dado que o sujeito da Análise de Discurso é afetado pelo inconsciente.

Dessa forma, a confluência do domínio da psicanálise, que trará um sujeito descentrado, que se pensa livre e dono de si devido ao seu caráter narcísico e se distancia do sujeito consciente, do materialismo histórico, a partir do assujeitamento do indivíduo que, de acordo com a perspectiva althusseriana, é constituído pela linguagem e atravessado pela ideologia, constrói uma categoria de sujeito, observado a partir de sua relação com a linguagem, que intervém por meio da perspectiva da materialidade linguística e histórica atribuídas pela AD.

Por conseguinte, o discurso apresenta caráter tridimensional, pois encontra-se na confluência do linguístico, do histórico e do ideológico. Orlandi postula que:

A Análise de Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. [...] O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando (ORLANDI, 2020, p. 13).

Embrenhar-se pelo âmbito da Linguística - bem como articular uma teoria histórica a uma teoria psicanalítica - não diz respeito a “aplicar” os conceitos dessas correntes à AD. Trata-se, antes de tudo, de problematizar e de reinventar os conceitos, visando ao funcionamento no interior de um campo em que se reflete acerca da prática discursiva como algo da ordem linguística, inconsciente, social e histórica, ou seja, tais fatores coexistem na produção discursiva.

Os conceitos de história, língua, ideologia e inconsciente deixam de ter a formulação originária e ganham novas dimensões nas redes do discurso. Neste ponto de vista, a AD não atua como um simples instrumento para uma explicação simplória de textos ou a aplicação modelar de uma teoria. Pela ótica de Pêcheux, o sentido não é óbvio ou transparente, já que é necessário considerar a opacidade da materialidade nele presente, bem como o sujeito que não é pioneiro em seu dizer.

Tal como aponta Orlandi:

A análise de discurso, trabalhando na confluência desses campos de conhecimento, irrompe em suas fronteiras e produz um novo recorte de disciplinas, constituindo um novo objeto que vai afetar essas formas de conhecimento em seu conjunto: esse novo objeto é o discurso (ORLANDI, 2020, p. 13).

Para a AD, a linguagem está materializada na ideologia e, conseqüentemente, a ideologia se manifesta na língua, pois não há discurso sem sujeito, sujeito sem ideologia, e os sujeitos e os sentidos são composições incompletas. O discurso seria, então, o lugar de observação da relação entre língua e ideologia. Concomitantemente, busca-se entender os efeitos de sentidos produzidos pelos objetos simbólicos, ou seja, a composição de significância para e por sujeitos.

É importante ressaltar a construção do conceito de ideologia em AD, que se pauta nos estudos de Althusser e sua obra *Aparelhos Ideológicos do Estado* (1970), frutífera à conceituação do termo “formação ideológica” (FI). Bem como o conceito de “formação discursiva” (FD), que deriva de outro grande teórico valioso à AD francesa, Foucault: por meio de *Arqueologia do saber* (1969), Pêcheux se apropriará do conceito de FD.

Em Aparelhos Ideológicos do Estado, há a divisão do ensaio em duas partes, na primeira, Althusser afirma que para perpetuar sua dominação, a classe dominante usa de mecanismos que sustentem seu poder, sendo estes os ARE (Aparelhos Repressores do Estado) e os AIE (Aparelhos Ideológicos do Estado). De acordo com o teórico, as diferenças consistem na forma de funcionamento, uma vez que o primeiro usa de força, enquanto o segundo usa de ideologia.

O que são os Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE)? Eles não se confundem com o aparelho (repressivo) do Estado. Lembremos que, na teoria marxista, o aparelho de Estado (AE) compreende: o governo, a administração, o exército, a polícia, os tribunais, as prisões etc, que constituem o que chamamos a partir de agora de aparelho repressivo de Estado. Repressivo indica que o aparelho de Estado em questão “funciona através da violência”. Designamos pelo nome de aparelhos ideológicos do Estado um certo número de realidades que apresentam-se ao observador imediato sob forma de instituições distintas e especializadas. Instituições que estão no AIE: religiosos, escolar, familiar, jurídico, político, sindical, de informação (imprensa), cultural (Letras, Belas Artes). (ALTHUSSER, 1985, p. 67-68)

Na segunda parte do ensaio, Althusser trata da ideologia em geral, explicada a partir de três teses:

Tese I: “a ideologia representa a relação imaginária de indivíduos com suas reais condições de existência” (ALTHUSSER, 1985, p. 77). Isto é, não há a apresentação da realidade em si, em sua crueza, antes, a ideologia atua como moldadora das relações entre os sujeitos e suas condições de existência. Neste tópico, é importante destacar a palavra “imaginária”, pois trata-se justamente de uma criação a partir de formas simbólicas para a representação da realidade concreta.

Tese II: “a ideologia tem uma existência material” (ALTHUSSER, 1985, p. 83). As práticas referentes aos aparelhos só existem pela fundação de uma ideologia, contudo, esta só se perpetua pela concretização e materialização das ações que a representam e a legitimam. Quer dizer, a ideologia se materializa nos atos concretos, existe sempre num aparelho e na sua prática ou suas práticas

Tese III: “a ideologia interpela indivíduos como sujeitos” (ALTHUSSER, 1985, p. 93). Uma das funções da ideologia é a de formar sujeitos: o indivíduo que é interpelado pela ideologia e passa a se inserir em práticas referentes ao AIE recebe a condição de sujeito, uma vez que se reconhece pertencente a determinado grupo ou

instituição. Como categoria constitutiva da ideologia, somente por meio do sujeito é que a existência da ideologia será possível.

Os pressupostos althusserianos tiveram grande relevância para os estudos linguísticos, uma vez que alteraram a visão de linguagem como algo estritamente linguístico ao provarem a amplitude da linguagem a partir do papel da ideologia, isto é, amplia-se o espectro dos estudos textuais ao destacar a formação ideológica para o entendimento das práticas discursivas.

Como postula Gregolin, “a "ideologia" é um conjunto de representações dominantes em uma determinada classe dentro da sociedade” (GREGOLIN, 1995, p. 17). Tendo em vista a existência de diversas classes, as ideologias entram em um embate social constante. Ainda segundo a autora, a ideologia é, portanto, a visão de mundo de determinada classe, é a forma pela qual ela representa a ordem social.

Assim, a linguagem é determinada em último plano pela ideologia, já que não há uma conexão direta entre as representações e a língua. A essa determinação em última instância, Pêcheux (1990) conceituou "formação ideológica" ou "condições de produção do discurso". Na sociedade, diversas FIs transitam e cada uma delas se relaciona a uma formação discursiva.

Por conseguinte, como definido por Pêcheux e Fuchs (1997, p. 166):

Falaremos de formação ideológica para caracterizar um elemento (este aspecto da luta nos aparelhos) suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em dado momento; desse modo, cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’ mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras.

A ideologia, portanto, ganha sua materialidade a partir do discurso, em uma relação de interdependência, pois os discursos são dirigidos pelas formações ideológicas. Falar de FI implica em falar de FD, uma vez que a formação ideológica é composta impreterivelmente pelas formações discursivas, isto é, o discurso é regido pela FI.

Disto isto, pode-se distinguir as fases da Análise de Discurso e a emergência em cada uma delas dos conceitos acima referidos: como já exposto, a AD nasce da articulação entre o materialismo histórico, a linguística e a psicanálise, sendo concebida a partir de três fases. Na primeira, dá-se enfoque à produção discursiva;

na segunda, ao conceito de FD; e na terceira, à desconstrução ou sustentação dos conceitos anteriores.

O período referente à AD-1 tem início com o lançamento da obra inaugural *Análise do Discurso Automática* (1969), por Michel Pêcheux. Essa fase diz respeito ao intuito de teorização de uma máquina estrutural-discursiva automática a partir do método de Harris em *Discourse Analysis*, que apresentava a proposta de algoritmos em uma análise discursiva automática.

A AD-1 caracteriza-se pelo interesse em discursos “mais estabilizados”, isto é, de menor teor polêmico, a fim de evitar grandes variações de sentido. Portanto, deu-se ênfase aos discursos autoritários e políticos teórico-doutrinários, pois “por serem mais “estabilizados”, pressupõe-se que tais discursos sejam produzidos a partir de condições de produção mais estáveis e homogêneas” (MUSSALIM, 2003, p. 130).

Dessa forma, o foco é a própria produção discursiva, que é vista como uma máquina fechada em si mesma, logo, processos discursivos diferentes diriam respeito a máquinas discursivas diferentes. De acordo com Mussalim (2003, p. 130), os procedimentos de análise seguiriam este método:

Com relação aos procedimentos da análise da AD-1, eles são realizados por etapas, apresentados a seguir:

- A) primeiramente se seleciona um corpus fechado de sequências discursivas (um manifesto político, por exemplo);
- B) em seguida faz-se a análise linguística de cada sequência, considerando as construções sintáticas (de que maneira são estabelecidas as relações entre os enunciados) e o léxico (levantamento de vocabulário);
- C) passa-se depois à análise discursiva, que consiste basicamente em construir sítios de identidades a partir da percepção da relação de sinonímia (substituição de uma palavra por outra no contexto) e de paráfrase (sequências substituíveis entre si no contexto);
- D) por fim, procura-se mostrar que tais relações de sinonímia e paráfrase são decorrentes de uma mesma estrutura geradora do processo discursivo.

Assim, o processo de produção discursiva é entendido como "uma máquina autodeterminada e fechada em si mesma, de tal modo que um sujeito-estrutura determina os sujeitos como produtores de seus discursos: os sujeitos acreditam que ‘utilizam’ seus discursos quando na verdade são seus ‘servos’ assujeitados" (PÊCHEUX, 1995, p. 311). A consequência de tal noção seria a de que o sujeito pensa ser dono de seu próprio dizer, contudo, o sujeito não pode ser concebido como a

origem do próprio discurso, já que cada processo discursivo é gerado pela “máquina discursiva”.

Na segunda fase da AD, referente ao período de 1976 a 1979, a noção de “máquina estrutural fechada” passa a ser minada devido à forte influência dos estudos de Foucault, que inaugura o conceito de FD. O início da AD-2 se dá com a publicação de *Les Vérités de la Palice*, também de Pêcheux, que apresenta uma revisão de alguns conceitos apresentados na primeira fase e a introdução de novos fundamentos, como a noção de Formação Discursiva e de Interdiscurso.

Entende-se FD como um sistema de regulação dos enunciados, em uma constante retomada e reformulação destes, e disto decorre o desmoronar da “máquina discursiva”:

uma FD não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente ‘invadida’ por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FD) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais (por exemplo sob forma de ‘préconstruídos’ e de ‘discursos transversos’ (PÊCHEUX, 1995, p. 314).

Conseqüentemente, a noção de FD desencadeia a de interdiscurso, isto porque “toda FD é definida a partir de seu interdiscurso” (BRANDÃO, 2012, p. 89), já que este se estrutura em um processo de remodelação no qual uma FD atua. Dessa forma, o interdiscurso se caracteriza como “o espaço de regularidade pertinente, do qual os diversos discursos não seriam senão componentes. Esses discursos teriam sua identidade estruturada a partir da relação interdiscursiva” (Ibid.). Assim, a AD atribui ao interdiscurso o papel de possibilitadores da inserção de FDs em uma FD específica:

O interdiscurso é o lugar no qual se constituem, para um sujeito falante, produzindo uma seqüência discursiva determinada, os objetos de seu discurso, assim como as articulações entre esses objetos, pelos quais o sujeito enunciator vai dar uma coerência à sua declaração [...] (COURTINE, 2009, p. 74).

A grande mudança da AD-2 em comparação à fase inicial diz respeito ao objeto, pois aqui, a análise progride para discursos menos ‘estabilizados’, produzidos em condições mais heterogêneas. A exemplo, Mussalim (2003) cita o “*Discurso comunista dirigido aos cristãos*”, corpus analisado por Courtine (2009).

Posteriormente, já na terceira fase (1980-1983), há a completa desconstrução da maquinaria discursiva, conseqüente dos estudos relativos ao interdiscurso e sua

dominação sob as FDs. Para Pêcheux, o assujeitamento ideológico só aconteceria se a FD estivesse dominada pelo interdiscurso, gerando uma tese fundamental à disciplina, que é a da primazia do interdiscurso sobre o discurso:

Essa nova postura teórica frente ao objeto da AD exclui definitivamente a possibilidade de se considerar a FD como a unidade de análise. O objeto de análise da Análise do Discurso passa a ser o espaço de trocar entre formações discursivas, ou ainda, o interdiscurso. (MUSSALIM, 2003, p. 140).

Um nome de grande destaque para essa fase é o de Jacqueline Authier-Révuz, que abriu o rol de discussões acerca da heterogeneidade discursiva, cujo pressuposto determina o descentramento do sujeito e um papel substancial ao Outro/outro nas tramas do discurso (por Outro, entende-se o inconsciente da teoria lacaniana, enquanto o outro corresponde ao interlocutor)². A autora coloca a heterogeneidade como fundante – a linguagem é heterogênea em sua constituição –, e busca evidenciar as rupturas enunciativas no discurso, bem como apresentar elementos relevantes para o surgimento de um discurso do outro (BRANDÃO, 2012).

Todo discurso se mostra constitutivamente atravessado pelos “outros discursos” e pelo “discurso do Outro”. O outro não é um objeto (exterior, do qual se fala), mas uma condição (constitutiva, para que se fale) do discurso de um sujeito falante que não é fonte-primeira desse discurso. (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 69).

De acordo com Authier-Revuz (2004), as palavras não são exclusivas de um enunciador, ainda que haja essa ilusão, pois nas palavras ditas ecoam as palavras do Outro, que foram ditas anteriormente e que por esse motivo se encontram incutidas de valores ideológicos, de modo que seu sentido passa a ser alterado a depender do momento, do uso e do lugar discursivo do enunciador. E ainda explica que:

O Outro é o lugar estranho, de onde emana todo discurso: lugar da família, da lei, do pai, na teoria freudiana, elo da história e das posições sociais, lugar a que é remetida toda subjetividade; dizer que o inconsciente é o discurso do Outro é reafirmar, de maneira determinista, que um discurso livre não existe e é dar-lhe a lei (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 64).

² O outro de Bakhtin não se confunde com o Outro lacaniano, noção esta que se fundamenta na concepção de um sujeito dividido, que enuncia, sem saber o que diz, uma fala que diz muito sobre este saber.

Apoiada em Pêcheux, Orlandi (2020) postula a memória discursiva como interdiscurso, em outras palavras, define-a como aquilo que “fala antes, em outro lugar”; o “já-dito” que embasa o dizível. Essa definição é possível devido à ilusão de originalidade do dizer, pois quando alguém fala, pensa ser a origem desse dito, quando, na verdade, este dizer já foi dito e é parte da memória coletiva, social. Logo, a memória discursiva é o “saber discursivo que torna possível todos os dizeres e que retorna sob forma do pré-construído” (ORLANDI, 2020, p. 29).

E, por fim, a quarta fase da AD, coincidente com o presente momento, que de acordo com Costa (2005), priorizará a prática. O autor destaca uma AD-4 que recorre à noção de *posicionamento* cunhada por Charaudeau e Maingueneau, definida como “a posição que o sujeito ocupa em um campo discursivo em relação aos sistemas de valor que aí circulam, não de forma absoluta, mas em função dos discursos que ele mesmo produz” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 267), isto é, a partir da prática discursiva seria possível apreender o posicionamento adotado pelo sujeito em um universo discursivo. Conseqüentemente, tal noção aponta para a intervenção do sujeito no social, uma vez que tomar a palavra seria um percurso, uma trilha já aberta, ou fundada no próprio gesto da enunciação, no âmbito do campo discursivo, trata-se do gesto de inserção no campo discursivo.

Portanto, a prática discursiva é, conseqüentemente, uma prática de sujeitos, pois é a ideologia, manifesta no discurso, que interpela um indivíduo em sujeito, trata-se de uma relação de dependência. O sujeito não é singular, mas atuando como plural e social, denota a capacidade de intervenção no real, logo, a análise da discursividade deve direcionar-se à articulação entre prática enunciativa e o lugar ocupado pelos sujeitos de tal prática.

2.1 Sujeito

Ao considerar a AD pecheutiana como “forma de conhecimento que se realiza em seu objeto – o discurso – pela conjunção desses três modos de opacidade: a do sujeito, a da língua e a da história” (ORLANDI, 2002, p. 65), a categoria de “sujeito” coloca-se como central para os estudos discursivos. A AD reconhece a marca da incompletude do sujeito, que busca por sua inteireza e esta só é possível na interação

com o outro. Assim, o centro das relações está no espaço discursivo criado entre *eu* e *tu*, sendo o texto o espaço possibilitador dessa relação.

A constituição do sujeito também ganha corpo mediante as três fases da estruturação da disciplina e os conceitos emergentes: Na AD-1, tem-se um sujeito submetido à máquina discursiva, que torna o discurso algo fechado em si mesmo. Conforme definem Pêcheux e Fuchs:

AD-1 é um procedimento por etapa, com ordem fixa, restrita teórica e metodologicamente a um começo e fim predeterminados, e trabalhando num espaço em que as máquinas discursivas constituem unidades justapostas. A existência do outro esta pois subordinada ao primado do mesmo [...] (1997, p. 313).

Dentro da máquina discursiva, a partir do processo discursivo, o outro é resultante do mesmo processo de produção do *eu*, dessa forma, perde sua alteridade constitutiva, uma vez que passa a se situar como *mesmo*. Portanto, nessa concepção de sujeito, temos a fala de uma instituição, de uma ideologia.

Em seguida, na AD-2, o desenvolvimento do conceito de *interdiscurso* inicia o desmonte da maquinaria discursiva e, por consequência, o sujeito passa a ser tomado como dispersão. Não sendo mais um meio para a expressão de determinada ideologia, o sujeito se torna uma função e pode realizar diferentes práticas, a depender de sua posição no discurso.

O sujeito passa a ser concebido como aquele que desempenha diferentes papéis de acordo com as várias posições que ocupa no espaço interdiscursivo. (...) O sujeito apesar de desempenhar diversos papéis, não é totalmente livre; ele sofre as coerções da formação discursiva do interior do qual já enuncia, já que esta é regulada por uma formação ideológica (MUSSALIM, 2003, p. 133).

Já na AD-3, há um deslocar das concepções antes atribuídas ao sujeito. A partir desse momento, não há uma redução à posição ou função de sujeito, pois o conceito de inconsciente vem à tona na estruturação das fundamentações teóricas. A partir disso, o sujeito passa a ser disputado pelos níveis do consciente e inconsciente.

Por meio da articulação dos conceitos de ideologia, a partir do marxismo althusseriano, e de inconsciente, pela adaptação de Freud feita por Lacan, Pêcheux projeta o sujeito da AD: as *estruturas-funcionamentos*, ideologia e inconsciente, caracterizam-se pela dissimulação de sua existência, de forma a fazer com que o

sujeito pense ser dono de si, contudo, a carga de tais estruturas atua no nível de constituição do sujeito e não só de interferência.

Tendo o pressuposto da diversidade do sujeito como base, Brandão (2012, p. 76) aponta dois preceitos básicos da Análise de Discurso:

- 1) A ideia de que o sentido, assim como o sujeito não são dados a priori [...], mas são constituídos no discurso, descartando-se uma concepção idealista da noção de subjetividade que aparece “como fonte, origem, ponto de partida ou ponto de aplicação.
- 2) A ideia do descentramento do sujeito que, embora fundamental, porque não existe discurso sem sujeito, perde sua centralidade ao passar a integrar o funcionamento dos enunciados.

Adentrar a ‘morada do sujeito’ da AD demanda, inevitavelmente, a passagem pelos cômodos da linguagem, já que esta ocupa lugar de destaque nos domínios psicanalíticos e discursivos. A relação entre linguagem e ideologia é um dos eixos fundantes da disciplina e se dá sob as lentes do materialismo histórico. Disso decorre o delinear conceitual de sujeito, que é interpelado, assujeitado ideologicamente e resultante de determinações.

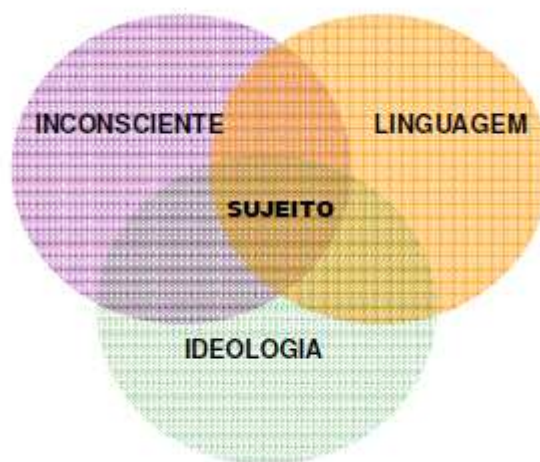
Contudo, para além da interface do materialismo, há ainda outra, essencial para a construção do sujeito, que merece apurada atenção: a psicanálise, que entendendo o sujeito como efeito de linguagem, busca sua formação na divisão entre o consciente e o inconsciente (BRANDÃO, 2012).

Assim, a convergência das perspectivas se dá pela suposição inicial de que o sujeito é construído, isto é, não nasce pronto, não é dado, a priori. Logo, o sujeito deve ser compreendido na relação entre história e linguagem.

A teoria psicanalítica lacaniana foi usada com cautela por Pêcheux na fundação da disciplina, de forma velada e perspicaz, delineamos o sujeito que não fala, mas que é falado pelo inconsciente.

A psicanálise parte de dois conceitos fundamentais – inconsciente e pulsão – que caracterizam a poderosa singularidade de suas descobertas, ao tratar da emergência do sujeito. Lacan vai deter-se, particularmente, no inconsciente, chegando a constituir um novo nome ao inconsciente freudiano, que tem a ver precisamente com a tríade real –simbólico – imaginário, três registros distintos e essenciais da realidade humana (FERREIRA, 2010).

Figura 1 – Nó borromeano



Fonte: Ferreira (2010)

O nó borromeano foi introduzido na psicanálise por Lacan e se constitui a partir de três anéis que se conectam. Ao retirar um deles, os demais ficariam ao ermo, perdendo a ligação que os constitui. Logo, a sustentação reside, justamente, na interdependência que os estrutura, por isso é possível afirmar que o nó borromeano simbolizaria o lugar do sujeito no entremeio das três noções: linguagem – ideologia – Inconsciente. Consequentemente, o sujeito estaria afetado por todas essas ordens e em cada uma delas deixaria um furo, como é característico da estrutura faltante: o equívoco seria remetente ao furo da linguagem, à contradição como representante do furo ideológico e o furo do inconsciente, objeto da psicanálise (FERREIRA, 2010).

Lacan bebe da fonte saussuriana ao inserir na psicanálise o conceito de significante, que sustenta a tese do Inconsciente estruturado em linguagem: o Inconsciente é formado em um sistema semiótico, uma série de signos, os quais podem ser reunidos, formando um sentido. Contudo, o significante sempre escapa ao discurso estrategicamente orientado por um sujeito consciente e dominador dos sentidos de sua fala. Não está na ordem da escolha ou da manipulação pela intenção do sujeito.

É nesse sentido que a AD não trabalha com o conceito de intencionalidade do sujeito, uma vez que seria

um equívoco postular um papel para a intenção - porque esta abonaria, mesmo que remotamente, a eventualidade de imaginar possível o controle individual sobre uma instância de discurso que de

fato lhe escapa, porque é social e histórica, por um lado, e porque tem ingredientes de inconsciência, por outro. (POSSENTI, 1995, p. 46).

Por meio da incorporação do conceito de “inconsciente” à teoria da AD e, conseqüentemente, à formação do sujeito, tem-se o pressuposto da clivagem deste. Uma vez que não há mais o reducionismo da dualidade eu-tu, mas outro elemento é adicionado: o inconsciente. “Inconsciente que, concebido como a linguagem do desejo (censurado), é o elemento de subversão que provoca a cisão do eu” (BRANDÃO, 2012, p. 67).

O aforismo lacaniano do consciente estruturado em linguagem permite pensar no desenvolvimento mental de cada sujeito:

Ele [o inconsciente] é estruturado como uma linguagem - o que é um pleonasma exigido para eu me fazer entender, já que linguagem é a estrutura.

O inconsciente não é a pulsação obscura do pretense instinto nem tampouco o coração do Ser, mas apenas seu habitat.

Não apenas a linguagem é um meio tão real quanto o chamado mundo externo, como também há que se ser tão embrutecido quanto se é pelas imaginações em que se constituíram, até aqui, a teoria do conhecimento e os pretensos métodos concretos da educação, para eludir o fato maciço (mas, justamente, ele só se transforma em fato depois de sustentado por uma condição científica) de que o homem cresce - faz seu crescimento - tão imerso num banho de linguagem quanto no chamado meio natural. Esse banho de linguagem o determina antes mesmo que ele nasça. (LACAN, 2001, p. 223).

A estrutura da linguagem se coloca como antecedente e disso decorre o lugar do sujeito, que não é central, mas estrutural. Esse condicionamento resulta em sua singularidade, bem como na aproximação da psicanálise e dos estudos discursivos, trata-se de um conceito que não se fecha em suas fronteiras e nem é homogêneo. Aqui, entendemos o papel das falhas às quais Lacan se refere, pois a partir delas se tem acesso a tal estrutura.

Contudo, cabe ressaltar que a “estrutura” para Lacan não assume a mesma conotação adotada pela Linguística, mas atua no sentido da psicanálise. Isto porque o destrinchar da máxima lacaniana demonstra que a estrutura é o simbólico, a linguagem. A convergência da concepção discursiva com a estrutura é a representação da inclusão do sujeito no plano da linguagem que, por consequência, é marcada pela falta.

Partindo da afirmação de que a ideologia e o inconsciente são estruturas-funcionamentos, M. Pêcheux diz que sua característica comum é a de dissimular sua existência no interior de seu próprio funcionamento, produzindo um tecido de evidências “subjetivas”, entendendo-se “subjetivas” não como “que afetam o sujeito” mas, mais fortemente, como “nas quais se constitui o sujeito”. (ORLANDI, 2020, p. 44).

A Análise de Discurso francesa atua no sentido de reformular a concepção lacaniana de sujeito inconsciente, bem como a noção de assujeitamento ideológico, de Althusser, assim, de acordo com Pêcheux, na constituição da subjetividade, a partir da estruturação do significante ao inconsciente, ocorre um processo atuante em duas direções: a identificação do sujeito a determinada FD que o constitui e um assujeitamento ideológico aos sentidos produzidos por tal formação discursiva.

Dessa forma, a subjetividade é produto do acontecimento linguístico no sujeito, porém, entendendo acontecimento como o “ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” (PÊCHEUX, 1990, p. 17). Em outra formulação: “se é sujeito pelo assujeitamento à língua, na história”. (ORLANDI, 2002, p. 66).

No campo linguístico, para além dos paradigmas clássicos que imputavam à língua a função de representação do real e excluía seu caráter subjetivo, abre-se espaço para novas perspectivas, que conferem a ela “espessura própria” ao explorá-la em suas estruturas. A partir das novas lentes, privilegia-se a posição do sujeito e “a linguagem passa a ser considerada o lugar de constituição da subjetividade. E porque constitui o sujeito, pode representar o mundo”. (BRANDÃO, 2012, p. 54).

Acerca da subjetividade, Orlandi (2002, p. 65) postula que “pode interessar, discursivamente, pelo fato de que ela permite compreender como a língua acontece no homem. [...] o acontecimento significativo que é o discurso tem a noção de subjetividade como um lugar teórico fundamental”. Isto é, o trecho da autora explicita uma tese básica da AD: o acontecimento significativo permite a construção do sujeito e, conseqüentemente, da subjetividade.

Nesse sentido, a teoria inaugurada por Pêcheux é tomada como uma teoria não subjetivista da subjetividade, ou seja, que não proclama um indivíduo senhor de si e sequer, totalmente limitado pela ordem do discurso. Bem como pontua Mazière (2007, p. 22), “o sujeito da AD é um “lugar de sujeito”, em uma abordagem dessubjetivada”, isto é, o sujeito do discurso não é pensado como como uma forma de subjetividade, e sim como o “lugar” que ocupa e que o torna sujeito de seu dizer (ORLANDI, 2020, p. 47).

A AD concebe que o “lugar de sujeito” é ocupado pelo que Pêcheux determinou como forma-sujeito, ou sujeito do saber de determinada FD. Na forma-sujeito, cunhada por Althusser, tem-se a determinação de que o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e, conseqüentemente, o indivíduo social só se torna agente de uma prática ao se revestir da forma-sujeito. A forma-sujeito constitui o funcionamento imaginário do sujeito, além de designar a forma de sujeição que um indivíduo assume ao realizar a incorporação –dissimulação dos elementos do interdiscurso.

Por conseguinte, o sujeito é dotado da característica de intercâmbio, já que este assume lugares distintos no funcionamento social. Ao pensar o sujeito mulher, infere-se também suas diversas posições sociais, visto que ela pode falar a partir da posição de “mãe”, da posição relativa ao seu cargo no trabalho, da posição de “amiga”, entre outras. Seu discurso deriva da FD em que está inserido, assim, é possível dizer que é a posição que está falando, o sujeito está sendo dito e é isto que lhe confere identidade.

Portanto, a estruturação do sujeito deve ser analisada no seio da ideologia, uma vez que é ela a responsável pela interpelação do “não sujeito” em sujeito, uma vez que “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes (em sujeito de seu discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes correspondem”. (PÊCHEUX, 1995, p. 161).

Como pontua Brandão (2012), a interpelação tem um efeito “retroativo” conforme possibilita que todo sujeito seja “sempre já-sujeito”. Em outras palavras, desde sempre o indivíduo é interpelado em sujeito. “E é isso que permite a resposta absurda e natural “sou eu” à pergunta “quem está aí?”, mostrando que *eu* sou o único que pode dizer *eu* falando de mim mesmo” (BRANDÃO, 2012, p. 79).

Essa evidência do sujeito esconde dele o fato de que a interpelação ideológica o forma e dá aos sujeitos “a realidade como sistema de significações percebidas, experimentadas”. (ORLANDI, 2020, p. 44). Outra evidência pontuada por Orlandi (2020) é a do sentido, responsável por fazer com que uma palavra designe algo, há um apagamento do caráter material, de forma a parecer transparente o que, na verdade, se forma pela remissão às FDs.

Tais evidências apresentam a realidade ao sujeito como uma realidade discursiva ilusória, e isso se faz possível por meio do conceito de *esquecimento*, cunhado por Pêcheux (1997).

Pelo *esquecimento nº1*, também chamado de esquecimento ideológico, o sujeito "se coloca como a origem do que diz, a fonte exclusiva do sentido do seu discurso" (BRANDÃO, 2012, p. 82), essa postura se dá de forma inconsciente, sendo uma zona a qual o sujeito não tem acesso. Logo, ocorre uma recusa dos fatores que remetem ao exterior de sua FD, já que a ilusão é a de criador absoluto do discurso. Entende-se, portanto, que para a AD o sujeito não é origem nem fonte de sentido de discurso.

Já no *esquecimento nº2*, da ordem da enunciação e por isso chamado esquecimento enunciativo, "o sujeito retoma o seu discurso para explicar a si mesmo o que diz, para formulá-lo mais adequadamente, para aprofundar o que pensa" (Ibid.). Isto é, ocorre uma operação de seleção linguística, em que se usa determinada colocação em detrimento de outra, esse esquecimento é responsável por uma ilusão referencial: faz-nos "acreditar que há uma relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo" (ORLANDI, 2020, p. 33). Assim, o sujeito entende que o dito só pode ser dito daquela forma, contudo, para a AD "o modo de dizer não é indiferente aos sentidos" (Ibid.).

Para a AD, o esquecimento ganha o estatuto de "estruturante", pois atua na fundação dos sentidos e dos sujeitos, a partir dele é que há o funcionamento dessas engrenagens. O teor da palavra "esquecimento", em primeira instância, pode soar de forma negativa, contudo, atua positivamente ao possibilitar o acesso à significação e entrada no processo discursivo: "Quando nascemos os discursos já estão em processo e nós é que entramos nesse processo" (ORLANDI, 2020, p. 33).

A partir do conceito de esquecimento é possível entender concepções basilares da disciplina: o descentramento do sujeito e, conseqüentemente, a desconstrução da ideia de unidade, uma vez que o sujeito do discurso é dispersão. Essa premissa é justificada pelas várias posições enunciativas que o sujeito pode ocupar em um texto, bem como pelas diversas formações discursivas que atravessam um discurso.

Ademais, para a AD, é inconcebível a caracterização do discurso como monológico, uma vez que a palavra é dialógica e que os discursos carregam consigo o peso dos "já-ditos". Bem como pontua Brandão (2012), os discursos se "fingiriam" monológicos, em um processo de apagamento das vozes que socialmente e historicamente os atravessam. ³

³ O interacionismo bakhtiniano é um gancho possível para tratar do dialogismo, visto que seu conceito de polifonia representa o fato de que o discurso é resultante de uma rede de diferentes vozes, sendo

Logo, pode-se pensar em uma heterogeneidade inerente ao discurso devido à dispersão do sujeito.

Essa heterogeneidade, entretanto, é trabalhada pelo locutor de tal forma que, impulsionado por uma vocação totalizante, faz com que o texto adquira, na forma de um concerto polifônico, uma unidade, uma coerência, quer harmonizando as diferentes vozes, quer “apagando” as vozes discordantes. (BRANDÃO, 2012, p. 83).

Foucault qualifica a unidade textual como um efeito discursivo que deriva do princípio do autor, atuante como uma das ordens reguladoras do discurso ao centralizá-lo e agrupá-lo. Em sua obra “O que é um autor”, Foucault especifica que:

Um autor é justamente a capacidade de remanejar, de reorientar esse campo epistemológico ou esse plano discursivo, que são fórmulas suas. De fato, só existe autor quando se sai do anonimato, porque se reorientam os campos epistemológicos, porque se cria um novo campo discursivo, que modifica, que transfere radicalmente o precedente. (1969, p. 66).

A noção de função-autor pode ser entendida como a função que o “eu” desempenha enquanto produtor de linguagem a partir das perspectivas discursivas que constrói e em que se constitui, afastando-se, conseqüentemente, da posição de mero locutor.

O conceito de função-autor é essencial para o funcionamento discursivo, uma vez que é colocado como origem da textualidade. Ademais, na interação comunicativa, ressalta-se a função enunciativa e para pontuar as diferentes funções do sujeito falante, são propostas três distinções:

A função-autor, que é uma função discursiva do sujeito, estabelece-se ao lado de outras funções, estas enunciativas, que são o locutor e enunciador, tal como as define O. Ducrot (1984): o locutor é aquele que se representa como “eu” no discurso e o enunciador é a perspectiva que esse “eu” constrói. [...] a discursiva do autor é a função que esse assume enquanto produtor de linguagem, produtor de texto. Ele é das dimensões do sujeito a que está mais determinada pela exterioridade (contexto sócio histórico) e mais afetada pelas exigências de coerência, não contradição, responsabilidade, etc. (ORLANDI, 2020, p. 72-73)

Assim sendo, a AD busca atentar para a posição ocupada pelo sujeito enquanto parte de uma estrutura social, pois a ela não interessa o indivíduo de modo isolado,

que todas se encontram em igualdade, nunca dominadas umas pelas outras. Entretanto, por se tratar de um trabalho no campo da AD, optamos pela máxima homogeneidade da linha teórica.

mas o estatuto do sujeito no bojo sócio-histórico. Consequentemente, refletir sobre o autor como categoria discursiva implica que, ao produzir seu discurso, ele se relaciona com o exterior e, paralelamente, constrói a sua identidade enquanto autor (ORLANDI, 2005). Concluindo, o autor, à medida que formula seus dizeres, subjetiva-se em determinado discurso e isso só é possível pela função-autor.

Por fim, pensar o sujeito para a Análise de Discurso é entender que sua subjetividade é marcada por um jogo de oposição, pois ele não se vê completamente livre, mas também não é completamente assujeitado; pertence à “incompletude” e carrega em si o “desejo de ser completo”; por ser discursivo, é “dispersão”, mas, em função de autor, busca pela unidade textual; pensa-se dono de seu dizer, mas é envolto por mecanismos ideológicos que moldam sua realidade.

2.2 Formação Discursiva

O conceito de “formação discursiva”, caro à AD, é consequência dos estudos foucaultianos. Ao definir o discurso, Foucault o coloca como “sistema de dispersão”, isto é, forma-se por elementos que não apresentam um princípio de unificação. Desse modo, a proposta do filósofo é a busca pelas regularidades existentes por detrás da dispersão, uma vez que elas resultariam do processo de formação discursiva.

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva (...) (FOUCAULT, 2008, p. 43).

Em sua obra *A Arqueologia do Saber* (1969), o filósofo expõe uma sequência de estudos que objetivam traçar um método investigativo para a construção de uma nova forma de pensamento. Para tanto, o trabalho é desenvolvido em torno de uma arqueologia do saber filosófico em paralelo às experiências literárias e de análises discursivas. É possível apreender o uso da palavra arqueologia como uma remissão ao procedimento de escavação vertical das camadas do discurso, contudo, sem a tentativa de apreensão de estruturas morais universais.

Isto porque, o que interessa a Foucault é a articulação acerca dos pensamentos, falas e atos do sujeito como uma caracterização de determinado

período, pois postula os acontecimentos discursivos como acontecimentos históricos. Assim, o método arqueológico é situado no domínio do “ser-saber”. (FOUCAULT, 2008)

O sentido de “saber” não é restrito ao conhecimento científico, mas a uma possibilidade de conhecimento, seja esta possibilidade teórica ou prática. Para o filósofo, um saber é caracterizado como o que se pode dizer em uma prática discursiva, é onde o sujeito assume uma posição específica para referir-se a um tema determinado. É também o lugar dos enunciados, em que os conceitos se mostram, aplicam-se e transformam-se. Portanto, esse espaço é caracterizado pelas possibilidades de utilização do discurso. (*ibid.*)

O saber é apresentado como uma construção histórica produtora de verdades que se instauram e se mostram nas práticas discursivas. É por meio dessa perspectiva que Foucault assume o conhecimento e a verdade como questões históricas, por serem produto de sistematizações manifestas através de discursos científicos e positivos - sempre tomados como verdades - e, portanto, aceitos. Em sua concepção, os saberes científicos encontrariam validade em si mesmos, desprezando o papel fundamental dos discursos que englobam a construção da imagem da ciência.

A arqueologia busca definir não os pensamentos, as representações, as imagens, os temas, as obsessões que se ocultam ou se manifestam nos discursos; mas os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem a regras. Ela não trata o discurso como documento, como signo de alguma coisa, como elemento que deveria ser transparente, mas cuja opacidade importuna é preciso atravessar frequentemente para reencontrar, enfim, aí onde se mantém a parte, a profundidade do essencial; ela se dirige ao discurso em seu volume próprio, na qualidade de monumento. Não se trata de uma disciplina interpretativa: não busca um “outro” discurso mais oculto. Recusa-se a ser “alégorica”. (FOUCAULT, 2008, p. 159).

Então, a arqueologia intenta definir os discursos enquanto práticas que seguem regras discursivas. O discurso possui uma opacidade que deve ser atravessada a fim de reencontrar sua profundidade essencial. O arqueólogo buscaria a regularidade dos enunciados e a descrição dos fatos que o incluem. A preocupação em expor a formação discursiva demonstra que, segundo sua análise, os discursos e saberes se configuram historicamente e devem ser apresentados e compreendidos

Bem como Brandão (2012) explicita a respeito da teoria foucaultiana:

regras de formação” possibilitariam a determinação dos elementos que compõem o discurso, a saber: os objetos que aparecem e coexistem e se transformam num “espaço comum” discursivo; os

diferentes tipos de enunciação que podem permear o discurso; os conceitos em suas formas de aparecimento e transformação em um campo discursivo, relacionados em um sistema comum; os temas e teorias, isto é, o sistema de relações entre diversas estratégias capazes de dar conta de uma formação discursiva, permitindo ou excluindo certos temas ou teorias (p. 32).

São tais regras que possibilitam apreender a regularidade da formação discursiva, transcendendo a dispersão característica, ou seja, é por meio da análise dos enunciados que se alcança a regularidade.

É possível afirmar que o sentido não habita em si mesmo, mas se forma por meio das posições ideológicas que se movem ao longo do processo sócio-histórico de produção das palavras. Estas têm seus sentidos transformados de acordo com a posição do sujeito e as regulações do dizer. (ORLANDI, 2020).

É justamente nesta regulação, que podemos entender a noção de FD como basilar para a AD, pois ela é o caminho para a compreensão do processo de produção dos sentidos, para o entendimento de seu vínculo com a ideologia e é também a possibilidade de estabelecimento de regularidades discursivas por parte do analista. (ORLANDI, 2020).

Uma definição para a formação discursiva é “aquilo que numa formação ideológica dada - ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada - determina o que pode e deve ser dito.” (ORLANDI, 2020, p. 41). E, ainda para esta autora, disso decorrem dois importantes desdobramentos:

- A) Os sentidos do discurso são possibilitados pela inserção do sujeito em determinada formação discursiva e não em outra, o que gera um sentido específico em detrimento de um distinto. Assim, nota-se que o sentido não é inerente à palavra, mas derivam seus sentidos das FDs inscritas, uma vez que são sempre determinados ideologicamente.

Portanto, a materialização da ideologia, por meio das palavras, explicita a reciprocidade entre linguagem e ideologia, de modo a expor um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos. Palavras conversam com palavras que são parte de uma composição: o discurso.

Nesta teia discursiva, as FDs mostram-se como regionalizações do interdiscurso - marcas singulares dos discursos em suas vinculações. É o interdiscurso que possibilita os dizeres, determinando, através do já-dito, o que estabelece uma FD em relação a outra e é esta afirmação que reforça a articulação

de formações discursivas governadas pelo interdiscurso em materialização contraditória. Assim, não se deve pensar as formações discursivas por meio de lentes homogêneas, visto que seu funcionamento se dá pela contradição e desemboca na heterogeneidade delas mesmas, na fluidez de suas fronteiras e em uma reconfiguração contínua.

Tem-se, a partir disso, o conceito de metáfora, o qual, dentro da Análise de Discurso, não é definida como uma mera figura de linguagem. Aqui, ela é transpassada pela teoria laciana e explica-se como a tomada de uma palavra pela outra, ou seja, como uma transferência, mas sempre ressignificando.

A metáfora é essencial, principalmente no que se refere à produção dos efeitos de sentido, pois as palavras não possuem o sentido atado à sua literalidade. Orlandi (2020) faz referência a Pêcheux (1995) ao resgatar a ideia de que o sentido é sempre uma palavra, uma expressão ou uma proposição por outra palavra; e é por meio dessa transferência que os elementos significantes entram em confronto, de modo a se revestirem de um sentido.

B) É através da referenciação à formação discursiva que se pode entender, em meio ao funcionamento discursivo, os diversos sentidos. Logo, palavras iguais podem assumir significados diferentes porque estão inseridas em formações discursivas (FDs) distintas.

Por exemplo, a palavra “terra” não significa o mesmo para um índio, para um agricultor sem terra e para um grande proprietário rural. Ela significa diferente se a escrevemos com letra maiúscula Terra ou com minúscula terra etc. Todos esses usos se dão em condições de produção diferentes e podem ser referidos a diferentes formações discursivas. (ORLANDI, 2020, p. 42).

Essas possibilidades explicitam o trabalho do analista de discurso: a observação das condições de produção e a verificação do funcionamento da memória discursiva. O analista precisa remeter o dizer a uma determinada FD para assim entender o sentido presente no discurso.

Dessa forma, a evidência do sentido é, na verdade, um efeito da ideologia, que não possibilita a percepção de sua materialidade e historicidade construtiva. Ademais, pode-se também afirmar que a identidade do sujeito (“eu” sou “eu”), mascara a sua constituição: é resultado da identificação com uma interpelação, dada ideologicamente pela vinculação a uma formação discursiva.

Como postula Mussalim (2003), partindo do princípio de que uma FD é um elemento de uma FI determinada, o limite que precisa uma formação discursiva é movediço, pois ela está inserida em um espaço de luta ideológica. Portanto, pensar uma FD não é pensar um limite definitivo. Uma formação discursiva se aglutina a tantas outras e suas fronteiras vão se deslocando devido ao embate ideológico, entretanto, o embate é recuperável justamente no interior de cada uma das formações em jogo.

Então, caberia à FD regular, em dado contexto sócio-histórico, a partir da posição ocupada pelo sujeito, o que deve ou não ser dito. Assim, chegamos num dos pontos fundamentais da AD: os sentidos não são dados, mas construídos a partir das FDs em que as palavras se inserem, por conseguinte, entende-se a heterogeneidade e fluidez das formações discursivas. Isto é, as posições ideológicas atuantes no processo sócio-histórico e a posição dos sujeitos são determinantes para os efeitos de sentido.

Também, conforme explica Pêcheux, é possível detectar em um mesmo texto diferentes formações discursivas, porém, o que ocorre é uma relação de dominância de uma FD sobre a(s) outra(s).

2.3 Memória Discursiva

Para falar da memória discursiva é necessário adentrar o campo da intertextualidade, pois na relação do discurso com seu Outro habitam duas noções básicas. A noção de intertexto de um discurso, entendida como o conjunto dos fragmentos que ele cita efetivamente; e a noção de intertextualidade, que abarca as formas de relações intertextuais postuladas como legítimas na relação de uma FD com outras.

Acerca da intertextualidade, entende-se ainda dois níveis presentes: a intertextualidade interna, em que um discurso é definido por sua relação com discurso(s) do mesmo campo, podendo haver divergências ou então enunciados semanticamente vizinhos aos que permitem sua formação discursiva; e uma intertextualidade externa, na qual um discurso define determinada relação com outros campos a depender da citação ou não destes enunciados.

Tais distinções denotam que o espaço discursivo é rico em circulações dos saberes, que partem de uma região para outra de modo instável, tendo em vista a regulação dos discursos e circunstâncias a ele referentes.

Consequentemente, essa troca discursiva relaciona-se diretamente com a eficácia do discurso, pois ao remeter a outro discurso, o sujeito faz uso de componentes formulados anteriormente que intervêm clandestinamente e produzem um efeito de evidência que acarreta a adesão do público.

No campo da intertextualidade interna, regularmente as formações discursivas são associadas a uma memória discursiva, pois é esta que possibilita a toda FD fazer circular formações anteriormente enunciadas. É a memória discursiva que possibilita, dentro da rede de formulações que compõem o intradiscorso de uma formação discursiva, a ocorrência, a rejeição ou a modificação de declarações que pertencem a formações discursivas historicamente próximas.

Dessa forma, ao pensar a memória discursiva, a remissão do sujeito não deve ser à memória psicológica, que permite a lembrança de vivências, mas sim uma memória que depreende a inscrição do enunciado na história. A exemplo, em se tratando do gênero feminino, é essa memória que resgata e traz à tona os ideais de beleza, fragilidade e delicadeza inscritos na história e socialmente absorvidos, de modo que o padrão se repete século após século.

Pêcheux e Fuchs (1997) relacionam a noção de sentido às relações de parafraseagem mantidas entre os enunciados no interior de uma matriz de sentido que se formula no âmbito de uma Formação Discursiva. Portanto, entende-se que tais relações consistem em um procedimento de retomada.

Contudo, se a matriz de sentidos é instituída por meio do *processo de repetibilidade*, ela também delimita tal repetição, visto que é a matriz de sentido que estabelece o que *pode e deve ser dito* no interior de uma FD. O que corresponde a dizer que existem sentidos que nela não podem ser produzidos. (INDURSKY, 2011)

A noção de pré-construído permite uma melhor compreensão sobre a relação entre repetição, memória e sentidos. Nas palavras de Pêcheux (1995, p.164), o “pré-construído é o “sempre-já-lá” da interpelação ideológica que fornece-impõe a ‘realidade’ do seu ‘sentido’ sob a forma da universalidade”. Resumidamente, qualquer elemento discursivo que seja produzido anteriormente, em outro discurso e de modo independente, é tomado como um pré-construído.

Indursky (2011) destaca duas modalidades por meio das quais o pré-construído pode ser mobilizado. Na primeira delas, ocorre por uma *operação de encaixe sintático* no interior do discurso do sujeito, em que uma operação sintática é responsável por sinalizar “a fronteira entre o que veio de outro lugar, o pré-construído, e o que foi produzido no discurso do sujeito”; ora sob a forma de discurso-transverso, quando “o discurso-outro entra de viés no discurso do sujeito”, ecoando já-ditos vindos de alhures. (INDURSKY, 2011, p. 69).

Através do pré-construído é possível analisar como elementos originários do interdiscurso se inscrevem no discurso do sujeito. Trata-se de práticas discursivas em que os saberes circulam e são apropriados em discursos diversos. Essa prática, portanto, instaura uma co-referência entre o que é apropriado e encaixado no discurso do sujeito e entre o que já estava formulado, acarretando o efeito de que aquele pré-construído foi gerado no próprio discurso do sujeito. (INDURSKY, 2011).

Além da operação de encaixe, acerca do pré-construído, tem-se em Pêcheux a concepção de que o pré-construído pode ocorrer como discurso transverso, de modo que ele “remete àquilo que, classicamente, é designado por metonímia, enquanto relação da parte com o todo, da causa com o efeito, do sintoma com o que ele designa, etc.” (PÊCHEUX, 1995, p. 166). Dessa forma, diz respeito à retomada de saberes já-ditos em discurso outro, em outro lugar, e que ecoa no discurso do sujeito como algo implícito.

O primeiro é objeto de uma operação de apropriação que, através de um encaixe sintático, estabelece co-referência entre o que é apropriado e encaixado no discurso do sujeito e o que aí já se encontrava formulado, produzindo o efeito de que aquele pré-construído foi produzido ali, no discurso do sujeito. O segundo retoma um pré-construído que foi objeto de asserção em outro lugar e que, no discurso que dele se apropria, ressoa metonimicamente, como um implícito. Dois funcionamentos diversos de apropriação do pré-construído, dois modos distintos de retomada de discursos, duas formas diversas de fazer ressoar discursos que já estão em circulação em diferentes práticas discursivas. (INDURSKY, 2011, p. 4).

Nesse sentido, para a AD, a noção de repetibilidade é uma lente para a constatação da pré-existência dos saberes em relação ao discurso do sujeito, pois à medida que este o formula, pensa ser a fonte de seu dizer e, assim sendo, ele opera sob o efeito do esquecimento de que os discursos são pré-existent e, inconscientemente os retoma. Nisso, reside um ponto fundamental do conceito de

memória para a teoria: trata-se de uma memória social e é a ideia de regularização que suporta essa memória.

Se existem tais repetições, existem as retomadas/regularizações de sentidos, que são constituintes da memória social, ainda que seja apresentada ao sujeito como desconhecida. Os discursos que circulam, materializados em linguagem e fundados pelo aspecto sócio-histórico é que são retomados e regularizados.

Por conseguinte, a repetição para a AD não consiste na fidelidade a cada palavra, mesmo que isso ocorra. Antes, a repetição também consiste no deslizamento, na resignificação dos sentidos, pois o sujeito do discurso pode não se identificar com um sentido regularizado ou até dissociar-se de um sentido para encontrar fundamento em outro. Essa dança dos sentidos, denominada “movência” pela teoria, pode ser percebida por meio dos processos semânticos que se instalam no discurso. Uma vez que esses deslizamentos são inerentes ao funcionamento discursivo, é ineficaz buscar o sentido

Desse modo, os sentidos transcendem uma única matriz, pois atravessam as fronteiras da FD em que estão para inscreverem-se em outra FD e, conseqüentemente, inserem-se em outra matriz de sentido, o que denota uma relação distinta com uma ideologia distinta. Essa movimentação nas filiações dos sentidos só é permitida pois, ao migrarem, esses sentidos são resignificados. Todas essas noções, formuladas no decorrer dos anos 1970, abriram caminho para a formulação do conceito de memória discursiva, que ocorreria na década seguinte. (INDURSKY, 2011).

Como mencionado anteriormente, a obra foucaultiana *Arqueologia do Saber* exerceu grande influência sobre a AD. Então, no trabalho de Courtine, *O discurso comunista endereçado aos cristãos* (2009), delinea-se novamente a presença de Foucault, uma vez que a heterogeneidade histórica do discurso é tecida e ancorada na obra do analista. A *Arqueologia*, que assinalava a coexistência desarmônica dos condicionamentos e deslocamentos inseridos e promovidos pelos acontecimentos enunciativos, estimulou Courtine a comprovar que a heterogeneidade do já dito atua como princípio e indício de sua constituição e historicidade no fio do discurso. (GOMES, 2013).

Em detrimento da homogeneização dos espaços discursivos, Courtine, apoiado na releitura foucaultiana, postula a contradição marcada nos “enunciados divididos” presentes nos discursos comunistas dirigidos aos cristãos, entre 1936 e 1976.

Apoiado no pressuposto foucaultiano de que “um enunciado tem sempre margens povoadas de outros enunciados” (FOUCAULT, 1997, p. 13) e estudando a atuação da função enunciativa do discurso político comunista, Courtine propõe a noção de *memória discursiva*. (GOMES, 2013)

Assim, segundo Courtine, a memória discursiva consiste no entendimento de que toda e qualquer formulação nela inscrita está situada em um espaço de outras formulações, em repetição, transformação ou até refutação.

toda produção discursiva faz circular formulações anteriores, porque ela possui em seu domínio associado outras formulações que ela repete, refuta, transforma, denega... Isto é: em relação às quais esta formulação produz *efeitos de memória específicos*. (COURTINE, 2009, p. 104).

Indursky (2011) explicita que “a noção de memória discursiva diz respeito à existência histórica do enunciado no seio de práticas discursivas, reguladas pelos aparelhos ideológicos” (p. 86). Nisto, os discursos originam novos atos de linguagem nos quais as formulações dos dizeres se abrem a novas enunciações. Tem-se, portanto, uma relação entre interdiscurso e intradiscurso, na qual se tece a retomada de uma formulação origem na presente conjuntura discursiva, gerando um efeito de memória. Para Courtine (2009), interessa entender como a atuação da *memória*, no âmbito de uma FD, possibilita a lembrança, a repetição, a refutação, mas também o esquecimento de tais elementos do saber quando são formulados pelo sujeito em seu discurso. Indursky (2011) ainda acrescenta: como determinados sentidos cristalizados são passíveis de transformação, resultando em outros.

Courtine (1999) introduz as noções de interdiscurso e memória discursiva por meio da proposta de “assujeitamento do sujeito falante na ordem do discurso” a partir de dois níveis. O primeiro seria “o nível da enunciação”, caracterizado pela materialização discursiva, formulado por um dado sujeito em uma situação enunciativa específica. Esse seria o eixo horizontal ou, como postulado por Orlandi (2006, p. 21), o eixo da formulação. Já o segundo nível, chamado “nível do enunciado”, é o nível em que se depreende o interdiscurso. Trata-se do eixo vertical, definido por Orlandi (2006, p. 21) como “eixo da constituição do dizer”, nele, situamos a memória discursiva, pois é composto por enunciações estratificadas de tal modo que qualquer formulação se dá determinada pelo conjunto das formulações feitas anteriormente.

No entanto, existe uma característica especial que define a natureza da memória discursiva: trata-se do fato de que quando expressamos algo, há uma estratificação de formulações pré-existentes que influenciam nossa expressão e constituem o núcleo do nosso discurso. No entanto, essas formulações são pré-existentes e 'esquecidas'. Portanto, podemos afirmar que a memória discursiva é formada pelo esquecimento (ORLANDI, 2006, p. 21). Assim, o interdiscurso, de acordo com a visão de Courtine, configura-se como o domínio que permite a formação de uma "modalidade de existência específica" da memória histórico-discursiva. É nesse interdiscurso que encontramos o domínio da memória, ou seja, a exterioridade constitutiva das declarações, um espaço no qual o sujeito falante não possui um lugar predefinido, pois, no domínio da memória, temos uma voz sem dono (COURTINE, 1999).

Logo, o interdiscurso apresenta uma relação estreita com a memória. Para Orlandi (2005), a memória também é parte do discurso, portanto, a forma como ela surge induz às condições de produção do discurso, e assim a memória é considerada "interdiscurso". O interdiscurso é aquilo que fala antes, que emerge de um lugar independente, é o que a autora denomina memória discursiva, é algo que já foi dito e que repercute no que se está sendo dito.

[...] O fato é que há um já-dito que sustenta a possibilidade mesma de todo dizer, é fundamental para se compreender o funcionamento do discurso, a sua reação com os sujeitos e com a ideologia. A observação do interdiscurso nos permite, remeter o dizer da faixa a toda uma filiação de dizeres, a uma memória, e a identificá-lo em sua historicidade, em sua significância, mostrando seus compromissos políticos e ideológicos. (ORLANDI, 2005, p. 32).

A autora explicita que a relação entre interdiscurso e intradiscurso é determinante para a formulação discursiva. Desse modo, todo dizer se dá por meio do encontro de dois eixos: o eixo da memória (constituição) e o eixo da atualidade (formulação). Assim, este conjunto é que possibilita averiguar os efeitos de sentido no discurso.

Contudo, em Indursky (2011), ocorre uma diferenciação entre o interdiscurso e a memória discursiva. A autora retoma o pressuposto de Orlandi para tecer seu raciocínio: o interdiscurso remete à memória do dizer. Então, tudo o que já foi dito inscreve-se no interdiscurso e, se isso acontece, é devido ao interdiscurso ser

constituído de um complexo de formações discursivas, ou seja, todos os sentidos já produzidos se fazem ali presentes, e não somente os sentidos autorizados pela Forma-Sujeito. “E, se é desse modo, nada do que já foi dito pode dele estar ausente. O interdiscurso não é dotado de lacunas. Ao contrário, ele se apresenta totalmente saturado.” (*ibid.*, p. 18). Esta é a essência interdiscursiva: a reunião de todos os sentidos que já foram produzidos por vozes anônimas esquecidas. Desse modo, é pelo fato de conter todos os sentidos que ele se diferencia da memória discursiva.

Por conseguinte, se a memória discursiva é resultante da existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas reguladas pelos aparelhos ideológicos, cabe afirmar que ela se refere aos enunciados inscritos nas formações discursivas, no interior das quais ele recebe seu sentido. E novamente: se a memória discursiva se refere aos enunciados que se inscrevem em uma FD, é possível dizer que ela se refere aos sentidos autorizados pela Forma-Sujeito no campo de uma formação discursiva, e não a todos os sentidos, como o interdiscurso. Ademais, a memória discursiva também se refere à refutação dos sentidos, pois por meio deste ato, a memória discursiva é responsável por apontar o que não pode ser dito na FD determinada. Há também um outro funcionamento da memória discursiva: é através dela que certos sentidos são “esquecidos”, isto é, certos sentidos que, em um momento específico podiam ser formulados no seio de uma FD, devido a mudanças conjunturais, não podem mais ser atualizados e lembrados neste lugar. E o contrário também ocorre: sentidos não autorizados em uma FD, a partir de mudanças conjunturais, tornam-se possíveis. (INDURSKY, 2011)

Com base nisso, entende-se que memória discursiva e interdiscurso referem-se à memória social, mas são distintos. A *memória discursiva* é regionalizada, reduzida a uma FD e, desse modo, encontra *lacunas*. Já o *interdiscurso* denota a *memória discursiva referente ao conjunto de todas as FDs*. Portanto, a memória que o interdiscurso abarca é uma memória de amplitude e, por isso, *saturada*. (INDURSKY, 2011)

Sinteticamente, pode-se afirmar que uma formação discursiva encontra sua regulação em uma memória discursiva, que ressoa a memória social. Em contrapartida, a memória discursiva que se assimila a partir de uma FD não é total, uma vez que os sentidos encontram delimitações ideológicas. Desse modo, é possível diferenciar “memorável” de “memória discursiva”, pois o primeiro se refere ao que todos lembram, enquanto o segundo é de cunho ideológico.

3. MULHERES E HISTÓRIA: BREVES CENÁRIOS

“Tratar o outro como uma coisa, no e pelo seu corpo, é contrário ao direito da humanidade de não ser tratado apenas como um meio” (CASNABET, 1993)

Mulher é assunto. Todos falam dela - como é, como deveria ser - e são muitas as representações que envolvem a figura feminina em todas as épocas. Dentre elas, há as dominantes, tomadas como modelo e referência, identificáveis com maior clareza em cada período. Algumas persistem no tempo, enquanto outras envelhecem a ponto de provocar riso, estranhamento ou não serem sequer reconhecidas pelas novas gerações. (PINSKY, 2012, p. 470).

Os registros históricos clarificam o passado e, ao pensar a história, logo se vê que há um sujeito por muito tempo deixado às sombras da narrativa: a mulher. Contudo, a sombra não exclui sua presença, pois se movia por entre a realidade dos dias, por entre os discursos e representações.

“[...] este discurso pletórico e repetido sobre a mulher e sua natureza é um discurso atravessado pela necessidade de a conter, pelo desejo mal disfarçado de fazer da sua presença uma espécie de ausência ou, pelo menos, uma presença discreta que deve cingir-se a limites cujo traçado se assemelha a um jardim fechado.” (DAVIS; FARGE, 1990, p. 09).

Ocorre que, nas vivências desse sujeito, outro agente transpassa seu caminho: o homem. No que se refere à história, podemos dizer que “o discurso não a mostra, inventa-a, define-a através de um olhar culto (logo masculino) que não consegue senão subtraí-la a si própria” (DAVIS; FARGE, 1990, p.9). Assim, discorrer sobre a história das mulheres é, muitas vezes, discorrer também sobre a dos homens, em uma dança de opostos que, por tantas vezes, em seu determinismo social, impõe - e ainda impõe - modos de existência a esses sujeitos.

Nascimento (1997) atenta para a importância de uma análise científica que não se detenha a caracterizações sociais positivas ou negativas, por tratar-se de generalizações e privilégio do juízo de valores do autor em detrimento da construção histórica, bem como à inserção social da mulher, pensando sua interação com o homem e não o vendo somente como um elemento perturbador e destrutivo. Logo, a produtividade científica dessa narrativa reside na preocupação de estudar o papel da mulher na história e não somente a história da mulher.

Desse modo, traçar um panorama da história das mulheres exige o desprendimento das narrativas e representações já conhecidas. Na movência dos sentidos, a complementaridade entre a realidade das mulheres e os discursos sobre elas permite um melhor desvelar acerca das relações discursivas, tomando-as como uma produção social, de modo a tecer uma história que não abranja somente uma perspectiva, visto que o campo discursivo é ilimitado.

Uma posição de protagonismo para o sujeito-mulher poderia ser pensada a partir do século XIX, em uma disparidade entre opressão - representação espontânea ao pensar o momento histórico - e revolução, tendo em vista o despontar do movimento feminista, que possibilitaria importantes mudanças estruturais. Entretanto, antes de adentrar os movimentos de emancipação, é necessário observar o decorrer da história.

A base das sociedades ocidentais foi o regime de sujeição à força física, utilizando o sujeito como propriedade privada para a economia e estrutura familiar. Neste contexto, as mulheres eram tiranizadas: enquanto deusas, eram amadas pela beleza e suas simbologias; contudo, enquanto indivíduo, eram afastadas das relações político-econômicas, à medida que o discurso de exclusão era validado pelos grandes médicos, filósofos e políticos da época. Cabia-lhes os cuidados da casa e da família. (ROCHA, 2009, p.62).

Nilsson (1940), ao discorrer acerca dos costumes e festividades rurais da Grécia Antiga, destaca a abundância de ritos mágicos em escrituras acerca da agricultura, a fim de garantir uma boa colheita. Em uma das descrições, o autor menciona a temática da menstruação correlacionada a atributos mágicos: “So does a kind of magic prescribed for destroying vermin, which required that a nude virgin or a menstruating woman should walk about in the fields or gardens.”⁴ (NILSSON, 1940, p. 29)⁵ Tal forma de magia agrária denota a conotação destrutiva imprimida à menstruação por essa cultura, uma vez que teria a capacidade de exterminar insetos que prejudicavam o plantio.

Na Idade Média, a ideologia patriarcal foi reforçada pelas diversas teorias misóginas difundidas pelos principais teóricos antigos, como Aristóteles, São Paulo, Santo Agostinho e São Tomás de Aquino, que reforçavam a submissão da mulher

⁴ “O mesmo acontece com um tipo de magia prescrita para destruir vermes, que exigia que uma virgem nua ou uma mulher menstruada andasse pelos campos ou jardins”. (Tradução nossa).

⁵ NILSSON, Martin. Greek Popular Religion. New York: Columbia University Press, 1940.

medieval. De acordo com Nascimento (1997), em São Tomas de Aquino tem-se uma figura substancial para a construção do discurso misógino do século XIII, na medida em que resgatou a essência do radicalismo agostiniano. Nas Sumas Teológicas, São Tomás preocupa-se em discorrer acerca da construção teórica e filosófica da existência e da condição feminina. Dessa forma, suas considerações resgatam e entrelaçam os pensamentos dos teóricos citados anteriormente, como o de Aristóteles: "*Femina est aliquid deficiens et occasionatum*"; de São Paulo: "*Primo et principaliter propter conditionem feminei sexus, qui debet esse subditus viro*"; e de Santo Agostinho: "*Imago Dei invenitur in viro..., non invenitur in muliere*".⁶

As representações da mulher e da sua sexualidade foram elaboradas por homens que obedeciam, majoritariamente, à lei divina. Consequentemente, as definições para esse sujeito atrelam-se à funcionalidade que tinha para o período: sua reprodução, possível pela natureza fraca, que permitia ao homem a dominação desse corpo. Portanto, a mulher seria inteiramente um ser natural.

A língua francesa da Idade Média tratava, por vezes, os órgãos genitais da mulher por "natureza", assim, a linguagem, matéria do pensamento, perpetuava a essência de matéria e, como efeito, a repulsa dos clérigos e dos homens cujo chamado é a libertação dos laços mundanos. (THOMASSET, 1990).

Godofredo de Vandoma, um dos teólogos dirigentes Reforma, por volta de 1095, descreve o peso da mulher na visão medievá em uma carta dirigida aos seus monges, a fim de reiterar a negação da carne e a fortificação do espírito por meio do afastamento da mulher, que seria moralmente hedionda e de beleza sorradeira:

Este sexo envenenou o nosso primeiro pai, estrangulou João Baptista, entregou o corajoso sansão à morte. De uma certa maneira, também, matou o Salvador, porque, se a sua falta o não tivesse exigido, o nosso Salvador não teria tido necessidade de morrer. Desgraçado sexo em que não há nem temor nem bondade e nem amizade e que é mais de temer quando é amado do que quando é odiado. (THOMASSET, 1990, p. 34).

Thomasset (1990) destaca que no campo da anatomia e da fisiologia, os conhecimentos medievais apresentaram ideias simplistas que, por esse motivo, impregnaram a consciência coletiva. Indiretamente, a anatomia feminina exposta pelos teólogos reforçou a argumentação presente em Gênesis, visto que, ao retomar

⁶ São Tomás de Aquino, Summa Theologica, Ia q. 92, art. 1; Ia IIae, q. 177, art. 2; Ia, q. 93, art. 4.

a imagem de Eva, vem à tona a ideia de que a mulher seria fraca por não resistir à tentação e de importância secundária, pois é produto da costela de Adão.

Entretanto, Aristóteles e Galeno, intuem a analogia da inversão dos órgãos, assim, haveria uma equivalência entre ovários e testículos. Essa comparação só reforçou os juízos que se encarregaram de reiterar a pequenez feminina, resultando em dificuldades para a medicina da época, que se deparou com três imperativos limitantes para uma observação verdadeira:

As dificuldades encontradas pelos médicos medievais na sua leitura da anatomia feminina procedem de uma tripla origem: o princípio rigoroso da analogia que acaba de ser formulado e que submete o corpo da mulher ao método masculino, o princípio absoluto de finalidade presente no jogo etimológico e no pensamento teológico, e por fim o princípio da submissão absoluta à autoridade. (THOMASSET, 1990, p.70)

Os postulados de Aristóteles (384-322 a. C.) acerca da geração das espécies animais, inclusive da raça humana, foram de influência basilar para a formação da misoginia clássica e medieval, suas premissas podem ser encontradas no *De generatione animalium* [Sobre a geração dos animais]. Os preceitos aristotélicos e de seus seguidores tiveram importância basilar na fundamentação linguística, retórica, imaginária e literária do feminino, muitos deles sendo fomentados, no século VII, pela enciclopédia de Santo Isidoro de Sevilha (ca. 570-636), intitulada *Etymologiae*. (FONSECA, 2010).

Na seção de comentários acerca das secreções procriadoras que partem do macho e da fêmea, o filósofo chega aos axiomas binômicos: matéria/corpo e forma/alma; questões que, nesta ordem, caracterizariam a parcela da propriedade formativa e animadora do sêmen masculino, que seria mais nutritivo devido à sua grandiosa natureza calorosa, e a contribuição do feminino, que se apresentaria mais passivo e não formativo, com uma constituição mais fria:

(727 b) Por agora está claro que a contribuição que a fêmea faz para a geração é a matéria nela usada, que esta é encontrada na substância que constitui o fluido menstrual, e finalmente, que o fluido menstrual é um resíduo.

(728a) [...] Uma mulher é como se fosse um homem infértil; a fêmea, de fato, é fêmea devido a uma espécie de inabilidade, viz., falta-lhe o poder da preparação do sêmen num estado final de nutrição [...] por causa da frieza da sua natureza. (729a) O macho provê a „forma“ e o

„princípio do movimento”, a fêmea provê o corpo, em outras palavras, o material.⁷

Aristóteles postula que à fragilidade de um resíduo seminal da fêmea é que se deve o nascimento dos machos deformados, ou seja, do sexo feminino, pois faltava-lhes o princípio da alma, que só se encontra integralmente no masculino. Dessa forma, a responsabilidade da não produção dos machos seria da fêmea geradora:

(737a) Quando o sêmen entra no útero, ele “fixa” o resíduo produzido pela fêmea e imprime nele o mesmo movimento com o qual ele próprio é dotado. A contribuição da fêmea, claro, é um resíduo também [...] e contém todas as partes do corpo potencialmente, embora nenhuma em atualidade; e „todas” inclui aquelas partes que distinguem os dois sexos. Da mesma forma que, às vezes, acontece de descendentes deformados serem produzidos por pais deformados e, às vezes, não, assim os descendentes produzidos por uma fêmea são, às vezes, fêmeas, às vezes, não, mas machos. A razão é que a fêmea é como se fosse um macho deformado, e a descarga menstrual é sêmen, embora numa condição impura; i. e., falta-lhe um constituinte, e somente um, o princípio da Alma.⁸

Neste breve trecho, nota-se a acusação do filósofo em relação à incapacidade feminina de realizar o processamento de seu sangue para torná-lo finalmente nutritivo, motivo justificado pela natureza da fêmea, que é fria. Dessa forma, a menstruação seria como um sangue seminal em condição de impureza, visto que lhe falta o princípio da alma. Consequência desse pensamento é que, desde seu advento, a menstruação se tornou impura e, de acordo com Fonseca (2010), tanto para a medicina, a religião e a moral medieval, o tema “menstruação” era tão alarmante ao ponto de serem acreditados que, se um homem tivesse relações com uma mulher em estado de menstruação, estaria arriscando contagiar-se com a lepra.

Na esteira aristotélica, reforçando a misoginia da época, surgem, no século VII, as *Etymologiae*, de Isidoro de Sevilha. Trata-se de uma enciclopédia pautada na filosofia e teologia para promover a palavra (verba) como condutora dos sentidos e da realidade (res). Esse teor fez com que a popularidade da obra crescesse pela Europa medieval de modo a ainda ser lembrada mesmo após séculos. A relação para com a identificação da realidade por meio da palavra encontra relação direta na Bíblia, visto que o livro demonstra o vínculo entre o verbal e as criações divinas.(FONSECA, 2010).

⁷ 3 ARISTOTLE. *Generation of Animals*. Trad. A. L. Peck. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1963, 727b, 728a, 729a, p. 101-103.

⁸ *Ibidem*, 737a, p. 173-175.

Abaixo, os trechos retirados das *Etymologiae* reforçam a visão de inferioridade feminina característica do período medieval que, elaborada pela fisiologia de Aristóteles, recebeu legitimidade e suporte ideológico por parte dos padres e pensadores religiosos da época. Assim, situado nesse grupo, Isidoro disserta, em âmbito linguístico, as afirmações de Aristóteles no campo da ciência:

(XI. ii. 17) O nome de varão (vir) se explica porque nele há maior força (vis) que na mulher; daqui deriva também o nome de „virtude“; ou talvez porque obriga a mulher pela força.
 (18) A mulher, mulier, deriva a sua denominação de mollities, moleza, como se disséssemos mollier; suprimindo ou alterando letras resulta o nome de mulier.
 (19) A diferença entre o homem e a mulher localiza-se na força e na debilidade do corpo. A força é maior no varão e menor na mulher, para que a mulher possa suportá-lo, e ainda, não fosse que, ao ver-se rechaçado pela mulher, o marido se visse empurrado por sua concupiscência a buscar outra coisa ou desejar o prazer homossexual.
 (23) Hoje em dia se emprega a palavra femina, enquanto que na antigüidade se usava a palavra vira (i. e. a fêmea de vir, homem) [...]
 (24) Femina deriva a sua denominação das partes dos músculos, femur, pelas quais seu sexo se distingue do homem. Outros crêm que a etimologia é grega, fazendo derivar o nome de femina da força do fogo, porque a sua concupiscência é muito apaixonada. Afirma-se que as fêmeas são mais libidinosas do que os homens, tanto entre as mulheres como entre os animais. Devido a isso, entre os antigos, um amor ardente se chamava amor feminino.⁹

Mesmo diante de escalabros tamanhos, a degeneração do feminino ainda atinge o ápice quando o fluido menstrual não é visto simplesmente como sujo ou improfícuo, mas de cunho demoníaco e de potencial destruidor, de modo a desmantelar as coisas, o homem e a natureza:

(XI. i. 140) Menstrua é o sangue supérfluo das mulheres. Denomina-se menstrua devido ao ciclo lunar, tempo que costuma mediar na repetição do fluxo; pois em grego a palavra lua é chamada mene. É conhecida também com o nome de muliebria, pois a mulher é o único animal que tem menstruação.
 (141) Ao contato com este sangue, os frutos não germinam; os sumos das uvas azedam; as ervas morrem; as árvores perdem seu fruto; o ferro fica corroído com ferrugem; os bronzes se tornam negros. Se os cães comerem algo que tenha estado em contato com ele (o sangue menstrual), tornam-se loucos. E o betume asfáltico, que não se

⁹ THE BOOK of Beasts: Being a translation from a Latin bestiary of the twelfth century. Ed. Terence Hanbury White. New York: Dover Publications, Inc., 1984, p. 222. Tradução de Pedro Fonseca.

dissolve nem com ferro nem com água, dissolve-se espontaneamente quando salpicado por esse sangue.¹⁰

Durante a Época Clássica, de acordo com a filosofia foucaultiana (1979, p. 134), tem-se o corpo como alvo do poder, “corpo que se manipula, modela-se, treina-se, que obedece, torna-se hábil ou cujas forças se multiplicam”. Neste período, há a prevalência de uma noção de “docilidade” que “une ao corpo analisável o corpo manipulável”, “que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado”. Desse modo, há, nessas condições, o reforço da superioridade do corpo masculino em relação ao feminino, à medida que são imputadas ao corpo feminino as ideias de passividade e a impossibilidade da fuga da condição materna e de cuidadora do lar.

Houve a redução do sujeito-mulher à sua sexualidade e, em paralelo à objetificação, os médicos acrescentaram a fragilidade e a doença à “condição feminina”, referindo “vocês são a doença do homem”, “chegando à patologização da mulher: o corpo da mulher torna-se objeto médico por excelência” (FOUCAULT, 1979, p. 234). Nesse sentido, é possível trazermos à tona o questionamento de “que corpo é este que se constituiu de forma marcada no sexo frágil, determinando-lhe lugares, interditos, liberdades, trabalhos, limites e exclusões?” (WITZEL, 2014, p. 530).

O aprisionamento e redução ao corpo trouxeram para esse ser, ao longo da história, o paradoxo da fragilidade e da ameaça. Eis o útero condicionado a parir, eis a limitação ao lar, eis o sangue carregado de doenças e maldições, eis a louca, eis o impedimento da liberdade do ser.

Sabe-se que um grande marco da Idade Média foi a Caça às Bruxas, promovida pelo Movimento Inquisitor. Geralmente, tratava-se de mulheres pobres e de origem rural com condutas distintas, tomadas como indícios de possessão demoníaca. Parte desses comportamentos se relacionariam, atualmente, a diagnósticos de ansiedade, depressão, histeria (derivado do grego "hyster", que quer dizer útero) e melancolia. Outrossim, possíveis características dessas mulheres seriam também suas competências ou poderes distintos mediante sua condição social na comunidade: também chamadas de feiticeiras ou “mulheres sábias”, as bruxas tinham conhecimento das “[...] propriedades das ervas ou plantas com que preparavam poções e unguentos reputados eficazes no tratamento de doenças tanto físicas quanto

¹⁰ ISIDORE OF SEVILLE, St. St. Isidore Hispalensis Episcopi, *Etymologiarum sive Originum* libri xx. Ed. W. M. Lindsay. Madrid: PAC, v. II, 1962, X. i. 140-141. Tradução de Pedro Fonseca.

mentais” (TOSI, 1985, p. 42). Um terceiro ponto marcante eram as acusações de transgressão à ordem moral, prática da prostituição, adultério e aborto. Eram mulheres que fugiam das normas sociais, negando o casamento, a procriação e os cuidados domésticos, sendo, portanto, ameaças para a época.

A Caça às Bruxas reforçou a associação entre mulheres e a loucura, trouxe à tona o livre exercício da sexualidade, a vida fora do casamento e a negação da maternidade. E teve dois propósitos específicos: a extinção de mulheres que atuavam com a medicina empírica, e a dissipação do “[...] terror na população feminina, o que facilitaria sua normatização social” (TOSI, 1985, p. 42).

Ao decorrer da Idade Moderna, a Europa vivenciou a difusão da associação entre útero e a regulação da saúde mental da mulher, em paralelo à concepção de inferioridade feminina, tanto do ponto de vista físico quanto do mental, uma vez que a mulher permanecia atada aos seus processos fisiológicos. O sangue mensal era responsabilizado por alterar o estado emocional de mulheres, deixando-as doidas e furiosas, conseqüentemente, considerava-se que beber o sangue de uma mulher menstruada poderia enlouquecer um ser humano. A falta de apetite, de sono, do interesse pelas atividades diárias e até um furor amoroso que levava a mulher a atos tidos como indecentes eram um modo de identificar a melancolia, que possibilitaria à mulher ser abalada pela histeria e pela ninfomania (PEGORARO; CALDANA, 2008). Em Tosi (1985), identifica-se que o mistério da procriação e a característica cíclica da fisiologia feminina achegavam a mulher à natureza, ou tornavam-na mais esclarecida dos seus segredos.

Certa vez, São Tomás de Aquino foi questionado sobre a possibilidade de um escravo liberto ser sacerdote e uma mulher não possuir esse mesmo direito. Ele, então, respondeu que o escravo era “socialmente inferior”, enquanto a mulher era “naturalmente inferior”, não podendo assim exercer os mesmos direitos do escravo alforriado. (ROCHA, 2009, p.100).

Os homens continuavam a exigir que suas mulheres ficassem em casa, procriando e tomando conta dos afazeres domésticos; enquanto as mulheres de fora deveriam se ocupar da satisfação dos impulsos sexuais masculinos. A imagem da família era sustentada pela “boa conduta” feminina, e as libertinas aplacariam a sede pelo hedonismo. Surgia, portanto, uma forma de legitimar a apropriação e domesticação dos corpos das mulheres (ROCHA, 2009).

Para as mulheres, o Renascimento trouxe normas de conduta que enrijeciam mais ainda o culto à domesticidade, destacando o conceito de romantismo e amor materno. Os escritos renascentistas demonstram o estereótipo da mulher ideal e não a liberdade para o que ela gostaria de ser. Desse modo, trata-se de um período que reforçou o retrocesso da condição social feminina. Ademais, foi no Renascimento que a Inquisição atingiu seu auge, em seu momento mais sangrento (ROCHA, 2009).

Ainda segundo Rocha (2009), a concepção de mulher predominante da Idade Média ao Renascimento provém do Cristianismo primitivo e relaciona a mulher ao carnal, ao maldito e ao desregramento sexual. Tal associação também é explorada por Bloch, a partir de um olhar para os escritos dos primeiros padres da Igreja, o autor afirma a ocorrência de uma feminização da carne “ou seja, de acordo com a metáfora da mente e do corpo, a associação do homem com *mens* ou *ratio* e da mulher com o corporal” (1995, p. 277).

Ferreira (2017) destaca os estudos de Guido Ruggiero sobre a magia na Renascença (1993), nos quais o autor argumenta que o sangue menstrual era uma parte relevante do acervo mágico relacionado ao corpo, uma vez que a magia corporal abrangia três dimensões: sexual (falo), afetiva (coração) e reprodutiva (órgão genital feminino junto ao sangue menstrual). A fim de reforçar essas dimensões, Ferreira (2017) faz referências aos postulados da historiadora Lynn Mollenauer (2006) que, ao estudar magia na França do século XIV, constatou que elementos como o sangue menstrual eram parte de destaque na magia amatória (magia para a conquista de um amor), e que poções eram compostas constantemente por uma combinação de substâncias reprodutivas.

Já nos séculos XVII e XVIII, tem-se, respectivamente, a Revolução Inglesa e a Revolução Francesa, dentre tantas revoluções burguesas, essas merecem destaque pelos debates ideológicos que travaram e transformações que realizaram. Dentre elas: a força dada às mulheres para se manifestarem com mais liberdade (ROCHA, 2009).

Devido à expansão do capitalismo e a Revolução Francesa, muitos foram os partidos esquerdistas que despontaram e, devido à recém-formação, necessitavam de aderência, dando espaço para a participação das mulheres em âmbito político. A partir disso, surgiram as primeiras reivindicações feministas, que buscavam a igualdade de direitos conquistados pelas revoluções.

As feministas iam às ruas, muitas delas até armadas, entretanto, após os conflitos, na proclamação dos direitos universais - “*liberté, égalité, fraternité*” - as mulheres foram excluídas: deixaram-nas de fora da elaboração da “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão”, da elaboração da Constituição Civil do Clero, das Constituições, entre outras.

Em Rousseau, filósofo iluminista que inspirou ideologicamente a Revolução Francesa, recai um grande peso para a manutenção da falta de liberdade feminina, pois algumas de suas obras propagavam o adestramento das mulheres, de seus corpos e sexualidade para fins determinados: o casamento, o cumprimento das tarefas domésticas, a procriação e atenção à maternidade. Na obra *Emílio*, ou *Da Educação* (2004), o filósofo postula a boa educação das meninas a partir do cumprimento das funções de mãe e esposa, a finalidade é voltada em inteireza aos homens, é “agradar-lhes, ser-lhes útil, fazer-se amar e honrar por eles, educá-los quando jovens, cuidar deles quando grandes, aconselhá-los, consolá-los, tornar suas vidas agradáveis e doces: eis os deveres da mulher em todos os tempos e o que lhes deve ser ensinado desde a infância” (p. 527), aprender a “sofrer até injustiças e a suportar os erros do marido sem se queixar” (p. 342), e em relação ao desejo de liberdade “Acostumai-as a se verem interrompidas em seus divertimentos e levadas a outras ocupações sem protestos” (p. 341).

Assim, o sentimento de família como é conhecido atualmente foi iniciado no século XVIII a partir do fortalecimento da burguesia. Nesse período, houve a privatização familiar, embasada na submissão das mulheres e das crianças, enquanto o homem se apresentava como o sujeito do discurso.

Apesar de toda a discriminação e injustiça sofridas, para nós, mulheres, a semente da esperança de um mundo mais justo foi lançada, particularmente na Revolução Francesa, e germina ainda nos dias de hoje, de forma singular, respeitando o tempo de maturação de cada cultura, de cada povo. (ROCHA, 2009, p. 126).

Passado o século XVI, as práticas moralizantes da Igreja objetivando o extermínio das sexualidades alternativas, do amasiamento, das religiões divergentes e a imposição do matrimônio e da integridade da família, edificam-se na Colônia devido às necessidades do Estado: era preciso povoar as capitanias, assegurar a segurança e promover o controle da população. Juntamente ao Estado, a Igreja se encarregou de disciplinar as mulheres da Colônia, que deveriam cumprir com a

maternidade em sua função social e psicoafetiva. Para tanto, as crianças deveriam nascer sob o regime do casamento, caso contrário, afetariam a ordem do Estado Metropolitano, uma vez que eram tidos como "bastardos" e "mestiços", fadados a viverem às margens do sistema (DEL PRIORE, 1993).

Os moldes europeus foram trazidos à Colônia, ao "trópico dos pecados", lugar em que acreditava-se ser morada do Diabo. Disso decorre a necessidade de impor a ordem e a normatização, para tanto, na mira dos moralistas, estavam as mães solteiras, pois elas não conheciam as "dádivas" do casamento (DEL PRIORE, 1993).

O maternar torna-se a redenção das mulheres e a garantia de um matrimônio seguro, estimulando a atitude de "portar-se como casada". As múltiplas identidades das mulheres da colônia - mãe de filhos adulterinos, barregã de padre, parceira de um bígamo, entre outras... - deveriam ser reduzidas apenas à relação matrimonial. Logo, a Igreja tratou de mobilizar fatores ideológicos que dessem conta de tal transformação, isto é, implantou na colônia a culpa cristã, a pedagogia do medo e o reforço da dualidade entre santa e puta. Nesta última categoria, enquadravam-se todas que não se comportassem como uma mulher casada ou como "mãe-santinha" em uma confusão entre vida sexual destoante e prostituição (DEL PRIORE, 1993).

Por conseguinte, tanto o discurso médico quanto o da Igreja convergiam sobre o corpo feminino: a procriação era função natural da mulher. Aquém deste lugar, sobrava-lhe a reclusão da melancolia ou da luxúria. Ademais, o discurso da medicina associava-se ao discurso moral e metafísico ao afirmar que a mulher teria, por natureza, um temperamento melancólico, corpo frágil e cognição limitada (DEL PRIORE, 2002).

Além de investir em conceitos que subestimavam o corpo feminino, a ciência médica passou a perseguir as mulheres que possuíam conhecimentos sobre como tratar do próprio corpo. Esse saber informal, transmitido de mãe para filha, era necessário para a sobrevivência dos costumes e das tradições femininas. Conjurando os espíritos, curandeiras e benzedoras, com suas palavras e ervas mágicas, suas orações e adivinhações para afastar entidades malévolas, substituíam a falta de médicos e cirurgiões. Era também a crença na origem sobrenatural da doença que levava tais mulheres a recorrer a expedientes sobrenaturais; mas essa atitude acabou deixando-as na mira da Igreja, que as via como feiticeiras capazes de detectar e debelar as manifestações de Satã nos corpos adoentados. Isso mesmo quando elas estavam apenas substituindo os médicos, que não alcançavam os longínquos rincões da colônia. (DEL PRIORE, 2002, p. 81).

A pressuposição do útero como elemento regulador do corpo físico e da saúde mental feminina era como uma epidemia que se alastrou da Europa do Antigo Regime ao Brasil, propagando a ideia de que a mulher era inferior ao homem em seu aspecto físico e mental. Desse modo, a concepção e a gestão seriam o antídoto para os “achques femininos”. Já no século XVIII, a medicina ainda encontrava prazer em associar doenças físicas que acometiam mulheres a comportamentos de transgressão sexual (DEL PRIORE, 2002).

Nessa perspectiva, a doença nada mais era do que o justo castigo por infrações e infidelidades perpetradas pelos seres humanos. Num cenário em que doença e culpa se misturavam, o corpo feminino era visto, tanto por pregadores da Igreja católica quanto por médicos, como um palco nebuloso e obscuro no qual Deus e Diabo se digladiavam. (DEL PRIORE, 2002, p. 78).

O catamênio era relacionado à magia, transformações e veneno, confirmando as premissas de Santa Hildegarda de que a menstruação era um castigo em razão do pecado original. Este sangue era venenoso e potente na contaminação de bebidas, alimentos e objetos. Para a medicina e a Igreja, devido à secreção e ao odor, a mulher deveria se retirar nesse período, ficando só (DEL PRIORE, 1999).

O sangue mensal é o que mais das vezes costumam usar as mulheres depravadas para o benefício amatório e conciliar amor e afeição; sucede que tão longe está de assim ser, antes gera gravíssimos acidentes, como de veneno e faz as pessoas doidas e furiosas como tem demonstrado a experiência. (PEREIRA, s.d apud DEL PRIORE, 1999).

Del Priore (1999) resgata anotações médicas que traduziam o mal-estar masculino mediante as feiticeiras, que eram capazes de adoecê-los, bem como curá-los com seu poderoso sangue. É somente em 1750 que os médicos passam a substituir o medo pelo cuidado. E em meados do fim do século XVIII, notamos singelos avanços da medicina no que tange novos diagnósticos para enfermidades que acometiam as mulheres, para além dos motivos tradicionais, como o clima, a vida de pecados ou os terríveis males da “madre” (como denominavam o útero).

É certo que a sexualidade, as funções biológicas e as secreções a elas ligadas permearam e definiram a representação das mulheres ao longo da história, sempre em uma dicotomia entre o ideal e o repugnante - Maria x Eva, casta x puta, santa x

pecadora -, e nunca com um olhar sensível para as verdades e reais desejos deste ser (PINSKY, 2012).

Mesmo com a chegada do século XX, a herança das representações do período colonial permanecia. Era mister garantir a virgindade das boas moças até o casamento e diferenciar as honestas daquelas rendidas aos prazeres carnavais, uma vez que o hímen continuava sendo o capital precioso das jovens. De modo geral, é possível a identificação de dois momentos: do começo do século XX ao início dos anos 1960, tem-se a consolidação dos moldes de feminilidade; seguido da fluidez de meados dos anos 1960 até a atualidade, em que o questionamento das ideias anteriores passa a ser possível e realizado (PINSKY, 2012).

Nos anos 1950, o Brasil presenciou um momento de ascensão da classe média. Com o término da Segunda Guerra Mundial, o país vivenciou esperançosamente o crescimento urbano e a industrialização que apontaram para novas possibilidades educacionais e profissionais, tanto para homens quanto para mulheres. Nos discursos políticos, as palavras “democracia” e “participação” começaram a despontar. Além do acesso à informação, ao lazer e ao consumo que agora eram mais palpáveis. Desse modo, as condições urbanas trouxeram uma aproximação entre homens e mulheres que também repercutiu nos relacionamentos pessoais (PINSKY, 2002).

A imagem das mulheres foi modificada no sentido de que, embora a integração delas às atividades produtivas ainda fosse proporcionalmente pequena, em termos simbólicos, houve uma ruptura com o passado de privações: as mulheres tinham qualificações, competiam em igualdade com os homens no ambiente de trabalho e eram membras remuneradas da família. Trabalhar, num primeiro momento, permitiu às mulheres um rompimento com o isolamento doméstico e a possibilidade de experimentar a vida e a cultura fora de casa, aproximando sua participação cultural à dos homens (PINSKY, 2002).

Se o Brasil acompanhou, à sua maneira, as tendências internacionais de modernização e de emancipação feminina - impulsionadas com a participação das mulheres no esforço de guerra e reforçadas pelo desenvolvimento econômico - também foi influenciado pelas campanhas estrangeiras que, com o fim da guerra, passaram a pregar a volta das mulheres ao lar e aos valores tradicionais da sociedade. (PINSKY, 2002, p.608).

As separações entre feminino e masculino ainda eram notórias; a moral sexual específica de cada gênero operava no sentido de reforçar as distinções e, mesmo

ganhando espaço no ambiente profissional, a mulher continuou a ser vista como secundária¹¹, pois o homem era o “chefe da casa” e, portanto, seu trabalho era tido como mais valoroso (PINSKY, 2002).

Com a conquista do voto em 1934 e as posteriores restrições em 1937 devido aos ideais corporativistas do Estado Novo na vida política brasileira, o ativismo feminino se recolheu. Assim, nos anos 1930 e 1940, a aceitação da participação cívica de mulheres se resumia, basicamente, a costurar para os soldados em tempos de guerra. Entretanto, já nos anos 1950, a redemocratização possibilitou a flexibilização da condição do trabalho feminino, que só era permitida mediante autorização do marido.

A partir da segunda metade dos anos 1960, as cidades - já amplamente povoadas devido à migração - aproximavam pessoas e estilos de vida, favorecendo rápidas mudanças comportamentais. O gradativo acesso das mulheres aos empregos remunerados e qualificados permitiu mais independência econômica, segurança e um status de maior reconhecimento tanto social quanto familiar. Este processo resultou no desenvolvimento de uma consciência crítica sobre as desigualdades sociais embasadas no sexo e reforçou o desejo de expansão. Não à toa, em 1962, o Estatuto Civil da Mulher Casada, reconheceria o papel da mulher como “colaboradora” do marido na sociedade conjugal (PINSKY, 2002).

Em 1961, a pílula anticoncepcional chegou às farmácias, elemento que, aliado à revolução dos costumes do final dos anos 1960, transmutariam drasticamente a imagem da mulher: com a perspectiva do sexo sem gravidez, abriu-se espaço para o questionamento público dos valores transmitidos, como a castidade feminina, o requisito da integridade do hímen e a dupla moral sexual, que legitimava o sexo dos homens com prostitutas. A pílula não só possibilitou mais participação econômica feminina, como também a ampliação de suas escolhas sobre o rumo de suas vidas (PINSKY, 2002).

A fim de garantir melhores escolhas, as mulheres foram norteadas pelo investimento na educação. Ao longo dos anos 1960 e 1970, as diferenças curriculares entre alunos e alunas se dissiparam, promovendo novas oportunidades às mulheres de concorrerem a vagas na universidade e proporcionando uma mudança de atitude

¹¹ Nas primeiras décadas do século XX, no Brasil, grande parte do proletariado era composto por mulheres. Vários eram os artigos de imprensa que expunham as investidas sexuais de contramestres a patrões sobre as trabalhadoras. (RAGO, 2012)

acerca da educação superior da mulher. A escolaridade feminina seria tida como mais uma etapa para a obtenção da independência financeira, além de uma possibilidade de nivelar homens e mulheres (PINSKY, 2002).

Na cena urbana, moças e rapazes “de família” passaram a compartilhar diariamente ambientes de estudo, de trabalho e de entretenimento. Nesse contexto, o Brasil presenciou grupos que, em uma postura mais ativa, envolveram-se com assuntos políticos em uma postura de evidente contestação à ordem sexual e familiar da época. Contrariando a máxima de que “o mundo da política é masculino”, muitas foram as mulheres que se uniram aos movimentos de esquerda e abraçaram os ideais feministas, rompendo com os padrões vivenciados por suas mães e avós (PINSKY, 2002).

As reivindicações políticas, os movimentos sociais e o movimento feminista corroboraram para a redefinição da imagem da mulher publicamente. Entretanto, essa mudança somente se sustentou por passos dados anteriormente: muito se deve às *sufragettes*¹² e às militantes da causa operária do século passado que, mesmo com o tardio consentimento dos direitos reivindicados, abriram caminho para a visão da mulher como um ser político (PINSKY, 2002).

Nos anos 1970, sob influência das experiências europeias e norte-americanas, o início do feminismo no Brasil foi marcado pelo caráter de contestação política: argumentava-se acerca da ordem política instituída desde o golpe militar de 1964. Grande parte dos grupos feministas estava associada às organizações de teor marxista, clandestinas na época, que se opunham à ditadura. Desse modo, em 1975, a ONU declara o Ano Internacional da Mulher, devido aos movimentos que já impactavam o cenário europeu e norte-americano da época, enriquecendo os debates da condição feminina em âmbito internacional (SARTI, 2004).

A memória dos 'anos de chumbo', com os depoimentos de mulheres militantes e vítimas da repressão militar, permite confirmar que o caráter radical do feminismo brasileiro foi gestado sob a experiência da ditadura militar e, assim, nomear, hoje, o que naquele início eram mal-estares sem nome, na ainda feliz expressão de Betty Friedan em *A mística feminina*, que inaugurou o movimento feminista norte-americano na década de 1960. (SARTI, 2004, p. 37).

¹² Termo usado para denominar as membras da Women's Social and Political Union (WSPU), organização formada em 1903 por Emmeline Pankhurst e suas três filhas, Christabel, Sylvia e Adela com o fim de reivindicar o direito de voto das mulheres.

Nas décadas de 1960 e 1970, ter mulheres presentes na luta armada do Brasil trouxe não só a oposição à ordem política correspondente, mas também a transgressão à imposição do comportamento feminino. Destituídas de uma proposição feminista deliberada, as ativistas reivindicavam novos lugares para as mulheres ao assumirem comportamentos sexuais que colocavam xeque a virgindade e a instituição do casamento; pegavam em armas e tinham êxito nisto (SARTI, 2004).

Até o início dos anos 1980, a luta contra a oposição ainda era um elemento de unificação de todas as mulheres, sem a explicitação da diversidade que o marcou e sem uma nomeação restrita para as demandas e motivações que as levaram à participação. Como ideologia, o movimento feminista se restringiu a um setor: a prioridade de combater o autoritarismo e a desigualdade social brasileira (SARTI, 2004).

Nos anos 1980, o movimento de mulheres no Brasil era uma força política e social consolidada. Agora, via-se claramente um discurso que questionava as relações de gênero e, com isso, tais ideais foram difundidos no cenário social do país devido à atuação das ativistas e ao clima receptivo da sociedade que já denotava uma maior consciência sobre a necessidade de modernização. Houve significativa inserção do movimento em associações profissionais, partidos, sindicatos, reforçando a imagem da mulher como sujeito social particular (SARTI, 2004).

O tempo demonstrou que a ideologia feminista, como proposta de construção de uma nova subjetividade feminina e masculina, defrontava-se com conflitos e tensões nas relações que não se resolviam tão facilmente como se desejava, por incidir sobre questões de ordem inconsciente. Foi-se, com muita resistência, abrindo o espaço para se trabalhar com o que Pierre Bourdieu denomina "violência simbólica", ou seja, a internalização (inconsciente) do discurso do dominador pelo dominado, que o faz cúmplice de sua própria dominação. (SARTI, 2004, p. 43).

Entretanto, a ambiguidade da mulher, devido à opressão de que é objeto, passou a manifestar-se com mais clareza a partir da violência contra a mulher. Em atendimentos a esses casos, tornaram-se visíveis os fatores que arquitetam a violência como um mecanismo relacional, denotando a necessidade de se trabalhar com a vítima e o opressor em uma dinâmica de expressão dos intrincados problemas nas relações de gênero e da necessidade de desconstruir mentalidades formadas por meio de referências sociais e culturais específicas (SARTI, 2004).

Na virada para o século XXI, as piadas machistas já não tinham o mesmo efeito, não apresentavam a mesma graça, nem saíam completamente incólumes de uma contestação precisa. “E quando finalmente, uma mulher chegou à presidência da República do Brasil, as considerações depreciativas e os debates sobre a “calcinha da Luluzinha” (o besteiro político em torno das questões das mulheres no poder) pareceram rançosos e ultrapassados” (PINSKY, 2012, p.540).

De fato, as mulheres do século XXI devem muito àquelas das quatro décadas anteriores, não na certeza de que vivenciamos a plena igualdade de gênero, mas mediante a possibilidade de vivenciar a “mulher cidadã”, com direitos e deveres legalmente correspondentes. A presença de mulheres na política, nas ONGs e nos diferentes meios de comunicação, usando sua voz, formando opiniões e em uma participação culturalmente ativa definem, hoje, as diferentes possibilidades de representação da mulher.

As questões que se referem diretamente ao feminismo, a exemplo: imposição e vivência da maternidade, dinâmicas de gênero, sexualidade, casamento como obrigação, entre outras... são experiências carregadas de marcas culturais. Devido a fatores socioeconômicos, é notório que as oportunidades e condições de vida são distintas para cada sujeito-mulher, o que aponta para o déficit do feminismo universal, iniciado nos anos Desse modo, é imprescindível pensar a condição social de cada mulher, uma vez que “mulher” não se trata de uma categoria universal, senão pelas projeções das referências culturais que constituem o sujeito. As mulheres se tornam mulheres em contextos socioculturais próprios. Logo, o recorte do feminismo deve se atentar ao contexto de sua enunciação, que lhe permite o significado.

3.1 E os absorventes?

O período de catamênio é parte da biologia feminina, isto é, desde que o ser humano passa a habitar a terra, mulheres lidam com este acontecimento. Desse modo, é necessário refletir acerca das alternativas encontradas para conter o sangramento, uma vez que, ao longo da história, ele tem sido visto, por grande parte da sociedade, com repulsa.

Ao longo do tempo, observamos diversos modelos de absorventes, contudo, os registros anteriores a 1800 são escassos, há saltos espaçados no tempo e a predominância de informações impessoais e superficiais, o que impossibilita a

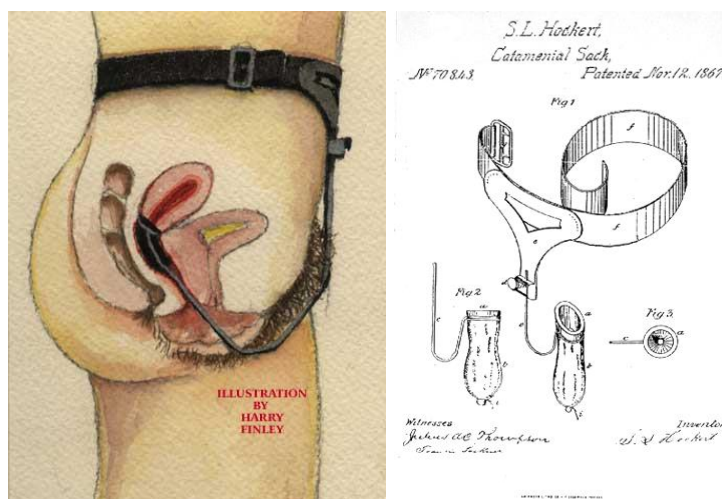
precisão sobre a fundação exata do objeto, sua descrição, funcionalidade e como se dava a relação das mulheres para com ele. Desse modo, é válido ressaltar a falha desses registros que permitem apenas um leve vislumbre sobre o tema, uma vez que este trajeto histórico é composto por tabus que esbarram nas múltiplas interpretações culturais.

Em diferentes culturas, encontramos o advento do absorvente como um artefato, sendo a higiene seu principal fim. Mais tarde, outro fator ganha relevância acerca dessa tecnologia: a liberdade da mulher moderna (elemento fortemente abordado pelas publicidades e propagandas).

Os primeiros registros de absorventes referem-se ao Egito Antigo e datam, aproximadamente, de 2000 a.C. Tratava-se de proteções internas compostas por papiro processado. Em Roma, os tampões eram feitos de lã macia e mais tarde surgem, também, absorventes de lã nos manuscritos de Hipócrates, que viveu entre 460 e 370 a.C, na Grécia. No Período Medieval e Renascença europeia, fazia-se uso de toalhas e almofadas feitas de gaze, pedaços de cambraia e de algodão cobertos por musgos e demais gramíneas a fim de aumentar a absorção. (PORFIRIO, 2018)

Já os primeiros absorventes desenvolvidos para consumo foram produzidos em meados de 1854, nos Estados Unidos, e patenteados entre 1860 e 1870. Esse protótipo carregava um design semelhante aos coletores menstruais atuais e eram conhecidos como “sacos catameniais”. Tratava-se de um *design* criativo, mas a maioria nunca chegou a ser comercializado, provavelmente pelos tabus sobre a inserção do objeto no canal vaginal e a falta de funcionalidade explicada pela imagem abaixo (KORUI, s.d).

Figura 2 – Sacos Catameniais



Fonte: KORUI, s.d.

Paralelamente, na Alemanha, por volta de 1890, surgiam os primeiros absorventes descartáveis, estes se assemelhavam a bandagens para serem postas sobre a calcinha. Eram vendidos em caixas com seis unidades. Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), enfermeiras francesas perceberam que as faixas utilizadas para fazer curativos poderiam ser funcionais na absorção do sangue menstrual, uma vez que continham celulose, elemento de maior absorção em relação ao algodão, desse modo, o desenvolvimento da tecnologia da época possibilitou os primeiros esboços dos absorventes como conhecemos hoje (PANTYS, 2018).

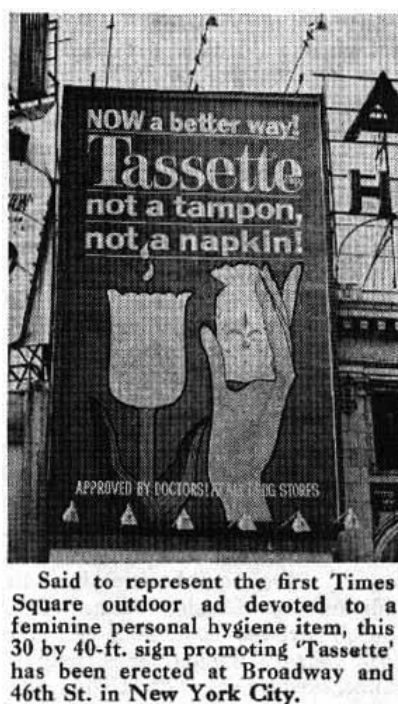
No Brasil, a partir de 1930, a Modess foi a primeira linha de absorventes descartáveis a ser produzida. Diz respeito a uma marca de absorvente americana, da Johnson & Johnson, e a primeira com uma parte adesivada para fixação na calcinha (PORFIRIO, 2018).

Acerca dos absorventes internos, há registros de 1929 do médico americano Earle Haas (1888-1981), que desenvolveu tampões com aplicadores (cabos de remoção). Sua invenção, futuramente, torna-se o Tampax, o primeiro absorvente interno com aplicador comercializado. Mesmo sendo bem aceito em outros territórios, o Brasil só desfrutou dessa novidade em 1974, a partir do lançamento de seu concorrente, o O.B, criado e desenvolvido na Alemanha, tendo por origem o nome “*ohne binde*”, que significa “sem toalha” (PORFIRIO, 2018).

A primeira forma de coletor como é conhecido atualmente foi inventada em 1945, pela americana Leona Chalmers. Era composto por borracha de látex e a propaganda garantia que “não causaria nenhum tipo de desconforto e que as

mulheres não notariam a sua presença”. Também tinha a proposta de permitir que as mulheres usassem roupas “finas, leves e justas” sem cintos ou alfinetes à mostra. Entretanto, a falta de borracha de látex no período da Segunda Guerra Mundial fez com que a produção parasse. Mesmo assim, Chalmers continuou com o projeto e, passada a guerra, em 1950, aperfeiçoou o design e fez um novo lançamento. Nessa ocasião, investiu no *marketing* e enviou milhares de amostras para enfermeiras, que recomendaram o uso. (KORUI, s.d).

Figura 3 – Primeiro coletor menstrual¹³



Fonte: KORUI, s.d.

Apesar disso, as investidas de Leona eram barradas pelos tabus menstruais da época, uma vez que havia a proibição do uso explícito de palavras como “vagina” e “menstruação” nos anúncios, portanto, era difícil traçar uma explicação sobre a funcionalidade do produto. Ademais, a ideia de uma proteção interna ainda era rejeitada, o que ocasionou o desaparecimento do coletor no mercado (KORUI, s.d).

Em 1980, com a criação do “The Keeper”, composto por borracha de látex, os coletores menstruais voltam ao mercado. Já no início do século 21, o silicone

¹³ AGORA um maneira melhor! Tassete não é um tampão, não é um guardanapo. (Tradução nossa)

medicinal foi adotado no design dos coletores menstruais, uma vez que permitia maior conforto e demonstrava menor probabilidade de ocasionar alergias. Entretanto, no Brasil, somente em 2015 os coletores ganharam popularidade. (KORUI, s.d).

No Brasil, a descrição dos absorventes se enquadra na categoria de fármacos, que, em sentido restrito, denomina o elemento utilizado para o diagnóstico, cura, tratamento ou prevenção de doenças (fator que alerta as camadas que ainda tratam dessa temática como tabu e com sentido de repulsa), ou seja, percebemos que esse período de catamênio ainda não parece receber um tratamento completamente natural.

O discurso de repulsa e afastamento do corpo é implantado desde muito cedo na formação de diversas meninas e persiste, muitas vezes, até o fim de suas vidas, isto porque trata-se de um fator socioideológico, trabalhado por anos e já arraigado em diversas culturas. Não são todos os lares que contam com uma educação aberta, nem todas as escolas e, por conseguinte, nem todas as relações pessoais. Prova deste atraso é a temática da pobreza menstrual que, ainda em 2023, assola corpos que menstruam. Denomina-se “pobreza menstrual”¹⁴ a condição de vulnerabilidade socioeconômica em que pessoas menstruantes estão sujeitas pela falta de acesso não só a produtos para o cuidado menstrual, mas também por não terem saneamento básico adequado, banheiros, acesso à informação de qualidade sobre este período, à saúde e, por fim, “pobreza menstrual” inclui a tributação demasiada sobre os absorventes.

Essa realidade não diz respeito somente às implicações em âmbito pessoal, mas atinge o nível social ao impedir a expressão política de direito deste sujeito, uma vez que perpassa sua inserção na escola, no trabalho, na cultura e nos demais âmbitos da vida social. “Em enquete realizada pelo UNICEF em 2021 com 1,7 mil crianças e adolescentes que menstruam, 62% afirmaram que já deixaram de ir à escola ou a algum outro lugar de que gostam por causa da menstruação, e 73% sentiram constrangimento nesses ambientes” (UNICEF, 2022).

No Brasil, 713 mil garotas vivem sem acesso a banheiro ou chuveiro em seu domicílio e mais de 4 milhões não contam com itens básicos de cuidados menstruais

¹⁴ O termo pobreza menstrual nasceu na França, durante a luta pela construção de políticas públicas voltadas a um conceito marcado por singularidades e complexidades que representam a falta de acesso a recursos, conhecimento e infraestrutura adequada para que as meninas tenham capacidade de obter uma menstruação segura (CAVALCANTE; SANTOS, 2022).

nas escolas. Além dessas privações, 4 milhões de meninas sofrem com pelo menos um tipo de desprovisionamento de higiene nas escolas. Isso diz respeito à inacessibilidade a absorventes e instalações básicas nas escolas, como banheiros e sabonetes. Dessas, quase 200 mil alunas estão privadas de condições mínimas para cuidar da sua menstruação na escola. Os dados são da pesquisa “Pobreza Menstrual no Brasil: Desigualdade e Violações de Direitos”, lançada em maio de 2021 por UNICEF e UNFPA (UNICEF, 2022).

No cenário tributário brasileiro, os absorventes são caracterizados como utensílios supérfluos e secundários. Com isso, o alto custo dos absorventes descartáveis leva mulheres, meninas, homens transexuais e pessoas não binárias que menstruam a utilizarem métodos arriscados para conter seu fluxo, como papéis, trapos, sacolas plásticas, meias, miolos de pão ou até mesmo a reutilização de absorventes descartáveis, que colocam a saúde dessas pessoas em perigo.

Reflexo da falta de consciência foi o ocorrido em outubro de 2021, no qual o ex-presidente da República, Jair Bolsonaro, vetou parte do projeto que instituiu a distribuição gratuita de absorventes higiênicos para mulheres em condição de vulnerabilidade, mas o Congresso derrubou o veto. Trata-se de uma intercorrência que revela a precariedade das políticas públicas do país em relação ao tema, bem como o desdém para com estes corpos, uma vez que o posicionamento veio acompanhado dos seguintes comentários por parte do ex-presidente “Não sabia, a mulher começou a menstruar no meu governo.” e ““A gente sabe o que é isso, a dificuldade da mulher que não tem recurso, a gente sabe disso. Agora, tudo joga na conta do Estado, sem responsabilidade. Qualquer coisa que eu faça para ajudar alguém, outro alguém vai ter que pagar, ou dinheiro cai do céu?”¹⁵

Vivenciar a dignidade menstrual é um direito básico de todo corpo que menstrua. Desse modo, o estabelecimento de políticas públicas de qualidade que viabilizem o acesso aos produtos higiênicos para o período, que promovam a conscientização sobre o funcionamento do organismo e que permitam o acesso à infraestrutura de água e saneamento, além de espaços que garantam privacidade, segurança e higiene é urgente. A menstruação é um processo natural e biológico, por

¹⁵ SOARES, Ingrid. Bolsonaro ironiza veto: "A mulher começou a menstruar no meu governo". Correio Braziliense, 25 nov. 2021.

consequente, trata-se de uma questão de saúde pública e de responsabilidade coletiva.

4. O CORPO INVESTIDO DE SENTIDOS

“O indivíduo, interpelado em sujeito pela ideologia, traz seu corpo por ela também interpelado.”

(Eni Orlandi)

Ao longo da história, a humanidade testemunhou explicações diversas acerca do que seria o corpo. Na filosofia, tem-se um delinear das influências que recairiam sobre as reflexões do mundo moderno, na marcha do mundo greco-romano ao mundo helênico-cristão e à modernidade.

Na visão grega, a condição da natureza é norteadora da visão do corpo, em uma transição do “micro” ao “macrocosmo”. Na concepção de Platão (428-347 a. C.), o idealismo se reflete no encarceramento da alma ao corpo, pois a alma seria originária e se encontraria aprisionada ao mundo real. Assim, as atividades relacionadas ao intelecto seriam superiores às atividades braçais, relegadas às classes inferiores. Enquanto em Aristóteles (384-322 a. C.), há uma concepção empirista a partir da tese do hilemorfismo – alma como forma do corpo –, em que o corpo interage perfeitamente com o mundo por meio de suas percepções sensoriais (DUMONT; PRETO, 2005).

Posteriormente, a filosofia teológica de Santo Agostinho (354-430 d.C.) traz a perspectiva do cristianismo em que o corpo carrega a culpa do pecado original, logo, o corpo seria um instrumento pecaminoso (DUMONT; PRETO, 2005).

Já no período do Renascimento, há um choque em relação às ideologias veiculadas na Idade Média, o teocentrismo dá espaço ao antropocentrismo e isso se desdobra na relação com o corpo também. A dessacralização corporal reflete-se no culto aos prazeres e na “emancipação do “sujeito cosmológico¹⁶” (DUMONT; PRETO, 2005).

Em uma perspectiva holística, temos as personalidades de um Leonardo Da Vinci (1452-1519), Galileu Galilei (1564-1662), Michelangelo (1475-1564), Giordano Bruno (1548-1600) e René Descartes (1596-1650); expressando esta nova visão temos o famoso quadro "A lição de anatomia" de Rembrandt, onde o médico Vesálio (1514-1564) disseca um cadáver: "Abrir o corpo de um morto para estudar sua constituição íntima é um crime capital, não somente

¹⁶ A explicação para vida já não seria encontrada plenamente em Deus, mas o sujeito buscará desenvolver sua relação e explicação da realidade através de conceitos e teorias.

porque jamais se sabe se o morto está verdadeiramente morto, mas, sobretudo porque tal empreitada tem um caráter sacrílego. O olhar humano não deve se fixar em regiões que Deus nos ocultou e não deve violar uma realidade sobrenatural, um dos aspectos do destino eterno do homem. (GUSDORF, 1978 apud DUMONT; PRETO, 2005, p. 1).

Em seguida, com René Descartes (1596-1650), instaura-se uma fragmentação a partir do “Penso, logo existo”. “Esta modernidade perceberá duas “instâncias do corpo humano: “*res extensa*” (corpo e matéria) e “*res cogitans*” (coisa pensante)” (DUMONT; PRETO, 2005, p.1). A partir do racionalismo científico, abre-se espaço para novas reflexões acerca do corpo.

Em uma perspectiva biológica, Darwin (1809-1882) funda o evolucionismo ao pontuar que o corpo é resultante de um processo biológico atrelado à história e às demandas do ambiente, de forma a atrelar a sobrevivência à seleção natural e, contribuindo, assim, com a secularização do corpo (DUMONT; PRETO, 2005). Já em uma visão social do corpo, Karl Marx (1818-1883), por meio de sua crítica ao capitalismo, demonstra o poder desse sistema ao “coisificar” o corpo, bem como as relações, já que esse seria o efeito entre o capital, trabalho e alienação. Dessa forma, o corpo seria um objeto voltado à produção (DUMONT; PRETO, 2005).

Courtine (2013) destaca que o corpo é uma “invenção teórica recente”, pois seu papel na filosofia era secundário, sendo que a alma tinha o protagonismo. Em oposição às correntes espiritualistas e racionalistas dominantes até o século XIX, a medicina e as ciências naturais sempre o tiveram como sua preocupação. O autor ainda afirma que a tomada do corpo como objeto de saber data da virada do século, assim, o século XX pode ser colocado, teoricamente, como o inventor do corpo, e tal afirmação é justificada a partir de alguns estudos. Primeiro, os estudos de Freud em *Estudos sobre a histeria* (1895), no qual o psicanalista defende que o inconsciente fala através do corpo. No campo filosófico, Husserl coloca o corpo como berço original de toda significação e, bebendo dessa fonte, Merleau-Ponty aponta o corpo como a encarnação da consciência. Por fim, a antropologia também coloca o corpo em cena por meio dos estudos de Marcel Mauss que, durante a Primeira Guerra Mundial, atenta aos olhos dos soldados britânicos e seu modo de marchar e cavar trincheiras, expondo suas percepções em *Les techniques du corps* (1934).

O momento de seu acontecimento teórico, no entanto, ainda não era chegado. Por duas espécies de razões: primeiramente porque os

avanços de um pensamento do corpo na primeira metade do século se defrontaram com a existência de um fundo normativo antigo que vinha lembrar as exigências disciplinarem às quais o corpo devia ser submetido, e àquelas de instituições que velavam para que ele se mantivesse como tal. (COURTINE, 2013, p. 14).

Uma reflexão social acerca do corpo permite ao sujeito entendê-lo e apropriar-se dele, atitudes perigosas para os grandes poderes. Por isso, o desenvolvimento da teoria corpórea nas Ciências Humanas teve de ser gradativo, já que práticas de silenciamento são uma constante na história, os chamados “micropoderes”, assim denominados por Foucault, perpassam todo o corpo social, moldando condutas nas diversas instituições.

Além do mais, por ser um objeto teórico que estava em desenvolvimento, encontrar um lugar de acomodação e encaixe para o desenvolvimento teórico nas ciências humanas nos anos 1970 não foi tarefa fácil: “Nenhum lugar para o corpo na ideologia, seus aparelhos de Estado e suas estruturas discursivas pensadas sobre o modelo da língua” (COURTINE, 2013, p. 14).

Contudo, as transformações políticas dos anos 1960 e 1970 trouxeram à tona a sentença “Nosso corpo nos pertence!”, ecoada por grupos marginalizados que hoje podem ser denominados como as minorias de gênero e orientação sexual que, reivindicando o poder sob o próprio corpo, trazem à tona seus direitos à liberdade de expressão de si e, portanto, de ser a partir do corpo.

As promessas e exigências acerca do corpo explícitas nos movimentos e manifestações políticas, claramente, não foram sustentadas, uma vez que se vive sob ditames de controle, aparelhos de Estado, como definido por Althusser, que detém o poder acerca do que pode ser tomado como politicamente correto acerca de ditos e feitos do corpo. Entretanto, ainda em Courtine, “sem dúvida alguma ele [o corpo] conservou as lutas sociais e as aspirações individuais deste momento histórico de impressão profunda de funções sexuadas, de ratos de origens sociais ou étnicas que doravante não saberiam mais ser apagadas” (2013, p. 16).

As pautas levantadas pelos debates e movimentos dos anos 60-70 ressoaram pelo tempo e se mostraram decisivas para as ciências humanas. Contudo, somente em *Vigiar e Punir*, de Foucault (1999), dá-se o estatuto de objeto de pleno direito ao corpo, no sentido de que a generalização dos encarceramentos e a sistematização das técnicas disciplinadoras fariam do corpo o principal alvo de tecnologias políticas, intituladas “microfísica do poder”. (COURTINE, 2013)

A “microfísica do poder” enfoca como o poder opera em níveis microscópicos, como nas interações entre indivíduos, nas práticas disciplinares, nos dispositivos de controle e nas tecnologias do eu. Por exemplo, Foucault analisa como as instituições como prisões, hospitais e escolas utilizam técnicas disciplinares para exercer controle sobre os indivíduos, regulando seus corpos, comportamentos e pensamentos. Esse poder seria “co-extensivo ao social: o poder não está localizado num lugar [...] é como um de-fora, sem forma estável, uma zona de tempestades, que só uma “microfísica” permite apreender”¹⁷. O poder não se apropria do sujeito de fora, como uma repressão que o esmaga; ele o penetra, produz efeitos, induz no seu corpo gestos, atitudes, comportamentos, modos de agir e formas de ser.

Por isso, essa microfísica também está relacionada à produção de conhecimento e à formação de discursos dominantes. Foucault argumenta que o poder está intrinsecamente ligado ao conhecimento, e que certas formas de saber são valorizadas e autorizadas, enquanto outras são marginalizadas ou suprimidas. As práticas discursivas estabelecem o que é considerado verdadeiro, legítimo e normal, e moldam as possibilidades de pensamento e ação dentro de uma determinada sociedade.

Desse modo, ao tomar o discurso como uma prática social, ele então o coloca acima do nível da proposição de um texto para analisá-lo enquanto um ‘acontecimento’ que se dá por meio de condições de possibilidades e regras préestabelecidas. Em “A ordem do discurso”, Foucault parte da seguinte hipótese:

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (1996, p.8).

Foucault (1996) examina e descreve três tipos de procedimentos de controle, seleção, organização e redistribuição da produção dos discursos, demonstrando como eles refletem relações de poder e influenciam a produção e disseminação dos discursos na sociedade. Esses procedimentos incluem sistemas de exclusão tanto internos como externos ao discurso, bem como regras impostas aos sujeitos.

Os mecanismos de exclusão externos ao discurso são compostos por

¹⁷ POL-DROIT, Roger. Michel Foucault, entrevistas. Tradução de Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. São Paulo: Edições Graal, 2006, p. 30.

interdição, separação ou rejeição, e a "vontade de verdade". A interdição refere-se ao tabu em torno do objeto do discurso, aos rituais que envolvem a circunstância da fala e ao privilégio do falante. Existem três modos de interdição que se cruzam, se reforçam ou se compensam mutuamente. A interdição revela a relação intrínseca entre o discurso e o poder. A separação ou rejeição do discurso é realizada através da oposição entre razão e loucura. Portanto, esse sistema de exclusão externo ao discurso se relaciona diretamente com a figura do louco, a quem não se deve dar ouvidos. Já o terceiro sistema de exclusão externo ao discurso é a "vontade de verdade", que busca separar o verdadeiro do falso, estabelecendo critérios arbitrários impostos pelas instituições e fundamentados em contingências históricas. (FOUCAULT, 1996).

Nos procedimentos de exclusão interna, os próprios discursos exercem seu controle. Foucault (1996) destaca a dimensão do acontecimento e do acaso do discurso, afirmando que esses procedimentos internos funcionam como princípios de limitação do discurso, envolvendo classificação, ordenação e distribuição. O primeiro desses princípios é o comentário, que revela aquilo que está articulado, mas não explícito no texto original. Foucault considera que o comentário conjura o acaso do discurso, permitindo que ele diga algo além do texto, desde que o próprio texto seja dito e realizado de certo modo. O segundo tipo de procedimento interno é o princípio do autor, que se refere ao agrupamento do discurso como um *locus* de unidade e significados, oferecendo coerência. Assim como o comentário, o autor também limita o acaso do discurso, não pela repetição e identidade, mas pela individualidade e eu. Foucault também argumentava que a análise do discurso deveria ser sensível às mudanças históricas e culturais, reconhecendo que as normas e valores que moldam o discurso podem variar ao longo do tempo e em diferentes contextos. ele critica a visão convencional do discurso como uma mera repetição de convenções sociais, destacando a importância da individualidade, da subjetividade e das dinâmicas de poder na produção e recepção do discurso. O autor afirma que o discurso é usado para moldar a sociedade e influenciar a maneira como pensamos e nos relacionamos com o mundo ao nosso redor.

Por fim, o filósofo identifica o terceiro procedimento interno de limitação ao discurso: a disciplina. Ao contrário do comentário, que se refere a um sentido a ser recuperado ou uma identidade a ser repetida, a disciplina reúne elementos pré-estabelecidos que são considerados necessários para a produção de novos

enunciados. Ela consiste em um sistema autônomo, composto por um domínio de objetos, métodos, um conjunto de proposições verdadeiras, definições, regras, técnicas e instrumentos. Foucault utiliza os princípios do autor, do comentário e da disciplina para expor as funções restritivas e coercitivas presentes no interior do discurso. Esses procedimentos internos mostram como o discurso exerce seu próprio controle e estabelece limites para a produção discursiva. (FOUCAULT, 1996).

Além das formas de exclusão internas e externas, também existem regras impostas aos sujeitos que constituem os grupos de procedimento de controle, seleção, organização e redistribuição da produção discursiva. Essas regras não visam a evitar o acaso de sua ocorrência ou controlar o poder do discurso, mas sim "rarificar, desta vez, os sujeitos que falam; ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer certas exigências ou se não estiver inicialmente qualificado para fazê-lo". Fazem parte desse grupo de regras para o sujeito que fala: a) os rituais da palavra - que determinam propriedades e papéis específicos, como nos discursos religiosos, judiciários e políticos; b) as sociedades de discurso - que circulam internamente os discursos que elas próprias conservam ou produzem. Elas também os distribuem de acordo com regras restritivas, evitando a permutabilidade e a apropriação de segredos técnicos ou científicos; c) os grupos doutrinários - que exigem uma identificação prévia de pertencimento a uma classe social, status, nacionalidade, resistência, aceitação, etc. Aqui, há uma associação do sujeito a um discurso específico, bem como à restrição a outros tipos de discurso; e d) as apropriações sociais - bem exemplificado pelo sistema educacional, uma vez que nele reside uma estratégia política eficaz para manter ou modificar a apropriação dos discursos em relação aos conhecimentos e poderes que lhes são peculiares. (FOUCAULT, 1996)

Para tanto, a fim de analisar os três grupos de procedimentos de exclusão que perpassam o discurso, Foucault propõe a realização de três procedimentos: questionar a vontade de verdade; restituir o caráter de acontecimento do discurso; e suspender a soberania do significante. (FOUCAULT, 1996)

Assim, ao argumentar que o poder opera através do controle do discurso, determinando o que pode ser dito, quem tem autoridade para falar e quais são as normas que governam a produção discursiva, a perspectiva foucaultiana demonstra que, no contexto do corpo feminino, esse poder se manifesta na construção de discursos e representações que envolvem a criação de normas, estereótipos, ideais de beleza e comportamento que são impostos às mulheres. Esses discursos

influenciam a forma como as mulheres são vistas e como elas mesmas se veem, afetando sua autoestima e até mesmo suas escolhas em relação ao corpo. Além disso, afetam também as instituições e as práticas sociais que regulam e controlam os corpos das mulheres, como a medicina, a mídia e as práticas de controle e vigilância.

No caso da menstruação, o silenciamento e a marginalização das experiências menstruais podem ser interpretados como formas de controle do discurso. As narrativas dominantes ao longo do tempo têm contribuído para a construção de estereótipos negativos em torno da menstruação, tornando-a um tema muitas vezes evitado ou tratado com desconforto. A menstruação, como uma função biológica natural do corpo feminino, foi historicamente enquadrada dentro de normas sociais que a tornam um assunto "inapropriado" para ser discutido abertamente. Essas normas atuam como mecanismos de exclusão, restringindo a visibilidade e a expressão das experiências menstruais.

Desse modo, é possível examinar criticamente as estruturas discursivas e sociais que contribuem para a marginalização e o silenciamento dessa experiência feminina. Isso envolve questionar as normas e os estigmas associados à menstruação, desafiar os discursos dominantes e buscar espaços de inclusão e empoderamento para as mulheres na discussão e na expressão de suas vivências menstruais.

Ao pensar o corpo, Hashiguti (2009) o coloca como forma material no discurso e pontua três dimensões que se embricam e complementam: *a dimensão real ou biofísica*, relativa ao fenótipo e à mecânica corpórea possibilitadora dos gestos e movimentos; uma *dimensão simbólica*, que diz respeito aos sentidos imprimidos ao corpo, ao longo da história e que atuam a partir da memória discursiva; e uma *dimensão imaginária*, possibilitadora da unidade identitária do sujeito na relação imaginária estabelecida com o outro no âmbito discursivo.

Antes que algo seja dito, vê-se a matéria corpórea e a ela confere-se uma impressão, um sentido. Contudo, esse ver não está atrelado diretamente à visão, mas à relação imaginária que é resgatada sobre o corpo, ao gesto de interpretação que é feito mediante o corpo:

Na inter-relação pessoal entre sujeitos, a identificação social é um processo que se relaciona à sua condição corpórea, ao fato de que ele

é sujeito de-em uma corporalidade e que essa corporalidade é apreendida pelo olhar mesmo antes que ele fale. Essa anterioridade da materialidade corpórea determina direções de sentidos, pois o olhar é sempre olhar pelo discurso. (HASHIGUTI, 2009, p. 162).

Dessa forma, a AD não trata do corpo empírico, mas da materialidade que significa na qualidade de corpo de sujeito. Nessa produção de sentidos, não se pode pensar sua materialidade como auto significante, mas sim como construção a partir de gestos interpretativos de ordem discursiva, política.

Esse corpo transcende sua biologia e atinge um aspecto social, sendo opaco, uma vez que se constitui por meio do olhar que o discurso viabiliza. “O corpo, enquanto forma material, atua como condição de produção no discurso, no âmbito do visível, ao mesmo tempo em que é atravessado por diferentes e conflitantes discursos, tornando-se opaco e contraditório para o sujeito” (HASHIGUTI, 2009, p. 166).

O sujeito coloca-se no mundo pelo seu corpo, sua existência é possibilitada pela matéria corpórea e, se o corpo é componente do sujeito, não passa impune à interpelação ideológica. Como pontua Orlandi, “A interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia produz uma forma sujeito histórica com seu corpo. Há, eu diria, uma forma histórica (e social) do corpo, se pensamos o corpo do sujeito” (ORLANDI, 2017, p. 86).

Por conseguinte, o corpo do sujeito é deslocado ao ser interpelado discursivamente, por isso se pode dizer que o corpo é um espaço de funcionamento da linguagem, uma vez que não passa impune à história e à ideologia, atuando como lugar do simbólico. Como pontua Colling (2014, p. 26), pensar o corpo “É descobrir que um corpo se produz tanto do imaginário que existe em torno dele, como das práticas que se articulam em espaços definidos, em ritmos, em modos de vestir e de utilizar a língua, em leituras, em gestos, em olhares permitidos e proibidos”.

Retomando Foucault, em *Vigiar e Punir* (1999), é possível sistematizar mais facilmente a compreensão que o autor adota sobre o corpo. Pode-se dizer que para Foucault o corpo seria uma matéria viva remodelável, isto é, uma composição de carne, ossos e os demais elementos, que se molda por meio de técnicas dominadoras de cunho disciplinar e biopolítico.

A respeito do conceito de biopolítica, a definição foucaultiana aponta para a apropriação do poder sob os processos biológicos de forma a controlá-los e, ocasionalmente, modificá-los:

Se pudéssemos chamar de 'bio-história' as pressões por meio das quais os movimentos da vida e os processos da história interferem entre si, deveríamos falar de 'biopolítica' para designar o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana. (FOUCAULT, 1988, p. 135).

Em oposição ao conceito de sujeito, tido como uma invenção fundada nos discursos e dinâmicas de poder, Foucault conceitua o corpo como superfície preexistente. Sendo objeto de relações de poder-saber, o corpo é um agente que sofre as ações das diferentes técnicas e tecnologias elaboradas ao longo da história e que o constituem por meio de atitudes disciplinadoras. É possível postular que ele atuaria como um caminho para que o sujeito venha a ser, uma vez que essa trajetória só se realiza por meio de tal matéria, isto é, a subjetividade que habita a constituição do sujeito só se torna possível pelas trilhas do corpo.

Entende-se que o corpo precisa cumprir suas funções no funcionamento social e, a fim de certificar-se que isso irá ocorrer, os mecanismos de controle atuam, influenciando nas formas de pensá-lo e usá-lo. Nesse sentido é que Foucault pontua os chamados "corpos dóceis", resultantes do poder disciplinar que os molda de acordo com as demandas sociais. Assim, a partir dessa "docilidade dos corpos" é possível discorrer sobre um outro conceito do filósofo: a biopolítica.

O conceito foucaultiano de biopolítica é inaugurado como a marca da finalização de sua genealogia dos micro poderes disciplinares, iniciada nos anos 1970. Dessa forma, antes de adentrar o campo do biopoder, é necessário entender como as relações de poder funcionam para o filósofo, isto porque, a genealogia do poder é complementar ao estudo do poder disciplinar e, em seguida, à análise do biopoder. Segundo Foucault (2000), a constituição do Estado moderno, com o nascimento e desenvolvimento das novas relações de produção capitalistas, repercute na instalação da anátomo-política disciplinar e da biopolítica normativa na qualidade de estratégias institucionais de modelagem do indivíduo e de gestão da coletividade.

As produções foucaultianas que trouxeram o conceito de "genealogia" tiveram grande relevância no sentido de introduzir o poder nas análises históricas como um instrumento para compreensão da produção dos saberes. Em contraposição à ideia de "macrofísica" do poder, Foucault formula o conceito de "microfísica", para a qual o poder estaria diluído nos setores sociais como forma de relações. Assim, a genealogia

é desenvolvida como uma concepção alternativa do poder, ou seja, não se trata do campo jurídico e da centralidade do Estado, mas de perceber seu fluir por meio de redes que perpassam todo o corpo social. Por conseguinte, Foucault propõe uma análise ascendente: deve-se partir dos micropoderes que perpassam a estrutura social para, em seguida, perceber como eles se relacionam com a estrutura geral, o Estado:

Trata-se [...] de captar o poder em suas extremidades, lá onde ele se torna capilar; captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que, ultrapassando as regras de direito que o organizam e o delimitam, ele se prolonga, penetra em instituições, corporifica-se em técnicas e se mune de instrumentos de intervenção material, eventualmente violentos. (FOUCAULT, 1979, p. 182).

Dito de outro modo, postular que o poder é restrito ao Estado é fazer uma avaliação parcial de sua conexão com as demais instituições, isto é, a formação da sociabilidade também parte de outros centros, como a escola, as prisões, as fábricas, os quartéis, as ciências, entre outros que atuam no desenvolver das massas.

Decorrente disso é a afirmação foucaultiana de que o poder não é uma coisa ou uma propriedade pertencente a alguém ou a determinada classe. Na realidade, 'o Poder' não existe, o que existe são práticas ou relações de poder. Dessa forma, ele funciona e é exercido por meio de redes, devendo ser entendido como uma tática ou uma estratégia, e não um objeto.

Ora, o estudo desta microfísica supõe que o poder nela exercido não seja concebido como uma propriedade, mas como uma estratégia, que seus efeitos de dominação não sejam atribuídos a uma 'apropriação', mas a disposições, a manobras, a táticas, a técnicas, a funcionamentos; que se desvende nele antes uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade, do que um privilégio que se pudesse deter; que se seja dado como modelo antes a batalha perpétua do que o contrato que faz uma cessão ou uma conquista que se apodera de um domínio. Temos, em suma, de admitir que esse poder se exerce mais do que se possui, que não é 'privilégio' adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas – efeito manifestado e às vezes reconduzido pela posição dos que são dominados. (FOUCAULT, 1999, p. 30).

Ainda, sua genealogia pressupõe que o poder não deve ser caracterizado como exclusivamente repressivo, como se o "não" fosse sua palavra usual; antes, é

preciso considerar outro aspecto, aquele que o torna ideológico e coletivamente aceito, pois somente assim são possíveis a formação de individualidades e de rituais de verdade. Na verdade, “o poder produz; ele produz realidade, produz campos de objetos e rituais de verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele pode se ter se originam nessa produção.” (FOUCAULT, 1999, p. 218)

Em suma, a genealogia foucaultiana estabelece uma crítica a dois vieses: primeiramente, às teorias filosóficas do século XVIII, que definem o poder como direito originário que se cede para se constituir a soberania e que tem como objeto o contrato social; a segunda, às teorias que criticam o abuso do poder, caracterizando o poder não somente por transgredir o direito, mas o próprio direito por ser um modo legal de exercício da violência e o Estado, cujo funcionamento central é exercer o poder como uma forma de violência legalizada (DANNER, 2010).

Dessa forma, Foucault recusa a concepção de poder baseada no modelo econômico, como um bem a se possuir. Questão de destaque para a sua analítica é a admissão do modelo da guerra à inteligibilidade das relações de poder, “o poder é guerra, guerra prolongada por outros meios”. Assim, trata-se de uma dinâmica de luta e relações de forças, em que se objetiva o acúmulo de vantagens e a multiplicação dos benefícios. Então, é em termos de guerra que melhor podemos compreender o modo pelo qual se desdobra e se articula a extensa rede de poderes que atravessa o corpo social.

Como dito anteriormente, complementar à genealogia foucaultiana é seu estudo do poder disciplinar. Especialmente em *Vigiar e Punir* e nos cursos que ministrou no Collège de France, nos anos de 1970, Foucault expõe o surgimento, a começar no século XVII, de técnicas de poder que tomam o corpo dos indivíduos como foco e que causaram efeitos profundos na esfera macro político (especialmente no que tange à consolidação do Estado liberal). Essas técnicas de poder são chamadas pelo filósofo de disciplinas.

As disciplinas são “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que asseguram a sujeição constante de suas forças e lhe impõem uma relação de docilidade-utilidade” (FOUCAULT, 1999, p.164). Dessa forma, fica claro que elas trabalham diretamente no corpo dos indivíduos, de modo a manipular seus comportamentos, formando-os e adestrando-os. Trata-se de uma “‘anatomia política’, [...] uma ‘mecânica do poder’; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos

outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina” (FOUCAULT, 1999, p.164).

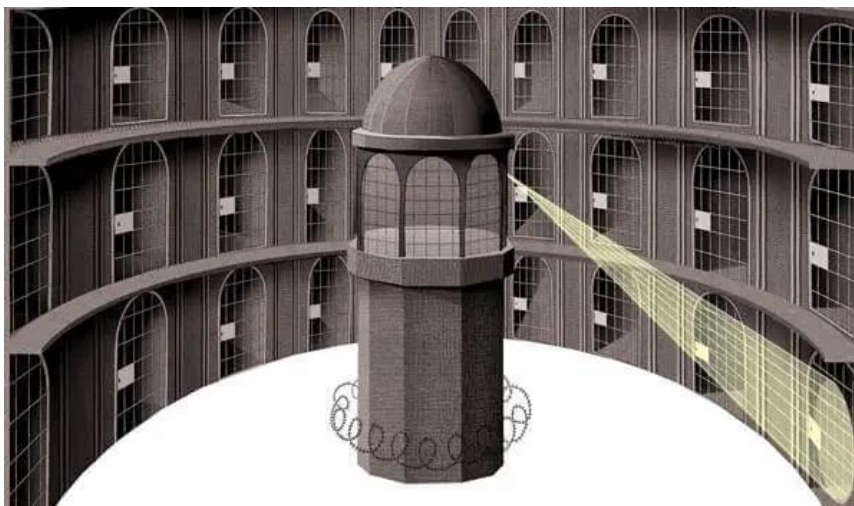
Entende-se que o corpo precisa cumprir suas funções no funcionamento social e, a fim de certificar-se que isso irá ocorrer, os mecanismos de controle atuam, influenciando nas formas de pensá-lo e usá-lo. Nesse sentido é que Foucault pontua os chamados “corpos dóceis”, resultantes do poder disciplinar que os molda de acordo com as demandas sociais. Segundo Foucault, a disciplina consiste em dissociar o poder do corpo, fazendo dele uma capacidade a ser convertida em energia, uma exploração econômica que separa a força e o produto do trabalho. Estabelecendo no corpo um elo entre a aptidão e a dominação. De acordo com o filósofo:

Houve, durante a época clássica, uma descoberta do corpo como objeto e alvo de poder. Encontraríamos facilmente sinais dessa grande atenção dedicada então ao corpo – ao corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam. (FOUCAULT, 1999, p.163).

Essa forma de dominação consiste em uma teoria geral de adestramento que objetifica um corpo manipulável por meio da construção de uma docilidade, ou seja, é considerado dócil aquele corpo submetido, que pode ser utilizado e aperfeiçoado de maneira que dele se extraia força e energias necessárias, mantendo-o sempre ativo e produtivo. Para isso, nas palavras de Foucault, “em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações”. (FOUCAULT, 1999, p.163).

No século XIX, Jeremy Bentham idealiza o dispositivo panóptico, que denomina o modelo de penitenciária ideal. Ele é composto por três elementos estruturais basilares, sendo estes: 1) um espaço circular e fechado; 2) uma divisão em celas; e 3) uma torre central.

Figura 4 – Panóptico de Bentham



Fonte: Universo da Filosofia (2017)

O poder instaurado por tal dispositivo a partir da relação entre o olhar e a estrutura arquitetural é o que possibilita a maximização da vigilância para com os corpos por ela incididos neste espaço. Desta forma, conforme aponta Foucault, uma das características fundamentais do dispositivo é a instauração do princípio de visibilidade permanente, pois “O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente” (FOUCAULT, 1999, p.224). Entretanto, essa visibilidade é uma armadilha, visto que:

[...] cada um, em seu lugar, está bem trancado em sua cela, de onde é visto de frente pelo vigia; mas os muros laterais impedem que entre em contato com seus companheiros. É visto, mas não vê; objeto de uma informação, nunca sujeito numa comunicação. A disposição de seu quarto, em frente da torre central, lhe impõe uma visibilidade axial; mas as divisões do anel, essas celas bem separadas, implicam uma invisibilidade lateral. E esta é a garantia da ordem. (FOUCAULT, 1999, p. 224).

Assim, entende-se a afirmação de Bentham: o poder deve ser visível e inverificável. Visível, à medida que o prisioneiro sempre terá a torre de onde está sendo vigiado diante de seus olhos. Inverificável, uma vez que o detento nunca deve saber se está sendo observado, mas deve ter a certeza de que sempre pode vir a sê-lo.

Basicamente, Foucault toma o indivíduo como um produto da disciplina, como uma realidade por ela fabricada. Ao longo dos séculos XVII e XVIII, a sociedade

colocou em funcionamento uma tecnologia de poder que instaura o sujeito como componente ligado ao poder e ao saber. Por isso, a dominação política do corpo realizada por essa tecnologia caracteriza-se fundamentalmente pela fabricação de indivíduos primordiais para o bom funcionamento do capitalismo. (FOUCAULT, 1999)

Para o filósofo, o Ocidente passou a conhecer uma nova forma de poder a partir do século XVIII, isto é, se antes lidava-se com o poder da soberania, passa a haver a entrada dos fenômenos próprios à vida do sujeito no que tange o saber e as práticas do poder, assim sendo, é por encarregar-se mais da vida do que da ameaça da morte que o poder apropria-se dos processos biológicos para controlá-los e ocasionalmente modificá-los. A este movimento é que Foucault denominou o conceito de biopoder.

Consequência disso é a normatização, visto que, a fim de garantir a vida, uma regulação ordenada deve ocorrer, portanto, os mecanismos corretivos atuam neste sentido. Ademais, esta norma pode ser aplicada tanto a um corpo a ser disciplinado quanto a uma população a ser regulamentada. Para Foucault (1999), a sociedade da normalização é que permitiu a cobertura da superfície orgânica à biológica, do individual ao coletivo, a partir das tecnologias disciplinadoras e regulamentadoras.

Dessa forma, ocorre que no biopoder o sentido é inverso ao poder disciplinar, pois este se relaciona com a norma como um imperativo ideal, que torna o corpo otimizado, dócil e útil. Já no biopoder, a norma é estabelecida a partir daquilo que é recorrente, cabendo em medidas e estatísticas, visto que passa a ser atravessada pela Biologia e a Matemática, a exemplo: o incentivo e observação de fenômenos como as taxas de natalidade e mortalidade, as condições sanitárias das grandes cidades, o fluxo das infecções e contaminações, a duração e as condições da vida. Assim, o funcionamento social ocorre por meio das engrenagens de poder sobre a vida que, a partir de estratégias disciplinares formuladas pelo Estado, conduzem a massa populacional. Nesse quesito, temos, principalmente, instituições simbólicas da normalização e do adestramento, como escolas, hospitais ou mesmo a polícia. Além daquelas direcionadas aos infringentes da norma, como as prisões. (FOUCAULT, 1988)

Mediante o pensamento foucaultiano, entende-se a biopolítica do Estado como uma forma de preservação da vida, visto que nela há um potencial para impulsionar o poder, isto é, a qualidade de vida da população é um fator de validação para os micropoderes. Dessa forma, essas relações de poderes que, inevitavelmente,

atravessam os indivíduos, encontram uma maximização por meio da qualidade da vida na relação entre sujeitos e instituições. (FOUCAULT, 1988)

Prova de que o pleno exercício das relações de poder encontra reforço na qualidade de vida da população são os diversos mecanismos de mediação, como índices e estatísticas, os quais, na maioria das vezes, contribuem para o crescimento e desenvolvimento da sociedade. Contudo, a consequência da vida é também a morte, variável também incluída no desígnio biopolítico. Contrariamente às estatísticas explícitas da vida, o caráter da morte é oculto para esse sistema, tal fonte de dados deve ser escondida como forma de estratégia do poderio. Como pontua o filósofo:

E eu creio que, justamente, uma das mais maciças transformações do direito político do século XIX consistiu, não digo exatamente em substituir, mas em completar esse velho direito de soberania - fazer morrer ou deixar viver - com outro direito novo, que não vai apagar o primeiro, mas vai penetrá-lo, perpassá-lo, modificá-lo, e que vai ser um direito, ou melhor, um poder exatamente inverso: poder de "fazer" viver e de "deixar" morrer. (FOUCAULT, 2000, p. 287).

Dentre os mecanismos do governo encarregados da administração e controle da vida, encontra-se uma hierarquia biopolítica de vidas politicamente qualificadas e, conseqüentemente, protegidas e valorizadas ou então abandonadas e privadas de seus direitos básicos, suscetíveis, por conseguinte, à morte. Dessa forma, as tecnologias biopolíticas produzem para certa parcela populacional, uma condição de vulnerabilidade, destituindo-a de seus direitos, bem como da proteção política do Estado.

Ademais, a sexualidade, sendo produzida por uma rede de saberes e poderes que atuam sobre o corpo individual e coletivo, passa a ser fundamental para a análise e produção da individualidade e coletividade. Por meio dessa transformação, as representações do Estado e do poder soberano tornam-se determinantes, uma vez que constituíam a instância focal de gestão das políticas públicas relativas à vida da população. (DUARTE, 2008)

A obra *Nascimento da Biopolítica ([1978] 2008)*, sob a influência do neoliberalismo da Escola de Chicago, lança uma nova perspectiva foucaultiana, voltada para a análise do biopoder pelas lentes das economias de mercado. Na visão do teórico, resultante do neoliberalismo econômico do pós-guerra, tem-se a compreensão do homem como "*homo oeconomicus*", ou seja, como um sujeito que

busca estar à altura das diferentes demandas do mercado. Foucault passa a considerar, então, as múltiplas formas de controle do individual e do coletivo inseridas nas economias modernas. “É preciso governar para o mercado, em vez de governar por causa do mercado”. (FOUCAULT, 2008, p.64)

Foucault une o conceito de *homo oeconomicus* à teoria do “capital humano”, o que resulta no entendimento do indivíduo não somente como um empreendedor dentro do mercado de trabalho, mas também como um empreendedor de si, de modo a gerar produtividade. Isto porque, ao final da década de 70, o filósofo defende que o homem havia se tornado um agente econômico, que deveria estar em constante progresso e atualização para o mercado.

No decorrer dos anos 1978-1979, seus estudos antevem a transformação dos indivíduos: obedeceríamos voluntariamente ao governo e às leis econômicas associados às medidas científicas da biogenética. A justificativa trata do *modus operandi* desse *homo oeconomicus* unido à teoria do capital humano: por decisão espontânea, rendemo-nos aos processos de governamentalização.

Desse modo, é possível concluirmos que, ao pensarmos a relação entre a biopolítica e o corpo feminino, deparamo-nos com uma questão fundamental: O corpo feminino transpassa os processos biológicos como a fecundação, o nascimento, a natalidade, a mortalidade, tornando-se alvo privilegiado do biopoder. O controle e a intervenção social sobre o corpo feminino se legitima como um controle sobre a vida, pois a intervenção sobre o corpo afeta de alguma forma o curso natural da vida humana.

Os efeitos de normalização decorrentes do biopoder afetaram o corpo feminino, sua existência e sua sexualidade, em virtude das 'responsabilidades' que lhe foram atribuídas, “pois a ela cabia a responsabilidade de cuidar da saúde de seus filhos, garantindo-lhes a longevidade, além de manter a solidez da instituição familiar, assegurando certa ordem social” (WITZEL, 2014, p. 529). Portanto, é evidente a atuação do poder de disciplinar, que coage e molda os corpos dentro da estrutura social.

Souza (2010), destaca o conceito de “discursivização da carne” ao pontuar que, em primeira instância, a materialidade física é colocada somente como carne, e vem a ser *corpodiscurso* por meio do “trabalho realizado ciosamente pelos agentes ideológicos que cuidam de imaginá-la, esperá-la, erguê-la, educá-la, administrá-la, alocá-la em corpodiscurso” (p.1).

Ainda de acordo com o autor, essa discursivização carnal não acontece em um momento isolado, mas já existe antes mesmo do nascimento e perdura por toda a existência do sujeito. Por ser um trabalho discursivo, implica na articulação de língua, linguagem, história e ideologia, assim, o corpo torna-se efeito de linguagem.

O corpo é a materialidade do sujeito apropriada pelo Estado, remarcado pelas instâncias ideológicas e enformado por uma dialética política [...] Todos os processos de assujeitamento da carne em corpo-discurso e a necessária ereção do sujeito, são desdobramentos da materialidade ideológica, e precisamente por isso não se pode considerar o sujeito como uma substância – podendo se incorrer no erro de interpretá-lo como uma essência. Pode-se, assim, dizer que o sujeito é uma coagulação da ideologia, cujo cerne é linguístico-histórico-simbólico, ou seja, discursivo. (SOUZA, 2010, p.1).

Foram séculos de atitudes disciplinadoras e de controle para os corpos. Atualmente, vê-se um movimento de reivindicação deste, que resiste ao seu menosprezo e desapropriação, abre-se espaço para a exaltação do corpo. Porém, mídia e instituições atuam no sentido contrário ao minarem constantemente o exercício de aceitação e naturalização das escolhas do sujeito, que deveria ser sujeito de seu próprio corpo.

Pensar as práticas de silenciamento acerca de temáticas referentes à apropriação do corpo recai nos sentidos que podem ser atribuídos ao silêncio, uma vez que ele não pode ser tomado como nulo e livre de significados. Como pontua Orlandi (2007), o silêncio não atua no sentido de complementar a linguagem, mas em sua própria significância, isto porque, mediante o caráter fundador a ele imputado, há uma percepção deste como antecessor à linguagem, “a linguagem estabiliza o movimento dos sentidos. No silêncio, ao contrário, sentido e sujeito se movem largamente” (ORLANDI, 2007, p. 27).

Orlandi (2007) distingue duas formas de silêncio. Na primeira, tem-se o silêncio fundante, que é o possibilitador do movimento dos sentidos e que seria o princípio da significação. Nele, tem-se a percepção de seu atravessar de palavras percebido ao atravessar palavras, seu estabelecimento entre elas ou até mesmo o indício de que o sentido pode ser outro. Aqui, não se pensa em um silêncio de âmbito físico, mas de sentidos.

Já a segunda forma de silêncio diz respeito à política de silenciamento, que se traduz no que pode ser dito ou não, a depender do contexto sócio-histórico em que o

sujeito se insere. A autora destaca que quando se opta por determinado dizer, outras possibilidades são apagadas automaticamente, ou seja, tem-se efeitos de sentido diferentes. Logo, a escolha de uma palavra implica em silenciar outras, de forma a moldar o discurso em consonância à demanda do contexto.

Portanto, a diferença entre os dois consiste no fato de que “a política do silêncio produz um recorte entre o que se diz e o que não se diz, enquanto o silêncio fundador não estabelece nenhuma divisão: ele significa em (por) si mesmo” (ORLANDI, 2007, p. 75).

Pode-se dizer que a política do silêncio resulta em uma proibição de si, já que a constituição dos sentidos é limitada, o que restringe também as posições que o sujeito pode ocupar. Dessa forma, tem-se uma delimitação identitária evidenciada pelas proibições no circular das diversas formações discursivas.

Ao pensar a experiência de mulheres cis, o discurso acerca da corporalidade toma rumos ainda mais violentos, uma vez que se fundamentam, majoritariamente, em sua corporeidade, “o corpo parece a âncora da mulher no mundo, sua razão de ser, para si mesma e para o outro, para o desejo do outro” (NATANSOHN, 2005, p. 288).

Tendo isso em vista, ao refletir sobre o corpo que menstrua, lida-se com um processo que é natural, biológico e periódico. As ciências biológicas demonstram ser um fenômeno periódico que ocorre pelas vias genitais. A menarca, normalmente, manifesta-se entre os 11 aos 14 anos de idade e traz consigo o acarretar de diversas mudanças corporais, como o crescimento dos seios, alargar de quadril e o aparecimento de pelos mais espessos na região púbica, caracterizando a denominada puberdade. Assim, passada a fase dos primeiros fluxos, que ainda não permitem a regularidade do ciclo, a menstruação passa a ocorrer mensalmente, por grande parte do ciclo vital desses corpos.

Segundo o entendimento atualmente dominante nas ciências biomédicas, esse fenômeno resulta de um processo endócrino relacionado à produção dos hormônios sexuais femininos, estrógeno e progesterona, tidos também como responsáveis pelas mudanças associadas à puberdade feminina e à menopausa. Dentro dessa perspectiva, são alterações cíclicas nos níveis desses hormônios que podem culminar com uma gravidez ou, no que se apresenta como sua antítese - a menstruação (SARDENBERG, 1994, p. 1).

Logo, é evidente que se trata de algo, quase sempre – salvo alterações hormonais e anatômicas, inerentes ao corpo e que, por tal características, deveriam ser naturalizados. Contudo, o pensamento acerca desse fenômeno aparece juntamente ao silenciamento do tópico menstruação, por mais que a abertura dos tempos atuais seja maior do que antes, ainda não é possível falar em naturalização, uma vez que o ciclo menstrual apresenta multidimensões e ocorre a partir de uma série de influências recíprocas que não são só biológicas ou psicológicas, mas também sociais e culturais

Como o corpo é o primeiro lugar da inscrição, a sociedade sempre leu, encarou a mulher a partir de seu corpo e de suas produções, fechando-a na reprodução e na afetividade. A natureza – menstruação, gravidez e parto – destinava as mulheres ao silêncio e à obscuridade, impossibilitando-as de outras formas de criação. (COLLING, 2014, p. 27).

A constante exposição das mulheres a normas reguladoras de seu corpo, tanto no âmbito estético quanto no da saúde (e fazemos, aqui, um recorte para a questão menstrual), cria um compilado de modos de agir e pensar, de forma a influir na própria experiência pessoal com o ciclo. Por se tratar de um processo fisiológico caracterizado descamação das paredes uterinas, as diversas simbologias atribuídas ao sangue vêm à tona, pois ele “tem para todas as culturas evocações emocionais, simbologias, rituais, que oscilam entre a vida e a morte; associando sua abundância à vida, à saúde e sua perda ao desaparecimento, enfermidade e morte” (HERMOSA-BOTELLO; MEJIA-CASADO, 2015, p.14. Tradução minha).

Destarte, a veiculação de discursos que colocam esse sangue como grotesco e repugnante resulta em um desprezo que atua tanto no pessoal quanto no social; em âmbito pessoal, o sujeito mulher que menstrua pode rejeitar esse processo em detrimento de seu acolhimento, não entendendo o sangue como parte de si; em âmbito social, vê-se a rejeição a partir do asco e da alegação de questões estéticas.

As expressões criadas como sinônimos do termo “menstruação” atuam no sentido de ratificar a linguagem como materialização de processos ideológicos, de forma a demonstrar o tabu ainda vigente. Dessa forma, é recorrente o uso de expressões como: “pingadeira”, “regras”, “sinal vermelho”, “o chico”, “naqueles dias”, “período”, “embaraço” e tantas outras que corroboram a ocultação do termo e não abertura para falar a respeito desse tema.

O legado e a manutenção das práticas ideológicas androcêntricas, em que “nós” é masculino e mulheres tentam desenvolver-se à sua margem, atuam no sentido de silenciar e reduzir, senão extinguir, o espaço do feminino. Ao longo da história, ter homens como porta-vozes somente reforçou a cultura do patriarcado e invisibilizou questões relativas às mulheres. Assim, o legado dessa hierarquia de negação faz com que as experiências do feminino assumam valores distintos e estejam relegadas aos ditames do masculino.

5. FOUCAULT E A ESTÉTICA DA EXISTÊNCIA

A última fase dos estudos de Michel Foucault volta-se para a teorização da ética, por meio da abordagem da subjetivação através da relação entre sexualidade e política, sendo estas, desde a antiguidade clássica até a atualidade, determinantes para a constituição do sujeito ético. Então, o autor se aprofunda na perspectiva do mundo grego antigo à procura da formação ética dos cidadãos, que viviam, de acordo com o teórico, uma formação com ascensões estéticas, aspirando à construção de suas vidas como obras de arte. Assim, Foucault postula o “cuidado de si” (*epiméleia heautoû*) como um conjunto de práticas de existência que, a partir da ética, conduzem o sujeito à uma vida orientada à “estética da existência”. (FOUCAULT, 1985)

Dessa forma, antes de adentrar o conceito da vida como obra de arte, é necessário precisar acerca de duas teorizações do autor que enlaçam a “estética da existência”: moral e ética. Em seu ensaio introdutório, *Usage des Plaisirs et techniques de Soi* (1983), a palavra moral aparece em um sentido duplo, primeiramente como um “conjunto de regras e valores” apresentado aos indivíduos pelos aparelhos prescritivos; e, em seguida, como um “comportamento real” dos sujeitos a respeito das regras e valores sugeridos.

Há, então, uma contrariedade entre as definições, visto que a moral pode ser tomada como regras para conduta, mas também como comportamentos possíveis no que se refere às regras. Portanto, “código moral” e “atos” são distintos, visto que estes são as atitudes dos cidadãos mediante as imposições a eles dadas; enquanto aquele se refere ao juízo de valor às possíveis atitudes, isto é, o que é benéfico ou maléfico. Contudo, há mais uma condição moral importante: o diálogo consigo que seria fundamental para a determinação interna do que faz sentido para o indivíduo e como ele pode se tornar agente de suas próprias ações. (FOUCAULT, 1994).

À vista disso, ao tomar a ética como o “conduzir-se”, ou seja, como o caminho para que o indivíduo se torne um sujeito moral, notamos uma relação entre o conceito de moral e o de ética, pois ser moral - praticar ações de valor e segundo as leis - também consiste em ser ético, tendo em vista a prática de autoformação por meio das ações morais que se julga valorativas para si. Assim, “A ação moral é indissociável dessas formas de atividade sobre si, que não são menos diferentes de uma moral para outra do que o sistema de valores, de regras e de proibições” (FOUCAULT, 1994, p. 558).

Em Foucault, a ética é uma prática moral, tendo em vista a relação do indivíduo consigo, que adentra o campo da subjetivação, assim, não se fala sobre uma moral fechada nos comportamentos ou nos códigos, mas uma moral do processo de existir e se (re)fazer constantemente em vista dos acontecimentos.

Penso que, em uma história da moral, é preciso fazer uma distinção entre o código moral e os atos. Os atos ou as condutas são a atitude real dos indivíduos face às prescrições morais que lhe são impostas. Nestes, deve-se distinguir o código que determina quais atos são autorizados ou proibidos e qual o valor positivo ou negativo das diferentes atitudes possíveis. Mas há outro aspecto das prescrições morais que, geralmente, não é isolado como tal, mas que, aparentemente, é muito importante: é a relação consigo mesmo que seria necessário instaurar, relação a si (*rapport à soi*) que determina como o indivíduo deve constituir-se como sujeito moral de suas próprias ações. (FOUCAULT, 1994, p. 618).

Então, nessa última fase dos estudos foucaultianos, há uma transposição da genealogia do poder para a estética da existência baseada na busca do sujeito por sua autonomia, alimentada pelas questões da conduta e, posteriormente, expressa pela temática da verdade. Em seu curso *A hermenêutica do sujeito* (1982), Foucault atenta para o cuidado de si na experiência ética grega, entre os séculos IV e II a.C., que se dava em conformidade com a filosofia e com algumas práticas como os ritos de purificação, concentração da alma, práticas de resistência etc.

Foucault ressalta três importante características do cuidado de si ao iniciar sua discussão. Em primeiro lugar, essa noção estaria atada a uma “atitude geral”, uma forma de ser “para consigo, para com os outros e para com o mundo” (FOUCAULT, 2010, p.12), ou seja, um modo de ser e de se relacionar com a vida. Outra característica desse cuidado é o olhar e a atenção que devem ser dadas a si. E, por fim, “as ações exercidas de si para consigo” (FOUCAULT, 2010, p.12), que seriam práticas específicas e exercícios. Esse modo de viver deve ser entendido como “um dever e uma técnica”. (FOUCAULT, 2010, p.445).

Este cuidado estaria atado à espiritualidade e pautado em outros três princípios fundamentais: 1) o entendimento de que a verdade nunca seria dada de pleno direito ao sujeito; 2) a exigência de que o sujeito se transformasse, tornando-se até mesmo outro que não ele, a fim de acessar a verdade; 3) a verdade só seria dada ao sujeito se este pagasse o preço de colocar em jogo as construções do seu ser. Doravante, compreendia-se que não era possível o encontro com a verdade sem uma “conversão”

a si mesmo, também chamada de transformação do sujeito, a partir de dois caminhos: o caminho de *éros* (amor), em que a verdade encontraria o sujeito e o iluminaria; ou o movimento de *áskesis*, entendido como o trabalho de si para consigo, tomando a responsabilidade pelos próprios pensamentos e atitudes. (FOUCAULT, 1985)

A moral grega prezava pelo respeito às escolhas e atos dos indivíduos, entendendo-os como uma questão pessoal e o trabalho sobre a própria vida estava embasado nas técnicas (*techne tou biou*) que não se caracterizavam pela normatividade. O fundamento da moral antiga era o trabalho do indivíduo sobre si, a ascética tomada como pedra basilar do *éthos* – que requeria a relação do indivíduo consigo, relação com os outros e a relação com a verdade (GOMES, 2013).

Posteriormente, no período helenístico-romano (I-II d.C.), Foucault pontua que o conceito de cuidado de si passou a ser compreendido como uma forma de “acontecimento no pensamento”, uma cultura de si:

Temos, pois, com o tema do cuidado de si, uma formulação filosófica precoce, por assim dizer, que aparece claramente desde o século V a.C. e que até os séculos IV-V d.C. percorre toda a filosofia grega, helenística e romana, assim como a espiritualidade cristã. Enfim, com a noção de *epiméleia heautoû*, temos todo um corpus definindo uma maneira de ser, uma atitude, formas de reflexão, práticas que constituem uma espécie de fenômeno extremamente importante, não somente na história das representações, nem somente na história das noções ou das teorias, mas na própria história da subjetividade ou, se quisermos, na história das práticas da subjetividade. (FOUCAULT, 2010, p. 12).

Dessarte, uma cultura de si é perpassada por um conjunto de valores que devem ser bem ordenados e coordenados entre si. Devem também ser universais, porém, nem todos desenvolvem a capacidade de atingi-los, pois é necessário que o indivíduo se conduza para este fim, por meio de saberes relacionados a técnicas e procedimentos testados, validados e transmitidos ao longo do tempo. A exemplo, a referência a Epicuro, em *Carta a Meneceu*, ilustra a noção de *epimeléia heautoû*, ao interligar o cuidado de si ao cuidado com a alma, por meio do filosofar. “Que ninguém, sendo jovem, tarde a filosofar, nem velho se canse da filosofia. Pois para ninguém é demasiado cedo ou demasiado tarde para assegurar a saúde da alma”. (FOUCAULT, 1985 p. 51).

Contudo, ao longo da vida, esse ato de cuidado com a alma assume uma especificidade: durante a juventude, caracteriza-se como uma preparação para a vida,

sendo entendido por *parashkeué* para os antigos. Por outro lado, ao atingir a senilidade, a filosofia trazia a renovação e desprendimento do tempo. (FOUCAULT, 1985)

Dentre os ensinamentos pitagóricos, encontram-se os exames de consciência, chamados de exercícios de memorização. Nestes, ressaltam-se os exames matinais, em que o sujeito listava mentalmente as tarefas a serem realizadas durante o dia, e os exames da noite, embasados na memorização dos fatos transcorridos e, também, do que poderia ter acontecido ao decorrer do dia. (FOUCAULT, 1985)

Já em Epicteto, conforme afirma Foucault (1985), tem-se a mais alta elaboração sobre o tema, pois na obra *Diálogos* o ser humano aparece como o ser a quem foi confiado o cuidado de si, marcando uma diferença em relação a todos os outros seres vivos, que “encontram tudo pronto” acerca do que é necessário para a sobrevivência, enquanto o homem deve velar por si mesmo, porque a vontade divina é a de que ele seja livre para fazer uso de si.

E é para este fim que (Deus) o dotou da razão; esta não deve ser entendida como substituta das faculdades naturais ausentes; é, ao contrário, a faculdade que permite servir-se quando e como convém das outras faculdades. é até essa faculdade absolutamente singular que é capaz de se servir de si mesma. (FOUCAULT, 1985, p. 53).

Todas essas práticas sugeridas indicavam um cuidado de si balizado por determinado modo de existência no mundo, uma atitude pautada no olhar para si, mas também para o outro e para o mundo: *epiméleia heautoû* como atitudes exercidas no próprio ser, por meio das quais o sujeito se (re)faz (FOUCAULT, 1985).

Em seu aspecto ético, o cuidado de si, para Foucault (1985), expressa-se em um jogo de forças do eu para ele mesmo. Em uma luta do próprio sujeito ao buscar se distanciar dos seus desejos e se aproximar das práticas de libertação, dessa forma, a proposta do filósofo é a de condução de si por meio de uma “relação consigo” ou de uma ética, como já pontuado.

A dificuldade do trabalho ético reside no reconhecimento dessas forças que habitam o indivíduo: a recidiva dos desejos e ambições, mas também a alternativa de se guiar pelas contracondutas engendradas nas práticas de liberdade que barram a ação do desejo. Portanto, o cuidado de si convoca o indivíduo a um embate contínuo travado no campo de batalha da consciência e dá luz à inconformidade mediante as inclinações hedônicas e egóicas, que visam aos próprios prazeres.

Para que isso ocorra, o sujeito deve direcionar seus pensamentos e atitudes para seu interior, de forma a retornar para si e se examinar. Consequência disso, como pontua Galvão (2014), é o fenômeno do “duplo-retorno”: ao retornar para si, o sujeito retorna para o outro também, pois passa a enxergar o mundo com outros olhos. “Tem-se aí um dos pontos mais importantes dessa atividade consagrada a si mesmo: ela não constitui um exercício da solidão, mas sim uma verdade prática social”. (FOUCAULT, 1985, p.57).

É importante precisar sobre esse “fora de si” ao qual Foucault (1985) se refere, pois, obviamente, não se trata de uma localização, mas de um estado de subjetividade em que os sujeitos se mantêm. Dessa forma, o retorno exige uma (re)descoberta genuína de si, de modo a sair do estado catatônico da subjetividade e transportar-se para um estado de consciência.

O filósofo ressalta que "estar sujeito a" significa estar sujeito à dependência de outro e ao seu domínio, porém, para ele, a expressão também traz o sentido de estar sujeito ao autoconhecimento que se tem de si - mas aqui, sob o aspecto da distorção de quem realmente somos. (FOUCAULT, 1983)

Isto porque, em geral, o conhecimento de si está transpassado por identidades impostas pelas chamadas ciências do homem, as quais são aceitas pelo indivíduo e naturalizadas. Consequência disso é que as construções associadas à identidade do sujeito trazem, em sua maioria, efeitos de poder classificatórios, ditames que apontam, a exemplo, o que é socialmente normal ou anormal. Por conseguinte, ao enfatizar a necessidade do desprendimento do eu, é do eu mimético e subjetivado de forma sujeitada ao qual Foucault (1983) faz referência. De forma paradoxal, o cuidado de si, em seu escrutínio, suscita o descuido deste eu que é normalizado.

Deleuze (2005), ao abordar o processo de subjetivação em Foucault, sustenta que o indivíduo, imerso em relações de poder que buscam subjetiva-lo e normalizá-lo, em alguns casos, apresenta-se como um ponto de resistência aos fluxos de poder, criando assim um "lado de fora" que se estende aos diagramas de poder. O sujeito, portanto, é o lugar onde a força se dobra, porém, nesse lugar, o sujeito não sai completamente ileso, já que resiste e é afetado por essa força.

Ainda em Deleuze (2005), a “memória é o verdadeiro nome da relação consigo, ou do afeto de si por si” (p.115), assim sendo, no contexto da dobra, que é a interseção entre o poder que se estende ao sujeito e a contra-força exercida por ele, ocorre uma tensão entre essas forças. Por um lado, as estruturas de poder exercem pressão sobre

o sujeito por meio de seus mecanismos, enquanto, por outro lado, o sujeito persiste em se afirmar. Essa tensão pode ser descrita como um embate entre "memória" e "esquecimento", em que a "memória" representa a afetação pessoal do sujeito por si mesmo, e o "esquecimento" é a força oposta que busca expor o sujeito. No entanto, é importante ressaltar que o esquecimento e a memória coexistem na subjetividade do sujeito, sendo que o esquecimento é constitutivo da memória. Apesar de o sujeito estar ou se sentir garantido em determinado momento, ele permanece esquecido de si mesmo ao imergir nas estruturas de poder. No entanto, essa condição continua influenciando o espaço em que o sujeito está situado, e tais experiências possibilitam que a memória, enquanto subjetividade, reconstrua-se.

[...] enquanto o lado de fora está dobrado, um lado de dentro lhe é coextensivo, assim como a memória é coextensiva ao esquecimento. É esta co-extensividade que é a vida, longo período. O tempo se torna sujeito, por ser a dobra do lado de fora e, nessa condição, faz com que todo o presente passe ao esquecimento, mas conserva todo o passado na memória, o esquecimento como impossibilidade de retorno e a memória como necessidade de recomeçar. (DELEUZE, 2015, p.15).

Apesar de existir uma interação de forças entre memória e esquecimento, elas não são mutuamente excludentes, mas sim coexistentes e constitutivas. De acordo com Deleuze, essa luta ou jogo entre memória e esquecimento é o que constitui a vida, sempre buscando se reconstruir. No entanto, há um ponto que ele chama de "morte do sujeito", em que a reinvenção de si mesmo é interrompida, ou seja, o sujeito vive esquecido do próprio esquecimento (DELEUZE, 2015).

Então, para entender a última fase foucaultiana, o olhar deve estar voltado para o cuidado com o saber e não, especificamente, com o outro conhecimento do eu, pois "De que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível, o descaminho daquele que conhece?" (FOUCAULT, 1984, p. 15). O caminho chamado por Foucault de "desassujeitamento" deve partir do entendimento de como pensamos o que pensamos e qual é a vontade de verdade: o ato de cuidar de si é o caminho do distanciamento de uma identidade que foi preestabelecida para dar espaço à verdade sobre si. Logo, deve haver uma separação entre o conhecimento e o cuidado de si.

É possível inferir que o mergulho do filósofo nas vivências gregas não consistiu em uma busca pela atualização da ética dos antigos, mas em encontrar nela mesma

elementos que contribuíssem para uma vida ética do sujeito atual, tendo em vista a problematização das imposições externas que perpassam a constituição do sujeito.

Mas que os filósofos recomendam cuidar-se de si não quer dizer que esse zelo esteja reservado para aqueles que escolhem uma vida semelhante à deles; ou que uma tal atitude só seja indispensável durante o tempo que se passe junto a eles. É um princípio válido para todos, todo o tempo e durante toda a vida. (FOUCAULT, 1985, p.53).

Para Foucault (1985), bem como para uma parte significativa da tradição filosófica, a questão da ética consiste no entendimento da prática da liberdade por meio da razão e da reflexão. Ética, portanto, como *êthos*, que é a forma de ser e de se conduzir.

Para os gregos, a liberdade residia em não ser escravo de outrem e muito menos de si e dos próprios apetites, pois diferentemente dos cristãos, que tinham na mácula uma forma de transgressão, os gregos enxergavam o perigo na servidão. Como postulado por Sêneca, “ser escravo de si mesmo é a mais grave, a mais pesada de todas as servidões, [...] é uma servidão assídua, isto é, pesa sobre nós sem cessar.”¹⁸

Por conseguinte, a ética do cuidado de si refere-se ao modo pelo qual cada sujeito constitui a si mesmo como agente de sua própria conduta, em uma relação estreita com seus atos para consigo e para com os outros. Não se trata, portanto, de um convite à inércia ou ao narcisismo; antes, este cuidado refere-se à possibilidade de uma construção ética de si, como sujeito dos próprios atos, não em um isolamento do mundo, mas mediante o entendimento de que é este movimento é que permite nele se situar e agir (FOUCAULT, 1985).

Assim, a “heroificação do presente” é o caminho proposto pelo autor: a postura adotada pelo sujeito, mediante os saberes e poderes prescritos, deve ser a busca pela libertação dessa sujeição. Nesse sentido, Foucault retoma os estudos kantianos a partir do conceito de menoridade racional¹⁹, exposto no texto *Beantwortung der Frage Was ist Aufklärung*, de 1784 - que seria, para Michel Foucault, a atitude de autonomia construtiva do sujeito. A retomada foucaultiana de Kant é exposta no texto *O que são*

¹⁸ A Hermenêutica do Sujeito - Aula de 17 de fevereiro de 1982. p. 332.

¹⁹ A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem (KANT, 2005, p.23).

as luzes?, de 1984, em que é traçado o conceito de estilização da vida, isto é, um viver norteado pela liberdade de escolha verdadeira, que resulta em estilos de vida autônomos e inventivos. Por meio dessa atitude de reflexão é que se pode compreender a estética da existência como uma ética possível, alcançada pela recriação do sujeito.

Ao pensarmos a aplicação da estética da existência no contexto da higiene menstrual, somos direcionados para a necessidade de que o sujeito crie consciência sobre as possibilidades de produtos existentes e sobre quais deles se adéquam melhor àquele corpo. Atualmente, a indústria dos absorventes conta com algumas opções: absorvente tradicional com abas, sem abas, noturno, ultrafino, interno, coletor menstrual, calcinha absorvente e absorvente reutilizável; além de tecnologias que auxiliam na percepção do corpo e da consciência durante o ciclo, como os chamados *menstruapps* ou a mandala lunar. Desse modo, a estética da existência pode ser uma filosofia aplicável à menarca à medida que compreendemos o ciclo menstrual como parte do viver e enxergamos nele uma possibilidade de pensar sobre como este corpo que sangra se sente e como pode receber da melhor forma possível os cuidados necessários neste período, de modo a desenvolver maior autonomia.

Por estética da existência, o filósofo compreende uma forma de viver em que a correspondência às prescrições exigidas não é o que pauta o valor moral do sujeito, “a estética da existência é uma arte, reflexo de uma liberdade percebida como um jogo de poder” (CASTRO, 2009, p.151). Caberia ao sujeito fazer da vida uma obra de arte, uma elaboração de si não determinada pelo externo, mas fundamentada a partir de sua relação consigo.

As "artes da existência" devem ser entendidas como as práticas racionais e voluntárias pelas quais os homens não apenas determinam para si mesmos regras de conduta, como também buscam transformar-se e modificar seu ser singular, e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e que corresponda a certos critérios de estilo. (FOUCAULT, 1983, p. 198-199).

Pode-se caracterizar essa “cultura de si” pelo fato de que a arte da existência - a *techne tou biou* sob as suas diferentes formas - nela se encontra dominada pelo princípio segundo o qual é preciso “ter cuidado consigo”; é esse princípio do cuidado de si que fundamenta a sua necessidade, comanda o seu desenvolvimento e organiza a sua prática” (FOUCAULT, 1985, p.49).

Para tanto, na visão foucaultiana, é imprescindível que a ousadia da subversão acompanhe as vivências do sujeito, de modo que ele se invente regularmente a partir do governo e saber de si, pois este é o único caminho para a tomada das rédeas da própria vida. Consequentemente, quem assim ousar, estará se refazendo e tornando sua vida uma obra de arte.

A fim de relacionar o heroísmo do presente, os desafios modernos e o carecimento da relação do indivíduo consigo e com a arte, ele faz referência a Baudelaire, artista francês. Dessa forma, Foucault estabelece uma relação entre o filósofo moderno e o artista moderno, apontando o vínculo entre a vida e a arte, como Baudelaire já tinha exposto no dandismo, em que o corpo, as ações, paixões e sentimentos se fundem na construção de uma obra de arte que, de acordo com Foucault (1985), pode ser a própria vida de uma pessoa.

Assim, percebe-se que a estética da existência transcende uma simples performance, visto que o que mostra como estilo estético da aparência é uma mera representação do que reside na mente. “O dandismo não é sequer, como parecem acreditar muitas pessoas pouco sensatas, um amor desmesurado pela indumentária e pela elegância física. Para o efeito dândi essas coisas são apenas símbolos da superioridade aristocrática de seu espírito” (BAUDELAIRE, 1996, p.52)²⁰. É já em sua aparência que o dândi se destaca da multidão, refletindo seu pensar em oposição aos modelos e padrões preestabelecidos. Logo, Foucault (1985) encontra no referido autor um caminho para a introdução da estética da existência na modernidade.

É possível compreendermos a possibilidade da vivência de um processo de subjetivação fundado no conhecimento e governo de si, sendo indispensáveis a reinvenção do sujeito e heroificação de seu presente. Assim, não é necessário se enquadrar em padrões preestabelecidos, nem mesmo ceder às identidades impostas. O sujeito pode se construir, a partir de sua liberdade agonística, em um processo de criação diária e livre de padrões cotidianos. Não se deve buscar uma representação que torne todos iguais; antes, é essencial voltar os olhos para si, tomando-se como seu próprio projeto, sempre passível de mudança e reestruturação. Pois esse sujeito ético, teorizado por Foucault (1985), é um sujeito que, enquanto viver, precisa adentrar o estado de metamorfose.

²⁰ BAUDELAIRE, Charles. O dândi. In: *Sobre a modernidade: o pintor da vida moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. pp. 51-56.

Portanto, o conceito de "cuidado de si", explorado a partir da relação entre o poder, o conhecimento e o indivíduo, é uma parte fundamental da obra foucaultiana, que emerge como uma dimensão crucial desse exame crítico de si. O "cuidado de si" refere-se a um processo de autotransformação e autodesenvolvimento que os indivíduos buscam em suas vidas. Uma das ideias fundamentais de Foucault é que as sociedades humanas estão imersas em relações de poder e esse poder não se separa da vida cotidiana, uma vez que está presente nas instituições, normas sociais e até mesmo em práticas da nossa intimidade. Contudo, o teórico acreditava que os indivíduos não se constituem como meras vítimas das estruturas de poder. Antes, têm potencial de serem agentes, possuem uma margem de manobra, por assim dizer, no modo como respondem e se relacionam com o poder.

O "cuidado de si" seria uma manifestação desse potencial agentivo, uma vez que engloba o exame e reflexão crítica sobre as próprias ações, desejos e valores, além do esforço consciente para a melhora de si. Esse processo não é meramente introspectivo, mas abrange o movimento externo na aquisição de conhecimento, na busca da sabedoria e no explorar de práticas que podem levar à transformação do sujeito.

Por conseguinte, Foucault argumentava que, ao cuidar de si mesmos, os indivíduos criam a possibilidade de subversão de determinadas normas e expectativas socialmente impostas, portanto, trata-se de uma forma de resistência, visto que desafia as prescrições normativas que, por vezes, são coercivas e limitantes. É por meio desse "cuidado de si" que os sujeitos se tornam mais conscientes de si, esquivando-se, à medida do possível, do cumprimento passivo das imposições e normativas sociais.

Foucault também ressalta que o "cuidado de si" não se limita a um processo egoísta, pois pode incluir interações e vínculos com outras pessoas, especialmente com aquelas que compartilham interesses e metas semelhantes. O diálogo, a partilha de experiências e o apoio mútuo desempenham um papel crucial no caminho do autodesenvolvimento.

Em essência, o teórico enfatiza a relevância da reflexão, da autorrenovação e da resistência em um contexto permeado por relações de poder. Ele nos encoraja a explorar como podemos ser agentes ativos em nossas próprias vidas, influenciando nossa subjetividade e desafiando as normas que nos são impostas. Esse enfoque valoriza a autonomia pessoal e a constante busca por autenticidade e autodescoberta.

6. ANÁLISE DE CORPUS

Aqui, pretendemos dar vida ao questionamento “quem foi/é esse bicho esquisito que todo mês sangra?”. Tecer uma breve história das mulheres nos oferece um panorama sobre o caminho de rupturas e discontinuidades vivenciado por esse sujeito-mulher, entretanto, na trama dos efeitos de sentidos dos discursos – pois falar de discurso é falar da história e falar da história é falar dos sujeitos – é que podemos expandir as representações do questionamento proposto.

A proposta de analisar as publicidades se dá como uma abertura para perceber, ao longo dos anos, a evolução dos produtos e as estratégias discursivas de cada marca, em um resgate do imaginário social tecido nos cômodos da memória. Desse modo, a fim de trazer uma linha coerente na evolução dos produtos e publicidades, começemos por Modess, a primeira marca de absorvente higiênico descartável no Brasil.

Figura 5 - Propaganda Modess

*Sua
filha
pode
ter*

**receio de
perguntar...**

Mas, ela precisa conhecer “certos fatos” relacionados com a vida feminina. Sua filha lhe agradecerá, mais tarde, se a senhora a preparar desde já para receber como normais, certas transformações que ocorrem na vida de toda mulher. Explicações sobre o organismo feminino, apresentadas de forma simples e compreensível, são encontradas no livrinho que abaixo oferecemos.

Ela também ficará sabendo que Modess é o método moderno de proteção sanitária: é mais higiênico (usa-se uma só vez), é mais conveniente (não precisa ser lavado todos os meses), é invisível (não aparece mesmo sob os vestidos mais leves) e é de completa segurança. E somente Modess é feito pela Johnson & Johnson, líder mundial no ramo durante mais de 69 anos. Ao comprá-lo, nunca aceite imitações. Insista em Modess.



Grátis! “Ser quase mulher... e ser feliz”. Um livrinho respondendo a muitas perguntas que fazem sobre a menstruação.
Anita Galvão - C. P. 5030 - Depto. 249 - CCCC - S. Paulo

Nome: _____

Enderço: _____



Fonte: Site Propagandas Históricas, s.d²¹

Em meados da década de 20, a Johnson & Johnson decidiu criar uma marca de absorventes higiênicos para competir no mercado americano com a KOTEX, produzida pela Kimberly-Clark. Em 1926, após um longo período de pesquisas, a

²¹ Propagandas Históricas, 2019. Disponível em: <<https://www.propagandashistoricas.com.br/2019/03/modess-johnson-e-johnson.html>>. Acesso em: 09 jun. 2023.

empresa lançou os absorventes Modess no mercado americano. O novo produto teve grande repercussão no mercado, por isso a Johnson & Johnson decidiu criar uma divisão exclusiva para a marca. Modess estabeleceu seu diferencial no mercado pela sua comunicação, que expunha a relutância das mulheres acerca do tema menstruação, não à toa, Modess sugere “modéstia”. (Mundo das Marcas, 2010)

O texto publicitário acima traz a divulgação do livreto “Ser quase mulher... e ser feliz”, datado de 1955, que buscava explicar o funcionamento do corpo feminino acerca da menstruação, bem como a divulgação do produto Modess. Visualmente, percebemos a baixa qualidade da imagem, o veículo da mensagem, que vem por meio do folheto, o estilo vintage em que o sujeito-mulher é retratado, bastante característico da época, e a denominação “Modess”, anterior ao próprio nome “absorvente”. Sobre este último fator, é interessante observar que Modess é uma marca e que por meio do processo metonímico passou a significar socialmente o próprio produto. Bem como Gillette e Bombril, a Modess iniciou o produto no mercado, portanto, ocorria a facilidade de tal associação, entretanto, tal deslizamento de sentido possibilita a percepção das marcas perpetuadas pelo capitalismo e traduzida na/própria linguagem, o que, por sua vez, denota a relação de poder de grandes empresas.

Em âmbito discursivo, é interessante pensar os sujeitos aos quais o discurso se dirige: ao sujeito-mãe e ao sujeito-filha. Notamos que não há um apelo para um diálogo direto entre mãe e filha em um compartilhamento de vivências possíveis pela condição de mulher. Antes, a chamada publicitária é para a compra do livreto, de modo que este seria um intermediador. Antes de adentrarmos a apreensão de uma FI do conservadorismo possível pela intermediação do livreto, é interessante atentarmos para o nome “Anita Galvão” que o acompanha.

Nas palavras do site Memorial do Consumo (2016), nos anos 1950, a industrialização permitiu que mais mulheres começassem a trabalhar “fora de casa e buscar conforto, segurança e informação, três ingredientes fundamentais para a popularização do uso do absorvente descartável”. Entretanto, esse produto não era tão conhecido e, a fim de mudar o cenário, a Johnson & Johnson criou uma “conselheira feminina”, que respondia às dúvidas das consumidoras através de cartas e folhetos distribuídos gratuitamente. Batizada de Anita Galvão, a consultora não era de fato uma pessoa física, por trás do nome havia uma equipe de seis pedagogas, que eram responsáveis por sanar as dúvidas do público.

Essa figura continuou ativa até meados de 1960, prestando ajuda ao público por meio de anúncios discretos em revistas femininas, a fim de ressaltar a importância de Modess para o público que trabalhava fora. A mudança desse cenário conservador só vai ocorrer no início dos anos 1970 devido à ressonância da revolução sexual²², haja vista que se abre espaço para a derrubada de alguns tabus das antigas gerações e com isso os primeiros comerciais da marca podem chegar à televisão. (Memorial do Consumo, 2016).

No final dos anos 1970, a comunicação de Modess passou a dar foco às jovens consumidoras, meninas recém-ingressadas na puberdade. As propriedades do produto eram destacadas em conversas “de mulher para mulher” entre mães e filhas ou entre professoras e alunas. (Memorial do Consumo, 2016).

Desse modo, na figura do locutor Anita Galvão, constrói-se uma perspectiva de enunciador que se desdobra em alguns efeitos de sentidos. A partir dessa representante, a autoria de Modess se posiciona no mercado como desbravadora de espaços, a fim de que, em um cenário de CPs repressivas, esse sujeito-mulher encontre consolo ou respostas para o desconhecimento de si e do que esse período pode trazer. Aqui, pode-se pensar o trabalho da equipe por trás de Anita como uma prática da estética da existência, haja vista que as respostas às dúvidas das consumidoras só são possíveis pelo conhecimento que as pedagogas buscaram adquirir e que reflete em uma aproximação para com seu ciclo e na possibilidade de aproximar o Outro de seu ciclo também, em uma dinâmica de aprendizagem e aprimoramento de si.

Por outro lado, percebemos o atravessamento de FDs constituintes do conservadorismo, uma vez que não há o diálogo aberto sobre a temática e, também, a impossibilidade de que a iniciativa partisse do pai, visto que recai sobre a mulher a responsabilidade dessa educação. Desse modo, é importante considerar a formação e desenvolvimento das identidades dentro do recorte de papel de gênero, sua construção se dá em nível discursivo, ou seja, perpassadas pelas relações sócio-históricas em que o sujeito se inscreve.

O sujeito se submete à língua mergulhado em sua experiência de mundo e determinado pela injunção a dar sentido, a significar-se. E o

²² A Revolução Sexual foi uma maneira de refletir acerca da liberdade sexual humana, de modo a questionar e desafiar a moral tradicional. Teve seu ápice nos anos 1960, embora este não tenha sido seu início, e perdurou até aproximadamente a década de 70. (BRASIL PARALELO, 2023)

faz em um gesto, um movimento sócio-historicamente situado, em que se reflete sua interpelação pela ideologia. A ordem da língua e a da história, em sua articulação e seu funcionamento, constituem a ordem do discurso [...] Temos acesso assim ao modo como, pela ideologia, afetado pelo simbólico o indivíduo é interpelado em sujeito. A forma sujeito, que resulta dessa interpelação pela ideologia é uma forma-sujeito histórica com sua materialidade. (ORLANDI, 2007, p. 2-3).

Logo, é no desenrolar das dinâmicas sociais que as diferenças entre o feminino e o masculino surgem. No recorte da peça publicitária, percebemos o tradicional papel imputado à figura do feminino, em especial à posição de sujeito-mãe. A mulher, pelas normas conservadoras, é o sujeito voltado para o lar e seus desdobramentos, dentre eles, a educação dos filhos. Enquanto ao homem cabe o espaço público e suas relações. Então, na imputação da responsabilidade dessa educação como sendo apenas da mãe, conforme observado no folheto, a publicidade reproduz não só o discurso de uma sociedade específica, como também, o traz à tona a discussão a respeito do papel de gênero e, ao mesmo tempo, o próprio silenciamento da temática, uma vez que não ocorre abertura para discussão do tema e a figura paterna é entendida de forma afastada do assunto e, conseqüentemente, do aspecto educacional. É “somente a partir dos anos 1970 que as mães falam preventivamente de menstruação com suas filhas, os produtos de higiene levam em conta o “incômodo”, como se dizia antigamente, e a publicidade anuncia as melhores proteções” (PERROT, 2019, p.45).

Cada formação discursiva traz para si uma memória discursiva, um ponto, segundo o qual, se constitui em oposição ao Outro de si mesma. Conforme postula Indursky (2011), é nesse ponto de encontro entre uma memória, tida como um interdiscurso, e uma atualidade, o intradiscurso, que se instaura o efeito de memória, no qual os sentidos são atualizados. Trata-se de um entrecruzamento lacunar, o que possibilita o deslizamento de sentidos. Por isso, na peça, é possível apreender um outro efeito de sentido, que é a tentativa de ruptura com tal conservadorismo, expresso por meio do enunciado “receber como normais, certas transformações que ocorrem na vida de toda mulher”. Observar a escolha da palavra “receber” nesta condição também é fator interessante, pois ao escolhê-la, outras foram negadas (admitir, considerar, enxergar, acatar, entre outras.), e outras percepções podem ser captadas: a não rejeição do ciclo menstrual, isto é, a afetuosidade de “receber” gera um efeito de sentido de aproximação e de aceitação do ciclo que se iniciará; contudo, um outro efeito de sentido possível refere-se ao fato de que não há como ser diferente e, por

isso, não há como discutir, apenas “receber”, isto é, uma pílula anticoncepcional que permita a interrupção total do ciclo, por exemplo, seria impensável.

Contudo, alguns fatores que atestam a política de silenciamento acerca da temática nessas CPs são “certos fatos”, que demonstram o mascarar do peso da palavra “menstruação”, o que remete à forma do silêncio constitutivo, “um efeito de discurso que instala o antiimplícito: se diz “x” para não (deixar) dizer “y”, este sendo o sentido a se descartar do dito” (ORLANDI, 2007, p. 73) ou até mesmo ao *silêncio local* referente à censura.” (ORLANDI, 2007, p. 24); a invenção de tal livreto, que exige um procedimento para ser acessado, em detrimento de uma informação aberta a respeito da temática; e “receio”, que pode demonstrar a vergonha do corpo, desse evento ou mesmo a falta de abertura para o tema na família. O mistério do ciclo menstrual para a medicina antiga foi fator gerador de discursos repulsivos e práticas de controle dos corpos, fruto dessa inquietação foram os tabus e mitos cristalizados em forma de preconceito, que mesmo desmistificados pelos atuais saberes médicos, ainda ecoam na forma de repulsa. Basta percebermos a formulação linguístico-discursiva da peça em questão, pois a palavra menstruação não vem à tona, mas é representada pelo interdito, ou seja, pelo uso da expressão “certos fatos.

Orlandi afirma existir uma flutuação entre silêncio e dizer, sendo interdição o elemento fundador dessa flutuação. O interdito seria aquilo que impede o tudo dizer; para que seja possível dizer alguma coisa é necessário que haja esse corte, caso contrário, nada seria dito. “A hipótese de que partimos é que o silêncio é a condição da produção de sentido. Assim, ele aparece como o espaço ‘diferencial’ da significação: lugar que permite à linguagem significar” (ORLANDI, 2007, p. 70). Assim, a censura é tomada como a forma do silêncio do interdito, daquilo que é proibido na esteira do que se pode ou não dizer, portanto, deve ser considerada em sua materialidade linguística e histórica, ou seja, discursivamente.

A censura não é um fato circunscrito à consciência daquele que fala, mas um fato discursivo que se produz nos limites das diferentes formações discursivas que estão em relação. [...] A censura estabelece um jogo de relações de força pelo qual ela configura, de forma localizada, o que, do dizível, não deve (não pode) ser dito quando o sujeito fala. (ORLANDI, 2007, p. 76-77)

Ademais, para essa CP, há uma FD de tecnologia, uma vez que se resgata o antigo uso dos paninhos e destaca-se Modess como uma nova tecnologia do corpo ao descrevê-lo como um método moderno mais higiênico e conveniente. Nessa toada,

apesar de haver a geração de um efeito de sentido que pode levar à compreensão de uma efetiva preocupação com o corpo feminino, principalmente devido ao atravessamento de uma FD pertencente à saúde, pois aborda a questão do cuidado como um aspecto vinculado à higiene; observamos, também, que a própria funcionalidade desse gênero em questão (propagandístico) pode revelar outro sentido. Toda propaganda visa à divulgação de um produto, de algo que venha suprir uma necessidade social e, conseqüentemente, gerar lucro. Por isso, ainda pairam as políticas de silenciamento relacionadas ao próprio funcionamento do capitalismo e acerca da temática feminina, ou melhor, da dificuldade que a mulher tem de apropriar-se e empoderar-se de seu próprio corpo.

Ademais, percebe-se uma FD de desconhecimento do funcionamento do conceito gênero, por meio do título “ser quase mulher...e ser feliz”, nota-se a premissa do útero como constituidor da posição mulher e a necessidade da menstruação para a transição de menina para mulher, bastante atrelada ao potencial reprodutivo e ao desenvolvimento desse corpo.

Logo, ao pensar a biopolítica de Foucault como uma forma de regulação do corpo social em paralelo com o conceito “menstruação”, percebe-se o instaurar da estigmatização e da vergonha associadas à menarca como uma forma de biopolítica, visto que influi diretamente em como o sujeito-mulher vê seu próprio corpo e sua identidade, bem como por meio de uma política de silenciamento, em que fica clara a ausência do debate sobre o tema. Em se tratando do relacionamento mãe e filha, abordado na peça publicitária, entendemos que a falta de diálogo já começa em casa, dentro da família, por isso a necessidade de um “folheto” explicativo. Certamente, essa descrição não se refere apenas a essa época e muito menos somente à família. Obviamente, que de 1955 para a atualidade (2023), aconteceram algumas pequenas mudanças, mas ainda são várias as limitações dos discursos voltados a essa temática da menstruação. A escola, considerada como um aparelho Ideológico, segundo Althusser (1970)²³, por exemplo, pouco ou nada se discute a respeito, haja vista, a retirada da disciplina de Educação Sexual, durante o governo de Bolsonaro.

²³ “...enquanto que o Aparelho (repressivo) do Estado, unificado pertence inteiramente ao domínio público, a maior parte dos Aparelhos Ideológicos do Estado (em sua aparente dispersão) remete ao domínio privado. As Igrejas, os Partidos, os Sindicatos, as famílias, algumas escolas, a maioria dos jornais, as empresas culturais etc etc, são privadas. Os Aparelhos Ideológicos do Estado “funcionam através da ideologia”. (ALTHUSSER, 1985, p.69).

Pensando em condições de possibilidades, nota-se um modo de existência de distanciamento e, ao mesmo tempo em que se prega a necessidade de a mãe colocar certos fatos como “normais” na vida feminina, a explicação sobre “o organismo feminino”, dada de “forma simples e compreensível”, é encontrada, de fato, no “livrinho” fornecido pela empresa *Johnson & Johnson*, fabricante do *Modess*.

Figura 6 - “Liberdade começa dentro da gente”

Como você sabe, as mulheres não são todas iguais. Pensando nisso, uma ginecologista desenvolveu o primeiro absorvente interno feito em camadas que se expandem naturalmente e se ajustam de forma diferente ao corpo de cada mulher. Só o.b.* dá a você essa proteção personalizada.

“Liberdade começa dentro da gente.”

Mini para os dias de pouco fluxo.
Médio para fluxo normal e Super para fluxo intenso.

ob.
Proteção sob medida para você.

Fonte: Site Propagandas em Revista, s.d²⁴

²⁴ Site Propagandas em Revista, s.d. Disponível em: <<https://www.propagandasemrevistas.com.br/desafiodocodigo.com.br/propaganda/5733/>>. Acesso em: 09 jun. 2023.

Acima, tem-se uma publicidade do produto o.b, da marca Johnson e Johnson, ele foi lançado no Brasil em 1974, sendo o primeiro absorvente interno comercializado no país. Seu desenvolvimento se iniciou em 1947, quando um engenheiro alemão, Dr. Carl Hahn, deparou-se com um anúncio sobre tampões numa revista americana e teve a ideia de trazer aquele produto para a Alemanha. Para isso, contou com o trabalho do Dr. Heinz Mittag, um advogado; e, mais importante ainda, Dra. Judith Esser, uma ginecologista que era praticante de natação e percebia a problemática de ter seus treinos interrompidos por seu fluxo, foi ela que se encarregou da vertente médica da questão. (O.B, s.d)

A peça foi publicada na Revista Veja, em 1999, e demonstra uma chamada para um novo produto com uma nova proposta. Observamos uma mulher jovem, sentada em uma posição confortável, com o cabelo liso, simetricamente repartido e vestida de branco. A fim de tornar a leitura mais clara, tendo em vista a baixa qualidade visual da publicidade, é importante destacar as chamadas situadas nas extremidades: “Como você sabe, as mulheres não são todas iguais. Pensando nisso, uma ginecologista desenvolveu o primeiro absorvente interno feito em camadas que se expandem e se ajustam de forma diferente ao corpo de cada mulher. Só o.b dá a você essa proteção personalizada”, “Mini para os dias de pouco fluxo, Médio para fluxo normal, Super para fluxo intenso”, sob o slogan “o.b proteção sob medida para você”

Por meio do discurso imagético, um olhar de relance permite a apreensão do efeito de sentido de aproximação com o discurso higienista, visto que a memória discursiva possibilita a reminiscência do entrecruzamento com a medicina e a limpeza, a partir das vestimentas na cor branca. Disso decorre um outro efeito discursivo, o do caráter normativo em relação aos modos de ser mulher na sociedade contemporânea, dentre tais modos, destaca-se a frequente associação entre higiene e beleza. Como já citado no capítulo “Por entre a história das mulheres”, o discurso médico, por muito tempo, ensejou o simbolismo negativo em relação ao período menstrual, seja por meio de terminologias ou pela fragmentação do olhar para o corpo. Desse ponto parte a ideia da necessidade de esconder o sangue menstrual, que é categorizado de forma distinta do sangue que corre nas veias.

Dialogando com esse discurso, temos o cenário do início do século XX no Brasil, pautado nos princípios higienistas (nascidos do liberalismo que chegava ao país no final do século XIX), os quais defendiam a utilidade dos corpos femininos

através da força e da saúde, de modo que a falta de cuidado para com esses corpos acarretaria fraquezas e doenças. Nesse sentido, as mulheres que apresentassem qualquer descontrole sobre seus corpos, como o desleixo, a falta de zelo ou uma alimentação desregrada eram criticadas. Assim, é nessa perspectiva, que as exigências de ser magra, bela e limpa, como padrões de feminilidade, encontram relação com a saúde e atuam como mecanismo de higienização dos corpos. (PINSKY, 2012). É nesse espaço da medicina que se tem a atuação do poder como uma força de sujeição do corpo, é no cruzamento entre poder, saber e corpo que nascem os efeitos de verdades sobre os modos de viver.

No enunciado “liberdade começa dentro da gente”, diversas FDs pertencentes a uma FI regida pela sociedade e seu funcionamento dentro de um sistema capitalista demonstram sua presença anteriormente ecoada, é somente por meio da atual CP que se apreende o direcionamento para a venda do o.b. Para além dessa proposta, apreende-se o imbricamento com o discurso da Filosofia, como o aforismo délfico “conhece-te a ti mesmo”, que encaminhou Sócrates para o início do período antropológico na filosofia grega. Tal frase foi tomada como um oráculo de Apolo para todas as pessoas, então caberia à humanidade buscar o conhecimento de si e, a partir disso, seria possível conhecer a verdade sobre o mundo. Há também o imbricamento do discurso da Psicologia, ciência que preza pela análise, compreensão e explicação dos comportamentos e sentimentos humanos, a fim de promover uma melhor qualidade de vida. A exemplo, podemos resgatar um trecho da carta de Jung endereçada à sua paciente Fanny Bowditch “Mas sua visão ficará clara apenas quando você puder olhar para o seu próprio coração. Conquanto tudo pareça discordante, somente por dentro se aglutina em unidade. Quem olha para fora sonha, quem olha para dentro desperta.” (JUNG²⁵, 2015, p.33); ademais, há o atravessamento discursivo do amor-próprio, o qual, assim como os anteriores, vê no autoconhecimento e na autonomia do sujeito um caminho para uma vida melhor.

Desse modo, possíveis efeitos de sentido são desencadeados pela sugestão da palavra “liberdade”. Pode-se pensar uma FD pertencente à modernidade, em que a adaptação do produto ao corpo traria mais segurança e conforto, na contramão dos antigos absorventes que, muitas vezes, marcam em determinadas vestimentas e que não apresentam flexibilidade anatômica. Aqui, é importante atentar para a legitimidade

²⁵ JUNG, Carl G. *Letters, Volume 1: 1906 – 1950*. New York, NY – USA: Routledge – Taylor & Francis Group, 2015. p. 33

que o discurso adquire, a partir de quem recebe o mérito pelo desenvolvimento do produto, pois como foi enunciado pela peça publicitária, trata-se de entender que “as mulheres não são todas iguais. Pensando nisso, **uma ginecologista desenvolveu o primeiro absorvente interno** feito em camadas que se expandem naturalmente e se ajustam ao corpo de cada mulher”, isto é, uma mulher, na posição de especialista, que desenvolveu esse saber, sendo um saber as “possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso” (FOUCAULT, 2008, p.204). A partir disso, subentende-se o domínio técnico, já que se trata de uma saber-médico, em paralelo à vivência desse corpo que também passa pelo período menstrual e entende as reais necessidades do outro. Acerca desse fator, Foucault (1999) postula que:

o poder produz saber (e não simplesmente favorecendo-o porque o serve ou aplicando-o porque é útil); que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder. Essas relações de “poder-saber” não devem então ser analisadas a partir de um sujeito do conhecimento que seria ou não livre em redação ao sistema do poder; mas é preciso considerar ao contrário que o sujeito que conhece, os objetos a conhecer e as modalidades de conhecimentos são outros tantos efeitos dessas implicações fundamentais do poder-saber e de suas transformações históricas. (p. 31).

Isso significa perceber o exercício do poder como produção de verdades, especialmente na qualidade de vontade histórica de verdades, na relação entre saber e poder. Dessa maneira, a imanência do biopoder se expressa na produção de desigualdades, em detrimento de verdades objetivas, o que aponta para um efeito da relação saber-poder: seu direcionamento aos corpos, sobretudo no campo do saber médico. Atrelada a esse campo da desigualdade está a liberdade gerada pelo nível socioeconômico, uma vez que é o poder aquisitivo que propicia a compra do produto.

Um outro gesto interpretativo seria no sentido de uma FD de revolução, de modo a demonstrar que o conhecimento do corpo é necessário e que não deve ser tomado como um tabu, pois para a inserção do objeto, é preciso entender e se conectar com sua própria biologia. Podemos dizer ‘revolução’ em alusão à ruptura do mito da perda da virgindade por meio da introdução do produto, que também se desdobra em mais uma forma de imposição social e modo de existência: o ideal da mulher virgem, que deveria ser entregue em pureza no dia do matrimônio.

É na subversão dos discursos anteriores que vemos emergir o conceito de ruptura, que se refere a um momento no qual ocorre uma quebra ou interrupção na

continuidade discursiva, revelando deslocamentos significativos. Na análise da ruptura, busca-se compreender como ela afeta a produção de sentidos, revela lutas de poder, relações de dominação, resistências, construção de identidades, discursos hegemônicos e contra hegemônicos, entre outros aspectos relevantes.

Um outro caminho por meio da palavra “liberdade” seria pensar sua oposição no período menstrual: De onde viria o aprisionamento desse sujeito? De seu ciclo? das opções de produtos absorventes oferecidos pelo mercado? Da visão e da relação que a sociedade estabelece com a temática? Os sentidos ficam suspensos, uma vez que

A condição da linguagem é a incompletude. Nem sujeito nem sentido estão completos, já feitos, constituídos definitivamente”. Constituem-se e funcionam sob o modo de entremeio, da relação, da falta, do movimento. Essa falta atesta a abertura do simbólico, pois a falta é também lugar do possível. (ORLANDI, 2020, p. 50).

Também é importante ressaltar a diferenciação que ocorre sobre o sujeito mulher, uma vez que “as mulheres não são todas iguais”. De fato, mas na peça, o efeito de sentido pode ser pensado como restrito ao aspecto biológico, no quesito da quantidade de fluxo mensal, e não em um recorte social que abrange a cultura de cada uma, classe social, raça e as demais subjetividades que formam um ser. Acerca do fator biológico, é possível notar, novamente, o atravessamento do discurso médico, visto que existe o fluxo “normal”. Mas o que seria o normal para cada corpo?

Entretanto, de forma geral, pode-se enxergar uma transição para um modo de viver de experimentação, em que há a possibilidade de conhecimento e maior contato para com esse corpo. Essa nova tecnologia do corpo atuaria como uma forma de biopolítica em que tal dispositivo, a partir de uma regulação do corpo e contenção do ciclo, permitiria uma vida de maior conforto e “liberdade” para aquelas que se adaptarem ao dispositivo.

Assim, é possível pensarmos não somente numa liberdade de movimentos (ir e vir com mais conforto), mas também numa liberdade proveniente da despreocupação de estar com um absorvente que marque ou com os vazamentos e disso decorre o efeito de sentido de uma “liberdade” que é fruto da ação do outro, pois estamos falando de uma obediência aos padrões impostos por uma sociedade que, por sua vez, acaba por assumir o papel de governamentalidade do Estado.

Por esta palavra, ‘governamentalidade’, entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões,

os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por 'governamentalidade' entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de 'governo' sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por 'governamentalidade', creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco 'governamentalizado'. (FOUCAULT, 2008, p. 143).

Desse modo, ao pensarmos esse Estado enquanto sociedade, temos, inclusive, o modo como entender o conceito de liberdade. Portanto, é possível pensarmos numa ideia de obediência ao invés de liberdade, ou mais, de obediência disfarçada de liberdade.

Figura 7 - Sempre Livre Tri Protect



Fonte: Site Sempre Livre, 2010

A marca SempreLivre, também da Johnson & Johnson, trouxe inovação para o segmento de absorventes íntimos do mercado brasileiro. Foi lançada no Brasil em setembro de 1974 com a proposta de trazer o primeiro absorvente aderente (com fita adesiva) do mercado nacional e que trouxe significativos avanços tecnológicos,

abrindo as portas para um novo segmento e com muito mais conforto do que seus concorrentes. (Mundo das Marcas, 2008)

A figura acima é referente à publicidade do produto Sempre Livre Tri Protect, sob o slogan “Senta e levanta. Quem usa o novo Sempre Livre Tri Protect não se preocupa com isso”. Inicialmente, é interessante refletir acerca do nome adotado pela marca de absorventes, em que se pode entender o advérbio “Sempre” como indicador da ideia de continuidade, uma vez que se lida com um ciclo, e o adjetivo “Livre” como eminência da liberdade em relação ao momento do ciclo em que há sangue, isto é, liberdade em relação à menstruação, tendo o absorvente como um possibilitador do conforto. Contudo, é possível apreender um efeito de sentido ainda mais profundo, que atua no sentido contrário da liberdade: o aprisionamento do corpo que menstrua.

Como cenário, tem-se um escritório e as pessoas que ali trabalham, como protagonista, uma mulher que faz o movimento de levantar-se da cadeira com um olhar de confiança, ela é fitada por um homem que aparece em segundo plano, ao lado dele, há outra mulher que olha para o homem, como quem aguarda uma resposta. À margem esquerda da imagem, há uma sequência de movimentos que vão ao encontro do slogan “senta e levanta”.

A análise da publicidade possibilita apreender o uso do absorvente como uma garantia de liberdade de movimento do corpo, uma vez que, no período menstrual, há o medo dos vazamentos e de que o sangue manche a roupa, tornando-se visível para o outro. Na figura do homem, tem-se o reflexo desse outro, que observa os movimentos da mulher, mas esta, por sua vez, está protegida. Contudo, se a menstruação é um processo natural, o que justifica a falta de segurança e a vergonha?

Podemos estabelecer uma oposição entre medo e liberdade: o medo de que haja o vazamento e que o sangue seja visto pelo outro; a liberdade de ir e vir sem vazamentos que o absorvente promete. A partir desse contraste, é possível pensarmos em uma “liberdade vigiada”, uma vez que, lembrando Foucault, os sujeitos estão sempre inseridos num universo repleto de práticas de sujeição. A verdadeira liberdade consiste em se libertar das restrições que nos são impostas e recusar o que nos é colocado como “verdade”. Só há articulação de poder quando há liberdade, é o individual que possibilita a escolha. “A liberação abre um campo para novas relações de poder, que devem ser controladas por práticas de liberdade.” (FOUCAULT, 2006, p. 267).

Tendo isso em vista, um dos possíveis efeitos de sentido é o do aprisionamento do corpo que menstrua, uma vez que esse evento deve ocorrer de forma discreta e imperceptível aos olhos externos. Uma das justificativas para tal máxima se encontra no discurso do belo e do limpo, ideal estético tão frequentemente atrelado/imposto ao feminino e enraizados no imaginário coletivo - e já abordado na publicidade anterior - assim, fatores que não são tomados pelo social como agradáveis esteticamente encontram uma rejeição ferrenha.

Ademais, uma raiz mais distante que atua como interdiscurso remete ao cristianismo que, mesmo sendo originado no século I, ainda é pedra fundamental em grande parte das FDs e práticas da sociedade ocidental. Em Levítico 15:19-20, livro pertencente à Bíblia, lê-se a retificação do sangue como impureza, de forma que até aqueles que tivessem contato com a mulher ficariam impuros:

Quando uma Mulher tiver fluxo de sangue que sai do corpo, a impureza da sua menstruação durará sete dias, e quem nela tocar ficará impuro até a tarde, tudo sobre o que ela se deitar durante a sua menstruação ficará impuro, e tudo sobre o que ela se sentar ficará impuro. (Lv 12, 19-20).

Ao longo da história, grande parte dos discursos disciplinadores do corpo feminino tomaram por base a inferioridade como algo próprio da natureza feminina. Dentre aqueles de maior repercussão para as atuais condições, destacam-se as práticas discursivas do cristianismo, especialmente em Gênesis, em que o homem está no centro das relações e, conseqüentemente, à mulher resta a submissão:

À mulher ele [Deus] disse:
 “Farei mais intensas as dores de sua gravidez,
 e com dor você dará à luz.
 Seu desejo será para seu marido,
 e ele a dominará” (Gn 3, 16).

Na esteira do Cristianismo, cabe ressaltar duas figuras que atuam na memória social, haja vista a predominância da vertente no Brasil: Lilith e Eva. No início do livro Gênesis, uma parte integrante da Torá e da Bíblia, é narrado que Deus criou o ser humano à sua própria imagem e semelhança, referindo-se a "homem e mulher". Contudo, no capítulo subsequente, a narrativa se concentra exclusivamente em Adão, deixando em aberto a questão sobre o paradeiro da mulher mencionada no primeiro capítulo. Apenas no segundo capítulo, a figura de Eva é apresentada como a companheira de Adão, e seu nome só é revelado no terceiro capítulo. Essa aparente

inconsistência na narrativa sugere a possibilidade de edições ou remoções de partes do texto original ao longo do tempo, o que pode ser indicativo de processos de redação ou transmissão de manutenção dos bons costumes.

A figura de Lilith é documentada em registros muito antigos, como as gravuras presentes nos amuletos de Arslan Tash, artefatos que remontam ao século 7 a.C. Além disso, alguns estudiosos argumentam que a presença de Lilith pode ser rastreada ainda mais no passado, relacionando-a à demonologia suméria datada do terceiro milênio a.C. Um possível indício de sua presença é encontrado na "Épica de Gilgamesh", um poema mesopotâmico que remonta a 2100 a.C., onde Lilith é potencialmente mencionada como uma figura demoníaca. Assim, o conhecimento e a presença de Lilith precedem a compilação da Bíblia.

Lilith, na mitologia, é descrita como a primeira parceira de Adão, criada por Jeová a partir de materiais associados a processos naturais, interpretados como excrementos e sangue menstrual. Ela se apresenta como uma figura desafiadora desde o início de sua existência, questionando imediatamente sua posição submissa em relação a Adão. Sua atitude audaciosa causa temor em Adão, levando-o a pedir a Jeová que a remova de sua vida. Deus, percebendo a vulnerabilidade de Adão, tenta persuadir Lilith a modificar seu comportamento, mas sem sucesso. Frustrado, Jeová não apenas a exila, mas também a condena a um destino sombrio nas proximidades do Mar Vermelho, onde está destinada a dar à luz três mil demônios diariamente, por toda a eternidade. (ALMEIDA, 2002)

Refletindo sobre a situação de Adão, Jeová posteriormente cria Eva, conforme a narrativa tradicionalmente aceita, com características mais conformes ao padrão de submissão conjugal. Eva não contesta a posição subordinada em relação a Adão e concorda em ocupar um papel de inferioridade na relação conjugal. (ALMEIDA, 2002)

Eva, de acordo com a narrativa, foi criada a partir de uma costela de Adão, o que implica que sua existência não é autônoma, mas derivada. Essa narrativa mitológica contribuiu para estabelecer a ideia da mulher como uma extensão de outra pessoa. Sendo vista como uma parte, sua função muitas vezes foi interpretada como um mero complemento, o que, por sua vez, moldou uma mentalidade de submissão. As descendentes de Eva, por conseguinte, são aquelas mulheres que seguem obedientemente às ordens de seus maridos e, por extensão, de seus superiores, muitas vezes, denunciando e criticando outras mulheres que não se enquadram nos padrões estabelecidos. (ALMEIDA, 2002)

No Bereshit Rabbá, um comentário na forma de midrash do livro de Gênesis do judaísmo, lê-se o seguinte trecho:

(4) "And Adam said: this is now..." Rabbi Yehuda bar Rebbi said: In the beginning G-d created her [Lilith], and [Adam] saw that she was full of secretions and blood and separated her from him; and G-d returned and created her [Eve] a second time. As it says: "this is now" this is the woman this time. "This is now" for me the one who will be my partner in the future. As it says: "A golden bell (pa'amon) and a pomegranate" (Exodus 28:34). "This is now" - this is she [Lilith] that perturbed me all night.²⁶

O sangue mencionado nessa passagem é interpretado pelos estudiosos como o sangue menstrual, uma característica natural e instintiva da mulher. Além disso, indica a ausência de inibições e tabus por parte de Lilith, que se apresenta sem restrições ao homem, inclusive durante o período menstrual, demonstrando assim sua disposição para o envolvimento sexual em qualquer momento. A menção à saliva reforça o simbolismo sexual, evocando a ideia de secreções eróticas.

Esses elementos clarificam a natureza sensual e desprovida de preconceitos que caracteriza o universo simbólico de Lilith. É essa expressão sexual que leva o homem ao êxtase e o retira do controle sobre si mesmo, o que por sua vez amedronta o universo simbólico masculino, personificado em Adão. Consequentemente, ele se afasta de Lilith e procura uma companheira que se adeque a um padrão de submissão e obediência, contrastando com a natureza liberada e autoconfiante de Lilith.

Contudo, a questão da submissão se desdobra também na dominação, pois se perde espaço, tanto no plano físico quanto no simbólico, e espaço significa um lugar a ser ocupado, uma possibilidade de poder. A impureza do sangue impossibilitou as mulheres de adentrarem as sinagogas no período menstrual e, atualmente, ainda se desdobra na impossibilidade de uma plena naturalização da menstruação e da ocupação de um lugar caso esse sangue venha à tona.

Como pontua Orlandi "o corpo do sujeito está atado ao corpo da cidade, ao corpo social. E isto é constitutivo, é parte de seu processo de significação" (ORLANDI, 2017, p. 86). A reflexão de Orlandi permite compreender uma organização política acerca das possibilidades sujeito-espaço, pois a significação do primeiro está diretamente atrelada aos espaços que pode ou não ocupar, a depender de sua

²⁶ Temple Sholom Lunch & Learn: Midrashic Women pt. 2 – Lilith. **Sefaria**. Disponível em: <https://www.sefaria.org/sheets/397257.7?lang=bi&with=all&lang2=en>. Acesso em: 31 out. 2023.

posição. Isto é, aplicando tal reflexão à publicidade exposta, o corpo que apresenta a mancha de sangue não será bem recebido ou acolhido no ambiente profissional, bem como nos demais.

Dessa forma, vê-se o articular dos dispositivos de controle que, por meio de uma ideologia predominantemente machista, atuam sobre esse corpo que menstrua de forma a limitar a naturalização desse evento e seus movimentos. Assim, a propagação dos discursos acerca desse corpo não atua somente no sujeito que o observa, mas atinge a experiência pessoal do sujeito que vivencia a menstruação, pois este internaliza as limitações impostas de forma que elas regulam sua forma de agir e pensar.

Neste caso, também é possível pensar o absorvente como fator regulador da produtividade, na esteira do capitalismo, a biopolítica atua para que os corpos se moldem às demandas do sistema, como retratado pelo conceito foucaultiano de “*homo oeconomicus*”. Nas aulas do Collège de France, entre 1978 e 1979, Foucault descreve uma mudança no *homo oeconomicus* da economia clássica e do neoliberalismo, em que a imagem do homem como um ser de necessidades satisfeitas por meio da troca perde espaço à medida que a imagem do homem empreendedor de si entra em cena (FOUCAULT, 2008). O que “caracteriza o *homo oeconomicus*” é ele ser conduzido pelo interesse e “sua ação ter um valor multiplicador e benéfico pela intensificação do interesse” (BROWN, 2017, p. 268). No plano neoliberal, o *homo oeconomicus* é tomado como empresário de si mesmo, como alguém que mesmo não sendo proprietário dos meios de produção, possui a si e trata de investir em suas habilidades e competências como um capital, visando à renda futura, que é seu salário. Assim, esse sujeito é profundamente integrado ao objetivo imperante do crescimento macroeconômico, de modo que seu próprio bem-estar é facilmente sacrificado.

Falar sobre esse “*homo oeconomicus*” é falar sobre o processo de adaptabilidade e atendimento às demandas do mercado. No período menstrual, mesmo com cólicas, mesmo com a enxaqueca, o corpo que menstrua precisa se mostrar produtivo, precisa estar presente em seu trabalho. O absorvente pode aparecer então, nessa CP, como um dispositivo facilitador desse modo de existência.

Figura 8 - Vamos falar de menstruação abertamente?



Fonte: Sempre Livre (2018)

Essa publicidade é referente à campanha #SEMPREJUNTAS, lançada em 2018 e promovida durante o mês de março, mês de celebração do Dia Internacional da Mulher, a fim de expor um posicionamento global da marca sobre a menstruação, visando ao estímulo da pauta e sua naturalização. Além de um comercial, no qual mulheres de diversos países se pronunciam acerca dos incômodos e tabus que experienciam constantemente sobre a menarca, foi desenvolvido um quadro com a apresentadora Maisa Silva, embaixadora da Sempre Livre. Nos 3 episódios produzidos, *influencers* foram convidadas para participarem de um bate-papo sobre o tema que foi ao ar no *Facebook* e no canal do *YouTube* da marca.

O nome da campanha é interessante por manter a proposta inicial do nome da marca, “SEMPRE”, assim, temos a referência e, também, a indicação da ideia de constância e perpetuidade. Ao adicionar o adjetivo “JUNTAS”, apreende-se um efeito de sentido de unidade, juntas para algo, em algo ou até mesmo contra algo. Aqui, é possível pensar em unidade como mulheres, que precisam se posicionar mediante o sistema; unidade acerca do período menstrual, para o suporte e superação dos tabus; unidade contra o silenciamento e repressão do feminino e de todos seus entornos.

A incorporação da hashtag também tem destaque no jogo de sentidos, em razão de ser um recurso utilizado digitalmente como um link direto ao tópico em questão. Nessa toada, o uso dessa ferramenta pode denotar o acompanhar do ritmo digital e suas atualizações pela marca, bem como uma jogada de aproximação com o público jovem, que está em maioria nas redes sociais. Ademais, percebe-se também

o reforço do sentido de unidade, já que a *hashtag*²⁷ incorpora o agrupamento de uma temática.

Ao adotar “Vamos falar de menstruação abertamente?” como slogan, apreendemos a proposta da quebra de tabu e abertura para o debate total do tema, a fim de criar um espaço para o compartilhar de experiências. Contudo, o advérbio de modo “abertamente” aponta para uma direção oposta que justifica o seu uso: o silêncio e a repressão acerca da temática que ainda se fazem muito presentes.

A práxis da expressão a partir da materialidade linguística a coloca como significante máximo, de forma que até mesmo o silêncio é convertido para o âmbito linguístico, sendo interpretado como linguagem. Contudo, pensar o silêncio é entender que o movimento dos sentidos também habita aquele espaço e que ali há especificidades, bem como pontua Orlandi, na perspectiva da Análise do Discurso, “o silêncio não fala. O silêncio é. Ele significa. Ou melhor: no silêncio, o sentido é” (ORLANDI, 2007, p. 31).

A autora coloca o silêncio como fundador, não por ser a origem ou então uma máxima do sentido, mas por seu caráter de significância própria, que é necessário e possibilita aos sujeitos o deslocamento dos sentidos. Pensando nisso, Orlandi pontua os desdobramentos da política do silêncio:

b) a política do silêncio, que se subdivide em: b i) silêncio constitutivo, o que nos indica que para dizer é preciso não-dizer (uma palavra apaga necessariamente as “outras” palavras); e b 2) o silêncio local, que se refere à censura propriamente (àquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura) (ORLANDI, 2007, p. 24).

Ao pensar o slogan da publicidade, podemos pontuar uma política do silêncio, uma vez que sua produção está inserida em um contexto de produção de uma sociedade machista, que abafa o feminino ao ponto de ser preciso explicitar “falar abertamente” e não somente “falar”. A materialização desse silêncio é palpável nas expressões para a substituição do termo “menstruação”, como já citado acima, ou mesmo no silêncio e vergonha que diversas mulheres sentem sobre o tema.

A escolha pela figura de Maisa também se faz muito significativa para os efeitos de sentido, pois trata-se de uma jovem, conhecida pela mídia por seu carisma e por

²⁷ “Hashtags (#) são como etiquetas dos conteúdos publicados na Internet. Mas, além de ajudar na organização, conferem maior possibilidade de tráfego às postagens. Toda hashtag é um hiperlink para uma página de publicações com as mesmas tags”. (CARVALHO, 2020).

seu alto poder de argumentação, além de ser parte da chamada geração Z, já que em 2018 a atriz tinha 16 anos. Por conseguinte, é possível pensar alguns desdobramentos interpretativos: há a discussão de um tema que ainda se apresenta como um tabu social, contudo, Maisa, conhecida por seu carisma, poderia atuar como um recurso de leveza para tratar da temática, já que o humor é recorrente em suas falas. Além disso, por ser uma atriz jovem e já ter conquistado a simpatia de sua audiência em outros trabalhos, a publicidade atua no sentido de gerar uma aproximação com as consumidoras e imprimir uma nova identidade à marca, que acompanha as atualizações sociais.

Notamos também o posicionamento da marca, uma vez que por se tratar de mercado, a demanda de atualização para a adesão do público é constante. Assim, em concordância com os movimentos que reivindicam o direito ao corpo, SempreLivre atua nessa mesma toada, de forma a ser locutora do suporte de uma ideologia de empoderamento e libertação que tem vindo à tona.

Figura 9 - Violeta Cup



Fonte: Site Mauricio Faccin, s.d

O produto acima é um coletor menstrual desenvolvido pela Violeta Cup, marca que tem como proposta “questionar paradigmas e ajudar a todas as pessoas terem uma relação mais livre e consciente com o próprio corpo e com a natureza, sem tantas regras, sem tantos certos e errados...” (Violeta Cup, s.d). A imagem acima é um flyer desenvolvido por Mauricio Faccin em que percebemos um apanhado de argumentos diversos a fim de justificar a adesão/compra do produto: saúde, economia, consciência ambiental e conforto, sob o slogan “conheça uma nova forma de lidar com seu ciclo”. Além disso, não é mais o sujeito mulher branca que faz a representação do produto, mas sim o sujeito mulher negra, também não se vê mais o vestido, o traje branco ou a roupa do escritório, mas uma vestimenta confortável, descontraída e própria das atuais condições. O que pode ser interpretado como mais um gesto de ruptura com os antigos padrões de publicidade, bem como uma nova perspectiva de visibilidade para este outro sujeito.

Nota-se o atravessamento da FI da modernidade ao pensar esse novo modelo de cuidado e as mudanças no tratamento da temática e da relação com o corpo, visto que se trata de um coletor menstrual. O coletor exige do sujeito o saber acerca de seu próprio corpo, visto que deve ser inserido e posicionado no colo do útero, de modo que há uma dinâmica mais complexa entre a tecnologia e o sujeito. Assim, adquirir segurança na compreensão do próprio corpo, num processo que se inicia com adaptação, é um aspecto essencial das qualidades do coletor no que concerne à expressão resoluta de decisões sobre si. Desenvolver percepção corporal e cultivar uma relação com o sangramento uterino torna esse sujeito mais atento para enunciados desviantes a respeito de seu próprio corpo e fluxo. É possível afirmar que o uso do copo pode consistir em um gesto de transformação da ordem prático-simbólica da menstruação, por simbólico entendemos a dimensão dos discursos que envolve a produção, circulação e interpretação de sentidos.

Quando dizemos que o sujeito, para se constituir, deve-se submeter à língua, ao simbólico, é preciso acrescentar que não estamos afirmando que somos pegos pela língua enquanto sistema formal, mas sim pelo jogo da língua na história, pelos sentidos. É o acontecimento do objeto simbólico que nos afeta como sujeitos.” (ORLANDI, 2005, p. 102).

É possível falar nessa mudança da ordem prático-simbólica, pois além da inserção dos dedos na vagina, trata-se de uma relação de contato direto com o sangue, percebendo sua textura, seu cheiro e o volume, isto é, uma possibilidade de percepção corporal despertada somente por esse dispositivo.

Entretanto, a chamada “conheça uma nova forma de lidar com seu ciclo” nos leva à possibilidade de alguns sentidos, essa **nova forma**, mais uma vez, traz o resgate da imagem dos antigos modelos de higiene menstrual, ou até mesmo das outras possibilidades mais recentes. Entretanto, o peso de **lidar** pode trazer sentidos que vão ao encontro da não romantização desse período, uma vez que, no imaginário social, usa-se muito frases como “lidar com esse problema”, “lidar com fulano”, “lidar com esse peso”, na maioria das vezes, em referência à algo negativo. Desse modo, efeitos de sentido possíveis são a remissão ao teor negativo da menstruação cristalizado pela história através das práticas discursivas médicas, das religiões androcêntricas ou mesmo do tabu devido ao desconhecimento do corpo. É possível também pensarmos a menstruação como um incômodo e o desconforto que ela causa

quando se usa um absorvente descartável, por exemplo, então o coletor traria um alívio sobre esse fator. Ou até mesmo a questão já citada sobre a limitação que alguns absorventes descartáveis podem trazer no que se trata de vestimentas, não à toa, outra propaganda dessa marca traz o slogan “pratique esportes, durma tranquila, sintase livre!” (Site *Violeta Cup*, s.d). Novamente, “lidar” também pode ser uma referência à questão dos vazamentos em público, que é motivo de vergonha para muitas, ou mesmo o vazamento quando se está sozinha, pois o sujeito irá recorrer a uma ducha ou à troca de roupa.

Outro fator importante para a observação é a proposta de “ser bom para todas”, uma vez que se trata de assumir a universalidade do sujeito que menstrua, esquecendo das particularidades de cada uma, assim, trata-se de uma afirmação falha, pois existem restrições para o uso do objeto, ele é contraindicado para mulheres no período pós-parto, mulheres com DIU devem tomar um cuidado maior para que o coletor não puxe o fio, existem aquelas que podem ter alergia ao material e algumas alterações anatômicas, como septos vaginais ou alterações do colo do útero (como útero didelfo) podem trazer dores no momento de inserção (PINHEIRO, 2022). Outra questão é que em “todas”, podemos notar, mais uma vez, o reducionismo à mulher-cis que menstrua, excluindo o corpo trans. Ademais, embora o coletor menstrual seja uma opção mais sustentável e econômica para muitas mulheres, é importante reconhecer que o acesso a esse dispositivo pode ser limitado devido a restrições financeiras e falta de conscientização.

Sobre esse último argumento, a economia é um fator destacado pela publicidade, há fundamento, uma vez que o *Violeta Cup* custa oitenta reais, podendo ser reutilizado por até dez anos, enquanto um pacote com dezesseis absorventes custa em torno de dez reais, então se multiplicarmos o valor por cento e vinte (doze meses vezes dez anos), chegaríamos ao valor de mil e duzentos. Contudo, novamente, é importante destacar que não é uma via financeira acessível para todas. Além disso, é possível enquadrarmos o coletor menstrual no contexto do biocapitalismo (NEGRI, 2015), uma vez que este objeto traz consigo a mercantilização do corpo feminino, à medida que explora comercialmente uma função natural do corpo.

O conceito de biocapitalismo está relacionado à exploração comercial e lucrativa dos recursos biológicos, incluindo o corpo humano e suas funções. Pierre Bourdieu (1989), ao debater o poder simbólico apresenta uma crítica às ideias

neoliberais. O autor acredita que nelas residem estratégias de produção e reprodução simbólica visando à manutenção dos ideais econômicos de acumulação de riqueza no atual sistema econômico. Bourdieu ainda defende que os sistemas simbólicos são agentes de produções simbólicas que atuam como instrumentos de dominação:

É assim que os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, sendo a expressão de Weber, para a domesticação dos dominados. (BOURDIEU, 1989, p.11)

Assim, retomando o conceito de biocapitalismo, podemos compreendê-lo a partir de dois significados: o da indústria que se especializa no desenvolvimento da ciência biológica de modo a transformá-la em mercadoria. E em segundo lugar, como a fase do capitalismo que já investiu na totalidade da sociedade, é uma etapa caracterizada pelo processo social em que “o conjunto da vida humana individual e social que é posta, enquanto tal, a trabalhar” (NEGRI, 2015, p. 58). O coletor menstrual faz parte desse contexto, pois é um produto comercializado como uma alternativa aos produtos menstruais tradicionais, assim, o biocapitalismo envolve a transformação de funções biológicas, como a menstruação, em produtos comercializáveis, a fim de obter lucro.

Na esteira da consciência ambiental, destacada pela peça em questão, é importante pensar o impacto do consumo dos absorventes tradicionais: no período reprodutivo, cada mulher descarta aproximadamente 10.000 absorventes, o que consiste em cerca de 150 kg de lixo depositados no ecossistema, os quais demoram centenas de anos para se decompor, acarretando na contaminação da superfície do planeta devido aos componentes químicos para a absorção dos líquidos (STEWART, 2009)²⁸. Ainda, é importante ressaltar que os principais componentes do absorvente externo comum são a celulose e o plástico. O Instituto Real de Tecnologia, em Estocolmo, na Suécia, realizou uma avaliação do ciclo de vida de absorventes internos e externos e constatou que os externos possuem maior impacto ambiental devido à presença excessiva do plástico em sua composição (ECYCLE, 2015). Desse modo,

²⁸ Stewart, K., Powell, M., & Greer, R. (2009). An alternative to conventional sanitary protection: would women use a menstrual cup?. *Journal of Obstetrics and Gynaecology*, 29(1), 49-52.

o argumento da consciência ambiental pode ser sustentado à medida que a opção pelo coletor menstrual é uma possibilidade de reduzir os danos ao ecossistema.

A questão da saúde também aparece como destaque para o produto a partir dos argumentos “baixo risco de infecções e alergias, menos odor, limpeza íntima, não resseca o canal vaginal” (Violeta Cup, s.d). O baixo risco de infecção é um argumento coerente, haja vista que o acúmulo de sangue menstrual no absorvente interno descartável por muitas horas seguidas gera um ambiente propício para a proliferação da bactéria *S. aureus* e pode desencadear um processo inflamatório denominado Síndrome do Choque Tóxico, que em determinados casos leva à morte (KORUI, s.d); a limpeza íntima também pode ser tomado como fator saúde, uma vez que a não higienização da área pode tornar o canal vaginal inóspito, gerando incômodo e até mesmo a proliferação de bactérias. Nesse sentido, o coletor facilita o processo de higienização; por fim, o argumento do não ressecamento também é fator de destaque e se sustenta em vista de uma comparação com o absorvente interno descartável, uma vez que “é inevitável ignorar o fato de que ao utilizá-lo [o absorvente interno descartável], principalmente em um tamanho maior que o de praxe, você fica suscetível a sentir-se desconfortável. Isso ocorre porque a parte interna do canal vaginal fica ressecada.” (FLEURITY, s.d). Aqui, mais uma vez, há o atravessamento do discurso médico como fator legitimador de um saber que socialmente assume maior valor devido à sua posição sócio-histórica. Seria a extensão do que o saber médico engloba, os dispositivos de que dispõe, a eficácia de seus procedimentos e os efeitos que alcança que o tornam mais perigoso (FOUCAULT, 1979); Todavia, em “**menos odor**”, verificamos mais uma vez a presença do interdiscurso médico em que a naturalização desse processo não ocorre, mas há o resgate da memória das conotações negativas sobre o sangue e o afastamento do sujeito desse processo:

propomos chamar de interdiscurso a esse “todo complexo com dominante” das formações discursivas, esclarecendo que também ele é submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação que caracteriza o complexo das Formações ideológicas (PÉCHEUX, 1995, p. 162)

Assim, é o interdiscurso que resgata os fragmentos de outro discurso e, com essa transposição, as condições de produção são alteradas. Mudadas as condições de produção, a significação de tais fragmentos tem, por consequência, uma nova configuração semântica (BRANDÃO, 2012). Desse modo, a chamada para o aspecto

positivo em **menos odor** aponta para o outro de si, para a não percepção do que seria este sangue em sua essência, um sangue que tem seu cheiro próprio, mas que acaba por ter esse aspecto escondido/mascarado por esse dispositivo.

Quanto à questão do conforto, a explicação se dá pelo “uso prolongado de até 12h contínuas, pratique todos os esportes que desejar, uso noturno, menor risco de vazamento” (Violeta Cup, s.d). Acerca do uso prolongado, é possível pensar em um diferencial a partir da remissão aos absorventes descartáveis que precisam ser trocados a cada 4 ou 6 horas - daí a possibilidade do uso noturno também-. No resgate dessa experiência compartilhada pelo sujeito que menstrua, nasce o sentido de menor preocupação para o dia a dia, bem como a anulação da necessidade de carregar os absorventes na bolsa. Entretanto, em **pratique todos os esportes e menor risco de vazamento**, notamos novamente o efeito de sentido do desconforto com a possibilidade de que o outro saiba que este sujeito está em seu período menstrual devido à vergonha que o sangue poderia trazer. Além disso, ao usar **todos os esportes** em detrimento de **pratique esportes**, podemos perceber o efeito de sentido da restrição para algumas modalidades na ausência de um produto de higiene adequado como o coletor, é possível pensarmos na natação, por exemplo. Por outra via, também é possível concordar que a prática de esportes sem vazamento de sangue é mais apazível para um atleta em termos de desempenho.

Assim sendo, é plausível concluirmos que a peça em questão possibilita apreendermos um novo modo de existência pautado na experimentação de si, haja vista a aproximação para com o sangue e a maior consciência que se pode criar sobre o corpo e seu próprio fluxo. O movimento da consciência ambiental também se faz presente, pois a busca por produtos descartáveis e potencialmente prejudiciais ao meio ambiente é substituída pela escolha do coletor como uma forma de estar em maior harmonia com o corpo e o mundo ao redor. Entretanto, mesmo em seu viés revolucionário, sob o pano de fundo da autonomia e da consciência ambiental, não é possível dissociarmos o coletor de uma lógica mercantilista, uma vez que se vive sob a égide do neoliberalismo, de modo que a atuação do capitalismo toma por base o lucro, assim, a indústria de produtos de higiene menstrual também pode se aproveitar de questões relacionadas à saúde e ao bem-estar das mulheres para gerar lucros e promover a cultura de consumo.

Figura 10 - Nova Intimus calcinha absorvente



Fonte: Site *Intimus* (2022)

No início dos anos 1990, a empresa brasileira Kenko, já renomada no mercado de fraldas descartáveis, decidiu expandir suas operações para incluir absorventes higiênicos. Após significativos investimentos em pesquisa e desenvolvimento, em 1993, lançou o INTIMUS GEL, um produto revolucionário que trouxe ao mercado brasileiro absorventes mais discretos em termos de espessura e formato anatômico, projetados para se adaptar melhor aos movimentos do corpo. Este lançamento inovador marcou um ponto de virada no segmento, pois o INTIMUS GEL se tornou a primeira marca a introduzir absorventes externos com gel em toda a sua linha, apresentando um formato anatômico, canais laterais, um sistema de proteção completo contra vazamentos e tripla proteção. Essas inovações proporcionaram aos consumidores um nível superior de conforto, proteção e discrição, sem comprometer a segurança. A nova marca foi lançada no mercado com cinco variantes, incluindo opções com ou sem abas e absorventes mais longos, apoiada por uma campanha publicitária robusta que destacava a característica principal do produto com a memorável frase "Chegou o absorvente que tem gel até no nome". (Mundo das Marcas, s.d).

A publicidade acima faz parte da campanha “Menstruada ou não, ela pode”, promovida pela marca Intimus. A proposta é a quebra do preconceito e o reforço da mensagem de que a vontade e a paixão seriam os únicos reguladores para a mulher fazer e ser o que quiser, desconstruindo a concepção de que o ciclo menstrual seria um impedimento.

Esta chamada foi inspirada na história da ex-árbitra de futebol Lea Campos, uma das primeiras do mundo, em 1967. A brasileira foi impedida de apitar partidas de futebol e questionada por dirigentes sobre como atuaria quando estivesse em seu período menstrual. Posteriormente, Lea iniciou a arbitragem em jogos de grande importância.

Na publicidade, percebe-se a opção pela cor rosa, bastante frequente em campanhas de absorvente ou de produtos relacionados ao público feminino, uma possível predisposição devido ao constante reforço social de papéis de gênero. É importante ressaltar a opção pelo corpo negro como símbolo da campanha, corpo este que não é tão esguio quanto os presentes na maioria das publicidades, mas que apresenta suas curvas e maiores dimensões. Assim, pode-se apreender o efeito de sentido da caminhada pela inclusão, em que já não se toma o corpo branco e magro como o único possível representante de uma publicidade, além do efeito de contrariedade às publicidades higienistas, nas quais somente “o corpo socialmente ideal” era representante.

Tal inclusão, que pode ser tomada também como revolucionária, tendo em vista o preconceito que ainda se faz constantemente presente no Brasil, vai ao encontro da proposta de “revolução para o ciclo” ao robustecer a liberdade. Desse modo, cria-se um efeito de corpo enquanto efeito de sentido de liberdade, há a possibilidade para existências que não atendem à padronização dos ditames e, principalmente, a abertura para criar consciência da valorização das nuances sociais.

A partir da afirmação “uma revolução para o meu ciclo”, alguns efeitos de sentido podem ser apreendidos. É presumível o resgate da presença dos paninhos e dos outros modelos de absorventes, que passam a ser substituídos por uma solução mais sustentável e confortável. Entretanto, é interessante pensar na palavra “revolução”: Por que não “inovação” ou “novidade”? Assim, ao tomarmos a definição da palavra em seu sentido político, encontramos definições como a transformação radical de uma estrutura social, política, econômica, cultural ou então tecnológica.

Se optarmos por pensar que “revolucionário” seja um exagero, tomemos um ponto de referência, em um recorte para o presente ano, a criação de uma calcinha absorvente seria algo curioso, mas não tão revolucionário, pois já experienciamos produtos eficientes que suprem as necessidades do ciclo menstrual e são igualmente ecológicos. Contudo, em um recorte temporal maior, pensar nesse produto pode ser pensar em uma revolução.

Mas se pensarmos que “revolucionário” é um adjetivo que faz jus ao produto, pode-se interpretar o possível aprisionamento do corpo presente no slogan “uma revolução [...] para minha liberdade”, pois a possibilidade de ser uma calcinha permite a despreocupação quanto à marca que o absorvente comum pode deixar, a libertação do incômodo que muitas vezes um o.b traz ou então o desconforto que muitas sentem ao inserir o coletor.

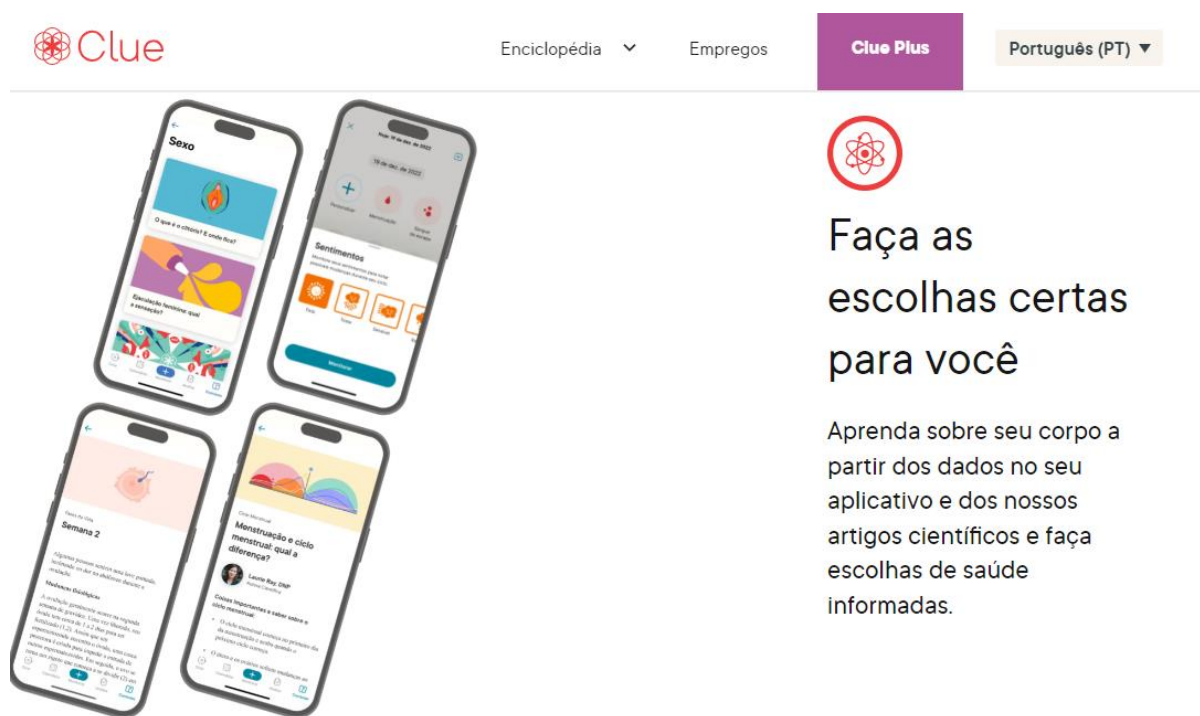
Além disso, “revolução” e “liberdade”, escolhas linguístico-discursivas presentes na publicidade, estabelecem um diálogo direto com a estética da existência foucaultiana, uma vez que o filósofo afirma “Poder-se-ia também considerar a Revolução, não apenas como um projeto político, mas como um estilo, um modo de existência com sua estética própria, seu ascetismo, formas particulares de relação consigo mesmo e com os outros” (FOUCAULT, 1994, pág. 629). É claro que na peça publicitária, não se trata de uma revolução no sentido estrito da palavra, mas de um modo de viver outro que está diretamente atrelado a questões políticas. Nesse sentido, a estética da existência, ao tomar a vida como objeto das práticas de liberdade, de modo individual ou coletivo, dialoga diretamente com a publicidade em questão.

Ademais, a liberdade pode trazer outros sentidos, como o sentido da ocupação dos lugares que muitas vezes é restringido pelo medo de que o absorvente não dê conta do fluxo, vaze e traga vergonha pela mancha na roupa ou pelo sangue que pode escorrer pelas pernas, pois como já dito anteriormente, os discursos que surgiram ao longo da história na tentativa de interpretar esse corpo que sangra trouxeram consigo cristalizações negativas que ecoam até a atualidade. Nesse contexto, Perrot (2019) destaca que “[...] ver correr seu sangue ou não vê-lo mais é essencial para as mulheres, mas na intimidade do corpo, no segredo do sexo, e quase sempre no maior desconforto” (p.45). Não à toa, os vídeos dessa campanha apresentam mulheres ocupando espaços como salas de atividades físicas, festas e parques.

Como pano de fundo, percebe-se, novamente, o imbricamento de uma FD afetada pelo sistema biopolítico, de modo que o sujeito já pôde sentir sua liberdade tolhida, mas encontra esperança na possibilidade de esconder esse evento periódico. Assim, seria possível pensar os limites entre a emancipação do corpo por meio de uma solução revolucionária e o reforço do silenciamento pela despreocupação com o fluxo.

Nesse sentido, é possível pensarmos um modo de existência que permita ao sujeito sua livre circulação e recepção de seus desejos, como ir para onde quiser, de modo a desenvolver maior autonomia sobre si e aproximação para com as boas experiências da vida.

Figura 11 - Aplicativo *Clue*



Fonte: Site *Clue* (2013)²⁹

A imagem acima é um recorte do site do aplicativo “*Clue*³⁰ Calendário do ciclo menstrual e ovulação”, uma ferramenta de monitoramento do ciclo menstrual, desenvolvido pela empresa alemã BioWink GmbH, lançado em outubro de 2014 e

²⁹ Clue, 09 jun. 2023. [https://helloclue.com/pt]

³⁰ Tem por tradução “pista” ou “dica”, em referência às informações fornecidas pelo *app*.

com mais de 10 milhões de downloads. Ida Tin, co-fundadora do *Clue*, propõe o termo “femtech” para o enquadramento deste tipo de tecnologia, que é projetada para apoiar e promover a saúde da mulher. De forma mais explicativa:

As tecnologias dentro desta categoria incluem soluções de fertilidade, aplicativos de rastreamento de menstruação e fertilidade, cuidados de saúde do sistema reprodutivo, produtos de bem-estar sexual feminino, cuidados com a gravidez e enfermagem, produtos de cuidados com o período, dispositivos de monitoramento de fertilidade em casa e cuidados de saúde em geral. (CLUE, s.d)

O app se destaca pela ótica científica das informações e explicita nas políticas de privacidade que os dados fornecidos visam à colaboração científica nas universidades de Columbia (EUA), Stanford (EUA), Kinsey Institute, Indiana University (EUA), Max Planck Gesellschaft (Alemanha) e Oxford (Inglaterra). Porém, não há especificações do direcionamento da pesquisa, de modo a entender sua abordagem e objetivo. A ciência se mostra no discurso desse serviço como basilar para o seu surgimento e como álibi para sua política de privacidade. “O centro de pesquisa será o único responsável pelo uso de seus dados pessoais, incluindo dados de saúde, no contexto dos estudos científicos em questão” (CLUE, s.d).

Um diferencial deste *menstruapp* é que a maioria dos aplicativos no mercado presume a cisgeneridade da mulher, enquanto o *Clue* aparece como uma exceção ao pensar nos corpos que menstruam, abrangendo também homens trans, pessoas não binárias e intersexuais.

Como ferramenta de leitura do ciclo, a ferramenta em questão faz uso de alguns métodos arcaicos para o monitoramento, como o “calendário” e a “mandala lunar”, sendo uma mandala o design do app. O “calendário” permite a sinalização das datas de menstruação em um calendário gregoriano, que possibilita o acompanhamento do ciclo em uma perspectiva mais visual.

O pressuposto do app é que conforme se alimenta seu banco de dados, “mais inteligente” ele fica, com a possibilidade de associar as oscilações de humor à TPM, por exemplo. Desse modo, é importante destacar os dados que podem ser adicionados ao monitoramento diário, que é dividido em 6 tópicos. No primeiro, monitora-se o sangramento, com os dias de fluxo, intensidade e se houve escape. O tópico do bem-estar, marca os sentimentos do dia, TPM, horas de sono, vitalidade, estado mental, atividades sociais e desejos alimentares. No terceiro aspecto, o do

corpo, pode-se monitorar dores, corrimento, estado da pele, do cabelo, peso, digestão, ida ao banheiro e temperatura. O tópico número quatro monitora as atividades, como vida sexual, exercício, meditação, lazer e festa. Há também a seção “médico”, com as opções de contraceptivos escolhidos, medicações, consultas e testes de ovulação ou gravidez. Por fim, existe a opção “etiqueta”, personalizada para as mudanças físicas ou psicológicas ao longo do ciclo.

Percebe-se uma FD de autovigilância/automonitoramento como uma forma de autoconhecimento, e conseqüentemente, de um corpo saudável. É interessante destacar o plano de fundo comercial da proposta, pois a particularidade presente no discurso “para você” remete ao efeito de sentido de autoconhecimento, mas também a um serviço que se mostra particular na compreensão e sugestão do monitoramento deste corpo.

Ademais, e não surpreendentemente, é novamente a FD da ciência médica que atravessa e legitima o posicionamento do aplicativo, pois fala-se a partir da posição do saber socialmente legitimado e, conseqüentemente, tem-se o efeito de sentido de que é justamente pelo saber dessa instância que as escolhas do sujeito que usa o app serão “certas”.

Rose (2001) defende que elementos biomédicos têm sido frequentemente associados à prática do melhoramento de si, de modo que a concepção do corpo aparece como um objeto biológico, apto ao auto empreendimento. Nessa mesma esteira é que a pesquisadora Virginia Rodrigues, em seu estudo sobre a recente recusa de mulheres cis gênero de classe média e classes altas à pílula anticoncepcional, pontuou como grande parte das mulheres almejam conhecer a si por meio de sua menstruação. Para Rodrigues, o cuidado de si apresenta-se como uma forma de biopolítica e, também, como um aspecto da biossocialidade, “o desejo por ser mais saudável encontra-se atrelado às práticas de melhoramento de si” (RODRIGUES, 2021, p.101).

Portanto, é possível apreender um efeito de sentido em que o autoconhecimento se mostra de forma ambígua no plano discursivo: no que tange às políticas feministas, há o interdiscurso do conhecimento do ciclo como uma chave de libertação da herança patriarcal e seus tentáculos; entretanto, para o sistema neoliberal, é mais um aspecto da gestão de corpos sobre o pressuposto da individualização extrema das experiências corporais.

Figura 12 - A Mandala Lunar

Sobre a Mandala

A Mandala Lunar é um diário com o propósito de facilitar uma maior conexão com nosso corpo e também com a terra e os ciclos naturais, resgatando e unindo conhecimentos tradicionais e contemporâneos, arte e autoconhecimento em uma ferramenta curadora e transformadora para mulheres. A Mandala se organiza a partir da união do calendário solar e lunar trazendo maior conexão e percepção dos ciclos que se manifestam na natureza dentro e fora de nós.

QUERO SABER MAIS



Fonte: Site Mandala Lunar (2015)

A tecnologia da Mandala Lunar é um instrumento criado pela antropóloga Naíla Andrade, em 2015, que “permite comparar as descobertas de cada mês e organizá-las de modo a obter um guia de seu próprio ciclo menstrual” (GRAY, 2017, p. 129). Ela é representada pelo desenho de uma circunferência, separada pelos dias referentes a um ciclo lunar, e busca traduzir por meio de registros informações referentes a emoções, saúde, sexualidade, energia criativa, em paralelo às mudanças de fase da Lua e demais fatores importantes para quem escreve. Enquanto tecnologia, a Mandala Lunar, grande parte das vezes, traz seu gráfico reproduzido em papel e este deve ser preenchido ao longo do mês através de elementos diversos como lápis de cor, giz de cera, caneta, palavras, desenhos ou simples rabiscos, a fim de estimular o contato com a subjetividade ao propor a confecção de uma expressividade cíclica.

A imagem que acompanha o texto escrito traz a Terra envolta por mulheres de diferentes etnias e idades, lado a lado, com as mãos estendidas para o planeta e acompanhadas de desenhos ornamentais como luas e plantas, o que nos remete diretamente à imagem da prática do círculo de mulheres. Os círculos de mulheres são espaços seguros de acolhimento e articulação, que possibilitam a construção de um movimento que não se pauta em regras masculinas do jogo político. São espaços contra-hegemônicos que desafiam o patriarcado. Operam sob uma lógica não

hierarquizada, onde todas as participantes estão à mesma distância do centro, sem individualismo (VELOSO, 2020).

Tanto o discurso presente no texto quanto o da imagem nos remetem a uma FI de conexão com a mãe terra ou Gaia, como também é conhecida. Dentro deste campo discursivo, nota-se o interdiscurso da ancestralidade: nos primórdios, aquém das tecnologias, os modos de viver respeitavam e se norteavam pelos ciclos naturais. Neste viés é que se pode pensar um efeito de sentido não só de conexão mas de devoção à Terra e ao corpo, uma vez que estes são apresentados como um só.

A partir disso, podemos notar o resgate de um saber que não é legitimado pelas instâncias sociais e uma das formas de interdição do discurso é a oposição entre o verdadeiro e o falso, antinomia visível entre saberes ancestrais e a ciência, dado que a ciência, tomada como verdade pelo corpo social, exerce pressão e coerção sobre outros saberes e, respaldada em um suporte institucional de distribuição, transforma-se numa “prodigiosa maquinaria destinada a excluir todos aqueles que, ponto por ponto, em nossa história, procuraram contornar essa vontade de verdade e recolocá-la em questão contra a verdade” (FOUCAULT, 1996, p. 20).

O resgate da importância dos reais saberes para o sujeito vincula-se diretamente ao cuidado de si (*epimeleia heautou*) e ao conhecimento de si (*gnothi seautou*) que se conectam à ética da verdade, de modo a promover a abertura para uma forma de vida superior em seu aspecto individual e coletivo. É o saber de mundo (*mathesis*) que convida a ascensão do conhecimento e à relação com uma vida espiritual; já a ascesis é o saber do sujeito que implica em um deslocamento e na valorização a partir de sua realidade, ou seja, é a metamorfose modo de ser do sujeito por meio do saber. (FOUCAULT, 2010)

É possível pensar uma intersecção com a FI do Sagrado Feminino, um movimento que prega o despertar, a cura e conexão das mulheres por meio da reconexão com a energia feminina. Entende-se que em todo o ser há a polaridade masculina e a polaridade feminina, cada uma com suas representações particulares. Há o pressuposto de que o patriarcado, em sua maximização da energia masculina, anulou a energia feminina, repercutindo em uma sociedade mais agressiva e competitiva, desconectada das emoções e, portanto, da compaixão. Para existir uma sociedade saudável, é preciso que essas duas polaridades estejam equilibradas entre si. (KOSS, 2000)

Desse modo, o discurso presente é também o do corpo como uma via de autoconhecimento, dentro de uma FD do natural, visto que a publicidade traz “os ciclos que se manifestam na natureza dentro e fora de nós”. Logo, este corpo deveria ser percebido em sua essência natural e cíclica, o que justifica a conexão com Sol e Lua como modo de funcionamento da ferramenta.

Há o discurso da ginecologia natural que preza pela pacificação da relação da mulher com o seu corpo ao expor a necessidade de naturalizar os fluidos e os demais elementos que dizem respeito ao corpo feminino. Contudo, essa compreensão só seria alcançada por meio de um olhar sensível e atento sobre o corpo, é necessário tocá-lo e senti-lo. Ademais, não se trata de um conhecimento que deve ficar guardado para si, mas que necessita ser compartilhado nas trocas entre mulheres. Nesse sentido, ao pensar a estética da existência como uma ética do cuidado de si, efetuado em atos e ações para consigo, pensa-se também no cuidado para com os outros, pois eles não se excluem, mas é na produção inventiva de si (novas formas de subjetivação), fazendo da sua própria vida uma obra de arte, que posso tornar a vida do outro melhor também.

Mesmo aparentemente distantes, também é possível estabelecer uma intersecção discursiva com o feminismo, pois no contexto dessa corrente, a mandala lunar pode ser vista como uma prática de autocuidado e autoconhecimento que valoriza e celebra a experiência individual feminina. Ela ajuda a romper com estereótipos e expectativas limitantes relacionadas ao corpo feminino e contribui para a construção de uma relação mais saudável e positiva com a própria menstruação. É importante ressaltar que nem todas as mulheres se identificam ou praticam a mandala lunar, e o feminismo abrange uma ampla variedade de perspectivas e práticas. Cada mulher tem o direito de escolher quais abordagens e práticas ressoam com sua própria experiência e jornada feminista. Entretanto, nas palavras de Sardenberg:

Produzir e disseminar saberes que não sejam apenas sobre ou por mulheres, mas também de relevância para as mulheres e suas (nossas) lutas (OAKLEY, 1998) – este o objetivo maior do projeto feminista nas ciências e na academia. Ele se formula a partir da constatação de que, historicamente, a Ciência Moderna objetificou a nós, mulheres, negou-nos a capacidade e autoridade do saber, e vem produzindo conhecimentos que não atendem de todo aos nossos interesses emancipatórios. (SARDENBERG, 2007, p.1)

Ademais, embora também pareçam ser conceitos distintos, a mandala lunar e a biopolítica podem estar conectados na medida em que a prática da primeira pode ser vista como uma forma de resistência à biopolítica. Ao conectar-se com a natureza e com o ciclo lunar, tem-se uma forma de escape ao ritmo e controle governamental sobre os corpos e vidas, de modo a encontrar formas de autoexpressão e autoconhecimento que não estão limitadas pelas normas e padrões estabelecidos pelo Estado.

Situar a própria vida como foco de resistência às potências da biopolítica e da sociedade de controle, eis uma proposição absolutamente original de Foucault, que enxerga na estética da existência um dos modos de afirmação da liberdade e da criação. É a vida, tão frágil, o ponto de partida para o exercício da estética da existência como oposição aos poderes hegemônicos, exercício de resistência que é lugar de confluência da ética, da política e da estética (BRANCO, 2008, p. 11).

O pensamento foucaultiano enfatiza a importância de resistir às normas impostas pela sociedade e desenvolver uma relação de cuidado consigo mesmo, buscando modos de liberdade e autenticidade. Assim, o cuidado de si nesse contexto pode ser entendido como uma forma de resistência à opressão social, permitindo que as mulheres se reconectem com seus corpos e valorizem suas experiências individuais.

a experiência de si que se forma nessa posse [de si mesmo] não é simplesmente uma força dominada, ou de uma soberania exercida sobre uma força prestes a se revoltar; é a de um prazer que se tem consigo mesmo. Alguém que conseguiu, finalmente, ter acesso a si próprio, é, para si, um objeto de prazer. Não somente contenta-se com o que se é e aceita-se limitar-se a isso, como também 'aprazer-se' consigo mesmo. (FOUCAULT, 1985, p.70)

Nesse sentido, a mandala lunar pode ser vista como uma prática de estética da existência, uma vez que permite a expressão e a criação de algo único e pessoal, que reflete as emoções, sentimentos e necessidades do sujeito. A experiência de criação da mandala traz uma expressão artística que representa identidade e conexão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na perspectiva teórica em questão, não é possível conceber a neutralidade de uma enunciação, pois esta se constitui em um horizonte valorativo específico e discursivamente marcado. Bem como define Orlandi (2020), o sujeito é um lugar de significação historicamente construído, isto é, para a Análise do Discurso, a língua deve ser concebida em seu processo histórico-social, no qual o sujeito e os sentidos compõem partes desse processo. Conseqüentemente, o sujeito está “inserido em um processo histórico que lhe permite determinadas inserções e não outras, ocupando um lugar social a partir do qual enuncia” (MUSSALIM, 2003, p. 110).

A análise do discurso publicitário considera a sua inscrição em uma determinada formação discursiva que é, inevitavelmente, definida por meio de uma formação ideológica dada, isto é, “a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica que determina o que pode e deve ser dito” (ORLANDI, 2020, p. 42). Desse modo, os efeitos de sentido ali presentes são resultantes das “posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio histórico em que as palavras são produzidas”.

Na publicidade, manifestam-se as posições ideológicas marcadas pela posição entre aquele que efetua o dizer, o sujeito-locutor, que é a empresa que anuncia, e o sujeito-interlocutor, o público para o qual a mensagem se direciona. Essa relação só se estabelece por haver uma representação imaginária elaborada anteriormente acerca do outro.

Assim, pelas marcas analisadas terem como produto os absorventes e pelas construções discursivas utilizadas nas publicidades, apreende-se que os discursos se direcionam ao sujeito mulher que se identifica com tal condição em gênero e sexo. E pensar esse sujeito e sua condição enquanto ser que menstrua é pensar também as situações às quais o corpo é submetido, seja em âmbito biológico, seja no social.

Nas peças em questão, foi possível perceber uma mudança no *ethos* discursivo, uma vez que a chamada para a liberdade e apropriação do corpo pelo próprio sujeito começa a vir à tona. Aqui, é importante destacar uma regularidade discursiva encontrada nas análises, visto que o termo foi mencionado 27 vezes ao longo da discussão, pensar essa regularidade é entender alguns dos efeitos de sentido por ela sugeridos e seus imbricamentos, assim, podemos pensar uma estratégia para transmitir a ideia de que o absorvente permitirá que as mulheres se

sintam livres de preocupações e limitações durante o período menstrual. Essa associação visa criar uma imagem positiva do produto, enfatizando seus benefícios e apelando para as aspirações e desejos das consumidoras; outra possibilidade é a tentativa de desafiar tabus e estigmas sociais associados à menstruação, pois ao evocar a ideia de liberdade, o marketing pode buscar quebrar barreiras culturais e promover uma visão mais positiva e empoderadora da menstruação. Além disso, é possível pensar na transcendência de uma mera jogada de marketing, uma vez que há o fato de que essa “liberdade” sugere bem-estar e autoconfiança, o que leva, conseqüentemente, a interações melhores e, portanto, relaciona-se com o cuidado de si. Essa abordagem preza pela normalização do ciclo menstrual e empoderamento das mulheres, destacando que o uso do produto não deve ser encarado como algo restritivo, mas sim como uma forma de permitir maior liberdade de movimento e bem-estar durante esse período; No entanto, é importante ressaltar que a presença da palavra "liberdade" nas propagandas de absorvente também pode ser entendida como uma estratégia de marketing, com o objetivo de criar uma conexão emocional com o público-alvo. Ao associar o produto à liberdade, os anunciantes despertam emoções positivas e criam uma identificação entre a marca e as consumidoras, fortalecendo assim o apelo comercial.

Entretanto, na contramão do sentido materializado pela linguagem, as publicidades evidenciaram também o sentido de monitoramento e controle dos corpos que ainda pairam sobre o sujeito-mulher, já que foi possível perceber os tentáculos das práticas biopolíticas que regulam esses corpos e influem diretamente nas FIs do outro e do sujeito mulher, ao ponto de interferirem na relação dessas mulheres com seus corpos e experiências menstruais.

Aqui, não pretendemos fornecer uma verdade absoluta sobre o percurso da relação entre mulher-corpo-sociedade, mas gerar uma possível abertura para pensar a temática e seus desdobramentos, uma vez que o recorte de oito publicidades certamente não daria conta de tamanha tarefa, até porque esta não é a tarefa da Análise de Discurso.

A Análise do Discurso não estaciona na interpretação, trabalha seus limites, seus mecanismos, como parte dos processos de significação. Também não procura um sentido verdadeiro através de uma “chave” de interpretação. Não há esta chave, há método, há construção de um dispositivo teórico. Não há uma verdade oculta atrás do texto. Há

gestos de interpretação que o constituem e que o analista, com seu dispositivo, deve ser capaz de compreender. (ORLANDI, 2020, p. 24).

Ademais, foi possível compreender os imbricamentos de um sistema que pode se mascarar de algumas formas aparentemente positivas, mas que não deixa de atuar como um modo de controle dos corpos e faturamento. Nosso objetivo não foi o de sermos negativistas sobre as novas possibilidades fornecidas pelo mercado da higiene menstrual, pois foi possível perceber que nelas residem novas formas de relação com o próprio corpo que permitem maior conhecimento, liberdade e segurança para lidar com o próprio ciclo. Porém, para a AD, campo da fluidez e movimento dos sentidos, é sempre necessário encontrar no discurso o que está em seu entorno, isto é, história, ideologia e o contexto social referente.

Além disso, ao observar a menstruação em seu aspecto sócio-histórico, com todos os tabus e estigmas cristalizados culturalmente, temos também um movimento de olharmos para nós mesmas e entendermos um pouco melhor essa relação, pois mesmo em 2023, muitas de nós são ensinadas a esconder sua menstruação e a sentir vergonha dela. No entanto, é inegável o movimento crescente de desafio a essas normas e da promoção de uma abordagem mais positiva e empoderadora da menstruação. É a partir desse fator que procuramos explorar esses novos modos de existência: mediante a ascensão de tantas possibilidades de produtos - mesmo pautados na lógica mercadológica, como já dito -, o sujeito pode escolher criar consciência sobre seu corpo e o que o acolhe melhor; pode escolher entender as representações simbólicas que quer atribuir ao seu próprio ciclo; pode escolher criar o máximo de consciência sobre os aspectos biopolíticos que envolvem sua existência; pode escolher ser melhor para si e para os outros.

Portanto, quem é este bicho esquisito que todo mês sangra? Este bicho sou eu, este bicho é você, leitora. Somos nós, perpassadas pela sexualização que este corpo sofreu ao longo da história, atravessadas pela imposição de procriar, impuras pelo sangue que verte de nós, parte do pecado de Eva e da insubordinação de Lilith, mas também sagradas, uma vez que a força da vida parte de nós. Essas categorias constituíram nossos corpos historicamente e perduram até a atualidade, cabe a nós encontrarmos nossos significados.

Este bicho foi visto, primeiramente, como um corpo, depois como sujeito – mas a partir da funcionalidade corpórea. E aqui, buscamos demonstrar o corpo como efeito de liberdade, ou melhor, como uma liberdade condicional, haja vista as tramas de

poder que fundamentam o existir. Queremos dizer que estar no mundo é encontrar a possibilidade de desbravá-lo e disso parte o chamado para fazer do corpo um efeito de liberdade, liberdade para a valorização de quem se é e das possibilidades dessa existência. Na esteira foucaultiana, fazer da vida uma obra de arte é, antes, encontrar a vida em si e depois traduzi-la aos demais a seu modo.

REFERÊNCIAS

A evolução dos absorventes. **Pantys**, 2018. Disponível em:

<<https://www.pantys.com.br/blogs/pantys/a-evolucao-dos-absorventes>>. Acesso em: 09 mai. 2023.

A higiene íntima feminina na antiguidade: o que podemos aprender com ela. **Korui**, s.d. Disponível em: <<https://korui.com.br/higiene-intima-feminina-na-antiguidade-o-que-podemos-aprender-com-ela/>>. Acesso em: 09 mai. 2023.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985, 2ª ed.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso. In: **Entre a transparência e a opacidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. v.1. Tradução de Sérgio Milliet. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970. Disponível em: http://www.mediafire.com/file/jwnvr06bi488a4u/BEAUVOIR%252C_Simone_de._O_Segundo_Sexo%252C_VOL_I_-_Fatos_e_Mltos.pdf/file. Acesso em: 13 mar. 2021.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. v. 2. Tradução de Sérgio Milliet. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1980. Disponível em: http://www.mediafire.com/file/hnkikp6l50uopmk/BEAUVOIR%252C_Simone_de._O_Segundo_Sexo%252C_VOL_II_-_Experi%25C3%25AAncia_Vivida.pdf/file. Acesso em: 13 mar. 2021.

BLOCH, R. Howard. **Misoginia Medieval e a invenção do amor romântico ocidental**. Rio de Janeiro: Ed 34, 1995, p. 277

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kühner. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/16/o/BOURDIEU__Pierre._A_domina%C3%A7%C3%A3o_masculina.pdf?1332946646. Acesso em: 13 mar. 2021.

- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p.5-p.14.
- BRANCO, G. Estética da existência, resistência ao poder. **Revista Exagium**, v.1, Ouro Preto, abril. 2008.
- BRANDÃO, Helena Hatshue Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 3. ed. revisada. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.
- BROWN, W. “Revisando Foucault: homo politicus e homo oeconomicus”. In: *Undoing the Demos: Neoliberalism’s Stealth Revolution* (Nova Iorque: Zone Books / MIT Press, 2015). Tradução de Danielle G. Archela, Gustavo H. Dalaqua e Sibebe Paulino. **Revista dois pontos**: Curitiba, São Carlos, volume 14, número 1, p. 265-288, abril de 2017
- CASTRO, Edgardo. **Vocabulário Michel Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- Calcinhas Absorventes Intimus. **Intimus**, 2022. Disponível em: <https://www.intimus.com.br/pt-br/conteudo/campanha/calcinhas-absorventes-intimus>>. Acesso em: 09 jun. 2023.
- CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Mc Graw-Hill, 1983.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. Tradução de Fabiana Komesu. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes, discursos iguais**: a construção do corpo feminino na história. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2014.
- CORDEIRO, Marinês Domingues. Reflexões da história do patriarcado para esses tempos de pós-verdade. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, v. 37, n. 3, p. 1374-1403, dez. 2020.
- COSTA, Nelson Barros (Org). **Práticas discursivas**: exercícios analíticos. Campinas: Pontes Editores, 2005.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

COURTINE, Jean-Jacques. **Decifrar o corpo**: pensar com Foucault. Petrópolis: Vozes, 2013.

COURTINE, Jean-Jacques. O chapéu de Clémentis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. IN: **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Org: Freda Indursky e Maria Cristina Leandro Ferreira. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatt, 1999.

DANNER, Fernando. O Sentido da Biopolítica em Michel Foucault. **Revista Estudos Filosóficos** nº 4 /2010 – versão eletrônica UFSJ - São João del-Rei-MG Pág. 143-157

DAVIS, Natalie Zemon; FARGE, Arlette. **História das mulheres no ocidente**: do renascimento à idade moderna. Vol. 3. Tradução de Alda Maria Durães et alii. Porto: Afrontamento, 1991.

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo**: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, DF: Edunb, 1993.

DEL PRIORE, Mary. Magia e medicina na colônia: o corpo feminino. In: PRIORE, Mary Del (org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. 6º ed. São Paulo: Contexto, 2002, p. 78-114.

DEL PRIORE, Mary. Viagem pelo imaginário do interior feminino. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 19, n. 37, p. 179-194, 1999.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense. 2005.

DUARTE, André. Sobre a biopolítica: de Foucault ao século XXI. **Revista Cinética**, p. 1-15, 2008. Disponível em: http://revistacinetica.com.br/cep/andre_duarte.pdf. Acesso em: 15 fev. 2023.

DUMONT, Adilson; PRETO, Edison Luís de Oliveira. **A visão filosófica do corpo**. Periódicos Eletrônicos em Psicologia, Ibitité, v. 4, n. 2, dez. 2005.

Equipe eCycle. **Absorvente descartável**: história, impactos ambientais e alternativas. eCycle, Consuma Consciência, 2015.

FACCIN, Mauricio. **Mauricio Faccin**. Elementos de design gráfico - Violetacup, s.d. Disponível em: <<https://www.mauriciofaccin.com/criacao-de-logo/violetacup/>>. Acesso em: 19 jun. 2023.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem & diálogo**: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

FERREIRA, Andressa Furlan. Sangue menstrual e magia amatória: concepções e práticas históricas. **Aedos**, Porto Alegre, v. 9, n. 21, p. 514-531, Dez. 2017.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. Análise do discurso e suas interfaces: o lugar do sujeito na trama do discurso. **Organon**, v. 24, n. 28, 2010.

FONSECA, Pedro Carlos Louzada. Duas noções fundadoras da construção da inferioridade feminina: o fisiologismo de Aristóteles e o etimologismo de Santo Isidoro de Sevilha. In: **SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO**, 9., 2010, Florianópolis. Anais... Florianópolis: Instituto de Estudos de Gênero, Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. p. 1-7.

FOUCAULT, Michel. A Descrição Arqueológica (1-5). In: **A Arqueologia do Saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2008, p. 153-206.

FOUCAULT, Michel. As formações discursivas IN: **A Arqueologia do Saber**. 8ª edição, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012, p.41-45.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996, p.5-44.

FOUCAULT, Michel. **À Propos de la Généalogie de l'Éthique**: un Aperçu du Travail en Cours. in: Dits et Écrits IV, Éditions Gallimard, 1994. p. 609-631.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos V**: O Uso dos Prazeres e as Técnicas de Si, 1983.

Foucault, Michel. **Ética, Política e Sexualidade**: Ditos e escritos. Vol. V, 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p.267.

FOUCAULT, Michel. Soberania e Disciplina. In: **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: Curso no Collège de France (1975 - 1976). SP: Ed. Martins Fontes, 2000. p.285 -p.216.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988, p. 130-140.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade II**: O uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1984, p.15.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade III**: o cuidado de si. Tradução: Maria Tereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1985. p.45-p.73.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da Biopolítica**: curso dado no College de France (1978-1979) Tradução Eduardo Brandão. Martins Fontes, São Paulo, 2008.

FOUCAULT, Michel. O nascimento da medicina social. In. FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 18. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003, p. 79-98.

FOUCAULT, Michel. **"O que é um autor?"**, Bulletin de la Société Française de Philosophie, 63º ano, n. 3, julho-setembro de 1969, p. 73-104.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. Curso dado no Collège de France. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 143-144.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA - FBSP. **Anuário brasileiro de segurança pública**. Edição XVI. São Paulo, 2022.

GOMES, M. M. O. **O cuidado de si na redução de danos**: uma análise histórica, política e ética, a partir de Michel Foucault. 2013. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013.

GAROTAS DE PROPAGANDA. **Senta e levanta**. 2010. Disponível em: <<https://garotasdepropaganda.wordpress.com/tag/sempre-livre/>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

GRAY, Miranda. **Lua Vermelha**: as energias criativas do ciclo menstrual como fonte de empoderamento sexual, espiritual e emocional. São Paulo: Editora Pensamento, 2017.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. A Análise do Discurso: conceitos e aplicações. **Alfa Rev. Linguística**, São Paulo, v. 39, 1995. p. 13-21. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3967/3642>. Acesso em: 15 abr. 2021.

GUERRA, Lolita Guimarães. Pequeno histórico do ‘matriarcado’ como hipótese para a interpretação da pré-história. **Mare Nostrum**, 12(1), 2021, p. 1-25. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2177-4218.v12i1p1-25>. Acesso em: 23 fev. 2023.

HASHIGUTI, Simone Tieme. O corpo como materialidade do discurso. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L.; MITTMANN, S. (Orgs.). **O discurso na contemporaneidade**: materialidades e fronteiras. 1. ed. São Carlos: Clara Luz, 2009. p. 161-168

HERMOSA-BOTELLO, Alicia; MEJIA-CASADO, Rosa. Miedos y temores relacionados com la menstruación: estudio cualitativo desde la perspectiva de género. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, v. 24, n. 1, jan/mar. 2015. p. 13-21. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/XrGBcMhS3pntn74tLvySPqd/?lang=es&format=pdf>. Acesso em: 10 mar. 2021.

INDURSKY, Freda. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs.). **Memória e história na/da análise do discurso**. Campinas, Mercado de Letras, 2011.

KOSS, Monica Von. **Feminino + Masculino**: Uma nova Coreografia para a Eterna dança das Polaridades. São Paulo: Escrituras, 2000.

LACAN, Jacques. **Outros escritos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LERNER, G. **The creation of patriarchy**. Nova York, Oxford: Oxford University Press, 1986.

LERNER, G. **The creation of feminist consciousness: from de middle ages to eighteenseventy**. Nova York, Oxford: Oxford University Press, 1993.

LOURAX, Nicole. O que é uma deusa? pp.30-70. In:DUBY, G; PERROT, M. **História das mulheres no Ocidente**, vol 1: A Antiguidade, 1990.

Mandala Lunar - Um caminho para o autoconhecimento. **Mandala Lunar**, s.d. Disponível em: <<https://www.mandalalunar.com.br/>>. Acesso em: 09 jun. 2023.

MAZIÈRE, Francine. **A análise do discurso**: história e práticas. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2007

Modess quebra tabus e evolui com as consumidoras. **Memorial do Consumo**, s.d. Disponível em: < <https://memorialdoconsumo.espm.edu.br/modess-quebra-tabus-e-evolui-com-as-consumidoras/>>. Acesso em: 30 out. 2023.

MILLETT, K. **Sexual politics**. Nova York: Simon&Schuster, 2000

MUSSALIM, Fernanda. Análise do discurso. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. **Introdução à linguística**: domínios e fronteiras. São Paulo: Editora Cortez, 2003. p. 113-165.

NASCIMENTO, Maria Filomena Dias. Ser Mulher na Idade Média. **Textos de História**, Brasília, v. 5, p. 82-91, 1997. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/5807/4813>>. Acesso em: 22 fev. 2023.

NATANSOHN, L. O corpo feminino como objeto médico e “mediático”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.13, n.2, p.287-304, 2005.

NEGRI, A. Biocapitalismo e constituição política do presente. In: **Biocapitalismo**. 1.ed. São Paulo: Iluminuras, p. 57-83, 2015.

O que foi a Revolução Sexual? Principais características, teóricos e consequências. Brasil Paralelo, 16 de agosto de 2023. Entretenimento e Educação. Disponível em: < <https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/revolucao-sexual>>. Acesso em: 30 out. 2023.

ORLANDI, Eni Puccineli. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 13. ed. Campinas: Pontes Editores, 2020.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6ªed. Campinas, SP. Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, Eni Puccineli. **Discurso em Análise**: sujeito, sentido, ideologia. 3. edição. Campinas: Pontes Editores, 2017.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. 2. ed. Campinas: Pontes, 2005, p. 102.

ORLANDI, E. Do Sujeito na História e no Simbólico. **Escritos**, Campinas, nº 4, maio, 1999.

ORLANDI, Eni Puccineli. **Língua e conhecimento linguístico**: para uma história das ideias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

ORLANDI, E. P. Análise de Discurso. In: Orlandi & Lagazzi-Rodrigues (orgs.). **Introdução às ciências das linguagens** – Discurso e textualidade. Campinas: pontes, 2006, p. 11 – 31.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez, 2005, p.30-40.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes Editores, 1990.

PÊCHEUX Michel.; FUCHS, Catherine. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T.(org). **Por uma análise automática do discurso**. 3ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p.163-315.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi [et al.] 2ª ed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1995.

PEGORARO, Renata F.; CALDANA, Regina H.L. Mulheres, loucura e cuidado: a condição da mulher na provisão e demanda por cuidados em saúde mental. **Saúde e Sociedade**, v.17, n.2, p.82- 94. 2008.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Editora Contexto, 2019.

PINHEIRO, Pedro. **Coletor Menstrual** – como usar, prós e contras. Md. Saúde, 3 mai. 2022.

PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos modelos rígidos. In: Pinsky, Carla Bassanezi., Pedro, Joana Maria (org.) **Nova história das mulheres**. São Paulo: Editora Contexto, 2012, p.469-512.

PINSKY, Carla Bassanezi. Mulheres dos anos dourados. In: PRIORE, Mary Del. (org.); BASSANEZI, Carla (coord de textos). **História das Mulheres no Brasil**, 6. ed. São Paulo: Contexto, 2002, p.607-p.639

PISTORI, Maria Helena Cruz. Retórica, argumentação e análise dialógica do discurso. **Alfa Rev. Linguística**, São José do Rio Preto. v. 63, n. 2, 2019. p. 265-293. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-5794-1909-2>. Acesso em: 07 jun. 2021.

POL-DROIT, Roger. **Michel Foucault, entrevistas**. Tradução de Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. São Paulo: Edições Graal, 2006, p. 30.

PORFIRIO, Julia. A história do absorvente. **Hysteria**, 2018. Disponível em: <https://hysteria.etc.br/ler/a-historia-do-absorvente/>. Acesso em: 13 mai. 2023.

POSSENTI, Sírio. O "eu" no discurso do "outro" ou a subjetividade mostrada. **Alfa Rev. Linguística**, São Paulo, n. 39, 1995.

PRIORI, Cláudia. **Retratos da violência de gênero**: denúncias na Delegacia da Mulher em Maringá (1987-1996). Maringá: Eduem, 2007.

ROCHA, Patrícia. **Mulheres sob todas as luzes: a emancipação feminina e os últimos dias de patriarcado**. Belo Horizonte: Editora Leitura, 2009.

RODRIGUES, Virgínia Squizani. Entre os riscos e os benefícios da pílula anticoncepcional: os processos de subjetivação dos cuidados de si". In: ALBINO, C. & OLIVEIRA, J. (orgs.), **Saúde e políticas da vida**. Recife: Editora Seriguêla, 2021., pp. 77-116.

ROSE, Nikolas. The Politics of Life Itself. **Theory, Culture and Society**, 2001, pp.1-30.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da educação**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p.340-527. (Coleção Paideia)

SEMPRE LIVRE. **Programa #SEMPREJUNTAS**. 2018. Disponível em: <<https://www.semprelivre.com.br/sempre-juntas>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

SANDMANN, Antônio José. **A linguagem da propaganda**. [Recurso eletrônico] Curitiba: Ed. UFPR, 2020.

SANTOS, Kátia Roseane Cortez. Sujeito e Subjetividade em Análise do Discurso. **Revista Porto das Letras**, v. 5, n. 2, 2019. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/portodasletras/article/view/6859>. Acesso em: 18 jun. 2021.

SARDENBERG, Cecilia. Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista? **Revista Labrys Estudos Feministas**, v. 11, 2007.

SARDENBERG, Cecilia. De sangrias, tabus e poderes: a menstruação numa perspectiva sócio-antropológica. **Estudos Feministas**, v. 2, n. 2, 1994. p. 314-344. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16215/19709>. Acesso em: 10 mar. 2021

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(2): 264, maio-agosto/2004.

SOUZA, Levi Leonel. O discurso encarnado: ou a passagem da carne ao corpolingagem. **Entremeio** – Revista de Estudos do Discurso, n. 1, v. 1, p. 01- 09, jan/jul. 2010.

TAVARES, Fred. Publicidade e consumo: a perspectiva discursiva. **Comum**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 26, 2006. p. 117-144. Disponível em: <http://aluno.facha.edu.br/pdf/Comum26.pdf#page=118>. Acesso em: 11 mar. 2021.

THOMASSET, C. “Da natureza feminina”, p. 70. In: DUBY, Georges., PERROT, Michelle. (dir.). **História das mulheres no ocidente**. op. cit., v. 2, 1990, p. 65-97.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Três enfoques na pesquisa em ciências sociais**: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo. Introdução à pesquisa em ciências sociais. São Paulo: Atlas, 1987.

TOSI, Lucia. Caça às bruxas: o saber das mulheres como obra do diabo. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 4. n. 20, p. 35-42, 1985.

UNICEF. **UNICEF leva absorventes a mais de 55 mil adolescentes e jovens que menstruam**, 2022. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/unicef-leva-absorventes-e-informacao-mais-de-55-mil-adolescentes-e-jovens-que-menstruam>>. Acesso em: 24 abr. 2023.

VELOSO, Verônica. Círculos de mulheres: uma proposta ecofeminista para a sustentabilidade dos movimentos feministas e de territórios. **Anais do III Colóquio Internacional Feminismo e Agroecologia**, v.15, n.3. Recife, 2020.

VESTERGAARD, Torben e SCHRODER, Kim. **A linguagem da propaganda**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994, p.160-167.

WITZEL, Denise Gabriel. Discurso, história e corpo feminino em antigos anúncios publicitários. **ALFA: Revista de Linguística**, São Paulo, p. 525-539, 2014. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/alfa/a/B39JM7MGqfBSBjZnN56h5Zp/?lang=pt&format=pdf>>.

Acesso em: 3 ago. 2023.